

AMANDA MIRANDA SILVA

**AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: UM ESTUDO DAS
EMPRESAS DE GRANDE PORTE DO SETOR DE CELULOSE E PAPEL**

Dissertação de Mestrado, vinculada ao Curso de Mestrado em Ambiente e Saúde da Universidade do Planalto Catarinense, apresentado para avaliação parcial nas disciplinas de Seminários de Dissertação e Interdisciplinaridade em Ambiente e Saúde.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Keiko Yamaguchi

Coorientadora: Profa. Dra. Lilia Aparecida Kanan

LAGES, 2019

Ficha Catalográfica

| | |
|-------|--|
| F586a | <p>Silva, Amanda Miranda. Ações de responsabilidade socioambiental: um estudo das empresas de grande porte no setor de celulose e papel / Amanda Miranda Silva. – Lages, SC, 2019. 102 p.</p> <p>Dissertação (Mestrado) - Universidade do Planalto Catarinense. Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Saúde da Universidade do Planalto Catarinense. Orientadora: Cristina Keiko Yamaguchi Coorientadora: Lilia Aparecida Kanan</p> <p>1. Contribuições socioambientais. 2. Indústrias papeleiras. 3. Sustentabilidade. I. Yamaguchi, Cristina Keiko. II. Kana, Lilia Aparecida. III. Título.</p> <p>CDD 658.408</p> |
|-------|--|

Catálogo na fonte: Biblioteca Central

Amanda Miranda Silva

**AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: ANÁLISE DAS
EMPRESAS DE GRANDE PORTE DO SETOR DE CELULOSE E PAPEL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ambiente e Saúde da Universidade do Planalto Catarinense, para obtenção do título de Mestre em Ambiente e Saúde.

Aprovada em 30 de maio de 2019.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Cristina Keiko Yamaguchi
(Orientadora e Presidente da Banca Examinadora
— PPGAS/UNIPALAC)

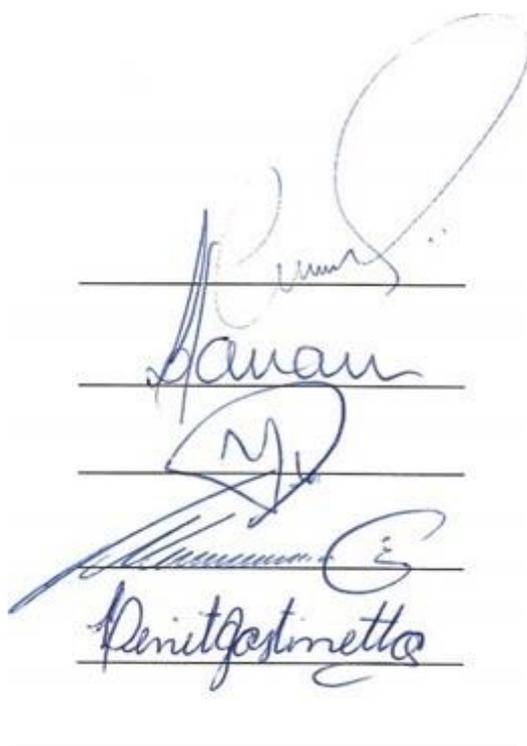
Profa. Dra. Lilia Aparecida Kanan
(Coorientadora - PPGAS/UNIPALAC)

Prof. Dr. Silvio Parodi Oliveira Camilo
(Examinador Titular Externo - PPGDS/UNESC)

Prof. Dr. Miguelangelo Gianezini
(Examinador Suplente Externo - PPGDS/UNESC)

Profa. Dra. Lenita Agostinetta
(Examinadora Titular Interna - PPGAS/UNIPALAC)

Profa. Dra. Ana Emilia Siegloch
(Examinadora Suplente Interna - PPGAS/UNIPALAC)



The image shows five handwritten signatures in blue ink, each placed on a horizontal line. From top to bottom, the signatures correspond to the names listed in the text: Cristina Keiko Yamaguchi, Lilia Aparecida Kanan, Silvio Parodi Oliveira Camilo, Miguelangelo Gianezini, and Lenita Agostinetta. The signature of Ana Emilia Siegloch is not visible as there is no line below her name.

RESUMO

As empresas do setor de celulose e papel são responsáveis pela produção e distribuição de papéis para diversos usos e têm significativa representatividade na economia e desenvolvimento do país. Ao longo do tempo, quer de modo obrigatório ou voluntário, as ações de responsabilidade socioambiental (RSA) passaram a integrar o escopo de investimentos deste segmento industrial. Assim, pelo viés da interdisciplinaridade esta pesquisa propôs a examinar as repercussões das ações de reponsabilidade socioambiental nas empresas de grande porte do setor de celulose e papel. Em acréscimo, se pretendeu ainda (a) verificar as ações de RSA registradas no relatório de sustentabilidade; (b) descrever as ações de RSA evidenciadas nos documentos contábeis das empresas papeleiras; (c) demonstrar a evolução dos investimentos em RSA nas empresas de grande porte do setor de celulose e papel. O estudo tem sustentação na Teoria da Legitimidade e Teoria da Responsabilidade Social Corporativa na perspectiva interdisciplinar; trata-se de uma pesquisa aplicada, com abordagem qualitativa; assume o caráter descritivo e exploratório e têm como estratégias de investigação a pesquisa documental. O estudo abrangeu a análise dos relatórios de sustentabilidade de cinco empresas de grande porte do setor de celulose e papel, multinacionais com atuação expressiva em território brasileiro. O limite temporal da análise abrangeu o período entre 2014 e 2016. Por meio dos resultados, identificou-se que as repercussões das ações de responsabilidade socioambiental, atingem os *stakeholders* de diversas maneiras, em diferentes esferas, proporcionando melhor qualidade de vida aos mesmos. Além disso, as repercussões alcançam também a preservação do meio ambiente, entre outros benefícios, por intermédio de Projetos e Programas nos âmbitos social e ambiental.

Palavras-chave: indústrias papeleiras; sustentabilidade; contribuições socioambientais.

ABSTRACT

The industries of the cellulose section and paper are responsible for the production and distribution of papers for several uses and they have significant representativeness in the economy and development of the country. Along the time, he/she wants in way obligatory or voluntary, the actions of responsibility socioenviromental (RSA) started to integrate the mark of investments of this industrial segment. Like this, for the inclination of the interdisciplinarity this research intends to examine the repercussions of the actions of socioenviromental responsibility in the companies of great load of the cellulose section and paper. In increment, it is still (the) intended to verify the actions of RSA registered in the sustainability report; (b) to describe the actions of RSA evidenced in the accounting documents of the industries whatnots; (c) to demonstrate the evolution of the investments in RSA in the industries of great load of the cellulose section and paper. The study has sustentation in the Theory of the legitimacy and Theory of the corporate Social Responsibility in the interdisciplinary perspective; it is treated of an applied research, with qualitative approach; it assumes the descriptive and exploratory character and they have as investigation strategies the documental research. The study included the exam of the accounting documents of five companies of great load of the cellulose section and paper, multinationals with expressive performance in Brazilian territory. The temporary limit of the exam included the period among 2014 and 2016. Through the results, he/she identified that the repercussions of the actions of responsibility socioenviromental, reach the stakeholders in several ways, in different spheres, providing better life quality to the same ones and also the preservation of the environment, among other benefits, through Projects and Programs in the social and environmental extents.

Keywords: paper industries; sustainability; social and environmental contributions

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1. Vetores da responsabilidade social | 23 |
| Figura 2. Ilustração dos principais aspectos de interesse da pesquisa | 37 |
| Figura 3. Perspectiva interdisciplinar adotada no estudo | 38 |
| Figura 4. Fluxo de extração e organização dos dados..... | 46 |
| Figura 5. Evolução das ações sociais e ambientais - CENIBRA..... | 79 |
| Figura 6. Evolução das ações sociais e ambientais - ELDORADO | 80 |
| Figura 7. Evolução das ações sociais e ambientais - FIBRIA..... | 81 |
| Figura 8. Evolução das ações sociais e ambientais - KLABIN..... | 82 |
| Figura 9. Evolução das ações sociais e ambientais - SUZANO | 83 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1. Relatórios de sustentabilidade incluídos na pesquisa | 44 |
| Quadro 2. Planilha para coleta dos dados - Modelo | 47 |
| Quadro 3. Classificação das informações: qualitativas, quantitativas e suas derivações. | 47 |
| Quadro 4. Quantidade de páginas analisadas por relatórios de sustentabilidade | 48 |
| Quadro 5. Estrutura e codificação conceitual para levantamento das informações sociais e ambientais..... | 49 |
| Quadro 6. Exemplo da técnica adotada para análise do conteúdo pesquisado..... | 50 |
| Quadro 7. Programas e projetos sociais e ambientais – Empresa CENIBRA..... | 52 |
| Quadro 8. Programas e projetos sociais e ambientais – Empresa ELDORADO | 54 |
| Quadro 9. Programas e projetos sociais e ambientais – Empresa FIBRIA | 56 |
| Quadro 10. Programas e projetos sociais e ambientais – Empresa KLABIN | 58 |
| Quadro 11. Programas e projetos sociais e ambientais – Empresa SUZANO | 60 |
| Quadro 12. Quantidade de informações sociais e ambientais das empresas estudadas entre os anos de 2014, 2015 e 16 evidenciadas por categorias..... | 63 |
| Quadro 13. Codificação e Identificação das empresas | 65 |
| Quadro 14. Evidenciação das categorias sociais e ambientais por empresa | 65 |
| Quadro 15. As Subcategorias de Comunidade e Diversidade | 67 |
| Quadro 16. As Subcategorias de Relações com empregados..... | 69 |
| Quadro 17. As Subcategorias de Políticas Ambientais e Sistemas de Gerenciamento Ambiental | 70 |
| Quadro 18. As Subcategorias de Impactos dos Produtos, Processos no Meio Ambiente e Políticas de Energia..... | 71 |
| Quadro 19. As subcategorias de Educação ambiental; Pesquisas e Outras Informações Ambientais..... | 72 |
| Quadro 20. Categorias e subcategorias da dimensão social..... | 74 |
| Quadro 21. Categorias e subcategorias da dimensão ambiental..... | 75 |
| Quadro 22. Classificação das categorias em dimensão social e ambiental | 78 |

LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|----------|--|
| ABRAF | - Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas |
| APIB | - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil |
| ABTCP | - Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel |
| APREMAVI | - Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida |
| AMS | - Associação Mineira de Silvicultura |
| BA | - Bahia |
| DA | - Dimensão Ambiental |
| DS | - Dimensão Social |
| ECF | - Elemental Chlorine Free |
| GEE | - Emissão de Gases do Efeito Estufa |
| ETE | - Estação de Tratamento de Efluentes |
| FSC® | - Forest Stewardship Council® |
| GRI | - Global Reporting Initiative |
| IBÁ | - Indústria Brasileira de Árvores |
| IBASE | - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas |
| IBGE | - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| ISE | - Índice de Sustentabilidade Empresarial |
| IEF | - Instituto Estadual de Florestas |
| MA | - Maranhão |
| MG | - Minas Gerais |
| MS | - Mato Grosso do Sul |
| ONU | - Organização das Nações Unidas |
| OSCIP | - Organização da sociedade civil de interesse público |
| PA | - Paraná |
| PE | - Pernambuco |
| PIB | - Produto Interno Bruto |
| PQF | - Programa de Qualificação Profissional para Fornecedores |
| PES | - Programa Eldorado Sustentabilidade |
| PAIS | - Projeto Produção Agroecológica e Sustentável |
| RI | - Relações com investidores |
| RJ | - Rio de Janeiro |

RS - Rio Grande do Sul
RSA - Responsabilidade Socioambiental
SP - São Paulo
SC - Santa Catarina
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SP - São Paulo
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIPLAC - Universidade do Planalto Catarinense

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 2 OBJETIVOS | 15 |
| 2.1 OBJETIVO GERAL | 15 |
| 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 15 |
| 3 REVISÃO DE LITERATURA | 17 |
| 3.1 TEORIA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA | 17 |
| 3.2 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - RSA..... | 20 |
| 3.3 TEORIA DA LEGITIMIDADE | 24 |
| 3.4 REPUTAÇÃO CORPORATIVA | 26 |
| 3.5 GESTÃO AMBIENTAL..... | 28 |
| 3.6 SETOR DE CELULOSE E PAPEL..... | 31 |
| 4 PERCURSO METODOLÓGICO..... | 37 |
| 4.1. CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO | 37 |
| 4.2 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA – CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO..... | 39 |
| 4.2.1 Histórico das empresas participantes | 40 |
| 4.2.1.1 Perfil da empresa Celulose Nipo-Brasileira S.A (Cenibra)..... | 40 |
| 4.2.1.2 Perfil da empresa Eldorado Brasil Celulose S.A (Eldorado)..... | 41 |
| 4.2.1.3 Perfil da empresa Fibria Celulose S.A (Fibria)..... | 41 |
| 4.2.1.4 Perfil da empresa Klabin S.A..... | 42 |
| 4.2.1.5 Perfil da empresa Suzano Celulose e papel S.A. | 42 |
| 4.3 PROCEDIMENTO DE COLETA E REGISTRO DE DADOS | 43 |
| 4.3.1 Etapa 1 – Busca pelos relatórios de sustentabilidade | 43 |
| 4.3.2 Etapa 2 – Pesquisa documental..... | 46 |
| 4.4 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS..... | 48 |
| 5 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS | 51 |
| 5.1 PROGRAMAS E PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS DE 2014, 2015 E 2016 | 51 |
| 5.1.1 Programas e projetos sociais e ambientais | 52 |
| 5.2 INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS EVIDENCIADAS POR CATEGORIAS | 62 |
| 5.2.1 Análise de informações sociais e ambientais por empresa..... | 62 |
| 5.2.2 Análise do conteúdo presente nas categorias formuladas | 66 |
| 5.2.3 Evidenciação da fundamentação teórica nos resultados encontrados | 73 |
| 5.3 EVOLUÇÕES DAS AÇÕES E DECLARAÇÕES DE CUNHO SOCIAL E AMBIENTAL..... | 77 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 87 |
| REFERÊNCIAS..... | 89 |

1 INTRODUÇÃO

Para atender os aspectos legais e ser reconhecida pela sociedade é recomendável que a empresa desenvolva ações que diminuam a exploração ambiental e adote em suas práticas programas de RSA (Responsabilidade Socioambiental), visto que tanto a comunidade como a legislação exerce pressão sobre sua forma de atuação. Para que a empresa possa lograr êxito e prosperar em seus objetivos e metas é importante que realize um plano estratégico onde são elencadas ações de cunho sustentável frente aos riscos de sua produção pode causar ao meio ambiente (ABREU; CASTRO; LAZARO, 2013). Além disto, de modo a se destacarem em um mercado altamente exigente e competitivo é necessário que mantenham sua legitimidade social, e isso acontece por meio do alinhamento de seus negócios à esfera da lei e de sua responsabilidade e contribuições socioambientais (SINDHI; KUMAR, 2012).

É natural que os empresários almejem a expansão econômica em seus negócios, alguns em âmbito nacional, outros para além deste. Desse modo, para que os resultados em termos de lucratividade sejam ampliados e para que possa haver crescimento em seu poder competitivo, é recomendável que seus gestores atentem para a importância de estabelecer um posicionamento socioambiental sustentável (BARBIERI et al., 2010). Isto porque tal posicionamento traz reflexos à sociedade, à saúde e ao ambiente onde a empresa se insere, além de representar uma estratégia de “marketing natural”, o pode impulsionar seus lucros.

A preocupação ambiental pelo viés da legitimidade influencia no aumento de divulgações de práticas, publicações de cartilhas, que tratam da interação do meio empresarial com o meio ambiental (RIBEIRO, 2012). Dessa forma, se torna evidente o posicionamento e a preocupação ambiental das empresas que utilizam os meios de comunicação para expor informações acerca de sua exploração versus contribuição para com o meio ambiente. Ou seja, as divulgações sobre o crescimento econômico e os recursos ambientais são elaboradas a partir da necessidade de expor informações sobre aspectos ambientais decorrentes da atividade fim da empresa, tendo em vista a legitimidade ambiental disseminada em diferentes esferas sociais (SOUSA; BATISTA; RÊGO, 2012).

Além da legitimidade social outro aspecto importante que envolve a relação das empresas com o meio ambiente é a gestão ambiental, um instrumento pelo qual as empresas informam publicamente sua sustentabilidade econômica. Dessa maneira, as organizações apresentam suas ações sociais e ambientais por meio dos relatórios de sustentabilidade que

revelam suas posições e ações em relação às contribuições socioambientais (COLARES et al., 2012).

Ao se colocar atenção ao objeto de interesse deste estudo – RSA do setor de celulose e papel – observa-se que as empresas brasileiras de grande porte deste setor publicam suas práticas em prol do meio ambiente nos relatórios de sustentabilidade e em outros relatórios de caráter público como, por exemplo, o balanço social (DI DOMENICO; LAVARDA, 2013). Os relatórios de sustentabilidade, assim como outros documentos pertencentes às organizações deste segmento industrial são disponibilizados em seus *sites* oficiais. Para Global Reporting Initiative (2011), além de divulgar informações sobre seus desempenhos e investimentos sustentáveis, os relatórios de sustentabilidade também representam uma forma de prestar contas às partes interessadas.

No que diz respeito ao setor de celulose e papel, nota-se elevada expressividade financeira, isto porque o setor apresenta representatividade considerável à economia do país. Por exemplo, a indústria brasileira de base florestal se tornou um negócio de classe mundial, altamente competitivo no mercado internacional, em especial devido à alta produtividade das florestas plantadas. No período entre 2005 e 2015 o escoamento do excedente da produção local resultou em crescimento de exportações de base florestal na ordem de 7,1% ao ano, em média (SILVA; BUENO; NEVES, 2015).

Os números, índices e percentuais, a seguir apresentados, contribuem para ampliar a compreensão da dimensão que o setor de celulose e papel assume para o Brasil: em 2015, no país, havia 4.432 empresas de celulose e papel que empregavam 177.323 empregados. Estas estão distribuídas em 450 municípios e localizadas em 17 estados (ABRAF, 2013).

No período de 2000 a 2015, a produção de papéis no Brasil cresceu cerca de 2,5% a.a., acompanhando o crescimento da demanda no mercado doméstico (SILVA; BUENO; NEVES, 2015). O valor da produção nacional de celulose e papel atingiu, no ano de 2012, 12 e 13,1 bilhões de reais respectivamente (IBGE, 2016). Especificamente no ano de 2016, a produção de celulose cresceu 8,1% e a de papel e de embalagens caíram relativamente pouco – 0,2% e 0,6%, respectivamente. Quanto ao faturamento, em 2018 o setor de celulose apresentou aumento de 0,6%; o de papel cresceu 6,6% e o dos pinus de madeira deu um salto de 20,6%. Em 2018, o Brasil passou a produzir mais 9,85 milhões de toneladas de celulose (IBÁ, 2018).

Depreende-se, a partir dessas informações, a expressividade do setor de celulose e papel, de seu impacto ao ambiente, haja vista as áreas plantadas de pinus e eucalipto para fins industriais, como também é expressivo o quantitativo de trabalhadores que emprega. Tal razão

justificou o interesse em se produzir conhecimentos a respeito de seus compromissos sociais e ambientais, algo aparente nos relatórios contábeis.

Observa-se ainda, que é necessário mais de uma área de conhecimento para se abordar o tema RSA. Isto porque, para Perrenoud (2013), seria irreal tratar de várias competências com uma única perspectiva, visto que, este termo envolve diferentes problemáticas que compõem um vasto campo disciplinar. Portanto, ao se abordar o tema em questão, salienta-se que o mesmo tratou por questões sociais, empresariais e ambientais, ou seja, é condição a ampliação do foco de atenção para diversas áreas científicas, por exemplo: ciências biológicas, sociais e agrárias, engenharia, e etc. A teoria de responsabilidade social possibilitou explorar, analisar e sintetizar o tema e as questões que ele incorpora.

O viés interdisciplinar conferiu a esta pesquisa relevância, uma vez que propõe uma discussão sobre as ações de reponsabilidade socioambiental praticadas pelas empresas de grande porte do setor de celulose e papel atreladas a saberes de várias áreas do conhecimento. A verificação sobre quanto essas ações evoluíram ao longo do tempo em relação à sua atividade produtiva representa ainda interesse dos pesquisadores. Por conseguinte, este estudo pretendeu produzir respostas à seguinte questão: **Quais as repercussões das ações de responsabilidade socioambiental das empresas de grande porte do setor de celulose e papel?**

2 OBJETIVOS

A seguir, são apresentados os objetivos que nortearam a produção do conhecimento pretendido.

2.1 OBJETIVO GERAL

Examinar as repercussões das ações de RSA nas empresas brasileiras de grande porte do setor de celulose e papel.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Verificar as ações de RSA registradas no relatório de sustentabilidade;
- b) Descrever as ações de RSA evidenciadas nos relatórios de sustentabilidade das empresas papeleiras;
- c) Demonstrar a evolução das repercussões em RSA nas empresas de grande porte do setor de celulose e papel.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Para dar sustentação às pesquisas científicas é necessária uma base teórica consistente e válida. Em razão do objeto de interesse deste estudo, opta-se pela teoria de responsabilidade social e teoria da legitimidade. De modo a apresentar o entendimento de autores e articulistas que contribuem ou que contribuíram com a ampliação do conhecimento dos temas de interesse deste estudo, a seguir alguns estudos são brevemente explanados.

3.1 TEORIA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Essa teoria integra um conjunto de teorias que foram propostas com o objetivo de organizar os estudos organizacionais. A teoria da responsabilidade social corporativa, surgiu em 1950, pelo precursor Bowen (1957), e a atuação e exploração dos negócios da empresa atinge diretamente a vida dos cidadãos em muitos aspectos. Desta forma, a empresa se torna responsável pelo impacto social causado, sendo necessário que os “homens de negócios” estejam cientes do papel ético e social que a empresa deve desempenhar em prol da sociedade.

A teoria que sustenta os caminhos desta pesquisa é consoante a uma perspectiva ampliada de responsabilidade, onde as empresas se comprometem a desenvolver práticas sociais para compensar ou minimizar qualquer dano causado à sociedade inerente sua atuação econômica. Para Evangelista (2010), aquela empresa que não se preocupa em assumir uma postura realmente responsável e não tem a preocupação em elaborar práticas efetivas, só se limita em atender as exigências das normas e leis, de forma simplificada e estratégica, certamente serão menos competitivas (EVANGELISTA, 2010).

Sobre a competitividade, Delmas e Toffel (2004), explicam que os membros internos e externos da organização, por sua vez, exercem pressões sobre as ações e decisões organizacionais, determinando como se posicionará diante do mercado e deles também. É um processo de inter-relações com o propósito de atendimento das expectativas das partes interessadas, sem evidentemente, deixar de perscrutar a geração de lucros (DELMAS E TOFFEL, 2004).

Para Tenório (2006), as empresas abrangem uma dimensão social que envolve: acionistas, colaboradores, fornecedores, clientes, comunidade e local e a sociedade em geral,

todos de alguma forma contribuem para a geração de riqueza e perpetuação da “marca empresarial”. Desta forma, a empresa tem seu desenvolvimento econômico alavancado, por meio dos esforços físicos ou mentais dos envolvidos nesse processo de propagação. Diante disso, a empresa é responsável por assegurar seu desenvolvimento sustentável, garantindo condições ideais nas inter-relações com ambas as partes, contribuindo para qualidade de vida e desenvolvimento humano em suprindo as deficiências referentes às questões estruturais (TENÓRIO, 2006).

Historicamente, o volume de reivindicações sociais e trabalhistas aumentou consideravelmente, chamando a atenção para aspectos sustentáveis, éticos, consumismo desenfreado e falta da interferência de políticas públicas no percurso da exploração ambiental. A ascensão da problemática contribuiu para tomada de consciência de grandes corporações e agentes governamentais. Nessa perspectiva, a empresa torna-se o principal gestor de mudança, é ela que propicia a aplicação de políticas e normas e estabelece relação do trabalho humano com a exploração do meio ambiente, a partir disso, a empresa torna-se o agente mais indicado para inovação nos processos, visando menores impactos ambientais e sociais (CARROLL; BUCHHOLTZ, 2000).

A globalização impulsionou e revolucionou o cenário econômico, em diversos países alavancando os negócios em uma perspectiva responsável perante a sociedade, a fim de tornar a empresa mais consolidada frente à concorrência, fiscalizações e auditorias, reputações com os *stakeholders* e possíveis escândalos corporativos. Desta forma, a empresa utiliza declarações, menções e discursos sociais, além das criações práticas, programas e projetos que abordem o tema em questão (BOJE, 2002).

A gestão corporativa alinhada a temas sociais permite que a entidade exponha essa conduta por meio de publicações em mídias e canais de comunicação, informando a quem possa interessar, sua atividade social corporativa. Desta forma, a empresa pode usufruir de ganhos com em reputação e competitividade como também pode revelar seus objetivos econômicos aliados a objetivos sociais, que evidenciam uma atuação baseada em princípios éticos e geração de valor (MARGOLIS; WALSH, 2011).

O protagonismo da responsabilidade social está relacionado com equilíbrio ambiental, eficiência econômica e justiça social, esses aspectos alinhados refletem no desenvolvimento de práticas de responsabilidade social, sustentável e ambiental, que contribuem como alicerces econômico e diferencial competitivo. Evidenciar tais aspectos torna-se necessário para efetivar e validar as práticas diante de investidores, sociedade e funcionários. Além disso, influencia

diretamente na elaboração e adoção de novas práticas mais efetivas e no investimento estratégico para crescimento econômico dos negócios da empresa (ANDRADE et al., 2013).

Para Gubiane, Santos e Beuren (2012) a maioria das empresas não se preocupava com a responsabilidade social em décadas anteriores, dessa maneira, pode se dizer que esse fato pode justificar a baixa divulgação de práticas sociais em períodos anteriores, corroborando com os estudos de Pereira et al. (2017) que por meio de seus estudos mostraram maior volume de divulgações sobre práticas e declarações sociais ao longo dos anos, ou seja, as empresas passaram a evidenciar em maior número o seu comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial em seus relatórios anuais.

O ideal dentro da teoria de responsabilidade social corporativa é que as práticas sociais desempenhadas pelas empresas busquem retribuir o que recebem da sociedade e das demais partes interessadas envolvidas no percurso dos negócios da empresa. Entretanto, se os clientes tiverem conhecimento das práticas e de sua efetividade no cotidiano social, podem aceitar de forma positiva um preço maior pelo produto, com o objetivo de apoiar e recompensam as empresas por seu investimento no meio social. Dessa forma, os clientes podem incentivar e regular o desempenho social das empresas e ainda impulsionar investimentos dessa magnitude em outras empresas (ASHLEY, 2002).

As Pesquisas sobre consumo de bens e serviços mostram que os clientes preferem produtos de empresas que transmitem uma reputação responsável perante a sociedade, no desenvolvimento do produto ou serviço, como também nos investimentos em práticas sociais. Outro ponto que pode chamar a atenção dos clientes de uma empresa é o envolvimento que ela tem em relação às ações sociais de entidades com fins filantrópicos, se a empresa apoia e ajuda entidades com esse fim (BARONE; MIYAZAKI; TAYLOR, 2000). Para compreender a dinâmica da responsabilidade social e dever da empresa e também da sociedade. A postura social pode moldar o comportamento das empresas, a fim de proporcionar benefícios para ambos, já a empresa deve zelar pelo respaldo que os *stakeholders* proporcionam referente às atividades empresariais alinhadas ao contexto social (BHATTACHARYA; SEN, 2004).

A pretensão de investigar as ações de RSA e sua evolução, presentes nos relatórios de sustentabilidade das empresas de grande porte do setor de celulose e papel, encontra-se, portanto, ancorado no alinhamento entre a teoria da responsabilidade social corporativa.

3.2 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - RSA

Empresas sustentáveis geram lucro para seus acionistas. Todavia, somente serão assim consideradas à medida que protegerem o meio ambiente e melhorarem a vida das pessoas com quem mantêm interações. E, para garantir sucesso nos negócios é preciso genuinamente adotar práticas sustentáveis no gerenciamento da empresa e de seus recursos humanos sem causar danos às pessoas e ao meio ambiente (SAVITZ; WEBER, 2007, CESAR et al., 2018).

Encontra-se a RSA a partir de 1962, quando Milton Friedman escreveu um texto acusando a reponsabilidade social como algo revolucionário. Em meados dos anos 70, ao afirmar esse pensamento, Friedman ganhou o Prêmio Nobel com a publicação do livro *Capitalismo e Liberdade*, tornando-se um dos maiores críticos da RSA e da forma que ela era praticada. Todavia, somente a partir da RIO 92 é que as ações das empresas começam a ter algum destaque no âmbito socioambiental em uma tentativa de colocar em prática os princípios de desenvolvimento econômico em relação às condições críticas que o caracterizavam (FERREIRA; GUERRA, 2012)

As discussões sobre RSA ocorreram de maneira sutil a partir dos nos 2000 e passaram a ter destaque em razão das premissas e necessidades de um desenvolvimento sustentável para o planeta e como herança para as futuras gerações. A sociedade, os clientes-consumidores, os trabalhadores, os governos e demais afetados pelo consumismo escorchante passaram a exigir que os processos produtivos fossem acompanhados de ações voltadas aos interesses coletivos e não somente ao lucro ou produtividade. Portanto, o termo RSA é recente e, por vezes, confunde-se com Responsabilidade Social Empresarial e Responsabilidade Social Corporativa (OLHER et al., 2018).

O entendimento de Ferreira e Guerra (2012) é que o contexto socioambiental a partir do princípio deste século provém da visão individualista e desenfreada em busca de desenvolvimento econômico desvinculados de valores socioambientais. Os autores insistem que a perspectiva global teve seu espectro ampliado, assumidamente quando a gestão ambiental e social responsável voltou-se à promoção do desenvolvimento sustentável. A este respeito, encontra-se em Kraemer (2005, p. 2) que a gestão ambiental cresce em espaço e importância no meio empresarial. Nas palavras do autor, “o desenvolvimento da consciência ecológica em diferentes camadas e setores da sociedade mundial acaba por envolver também o setor empresarial”.

Alguns fatores parecem ter contribuído para que a RSA passasse a representar uma preocupação do mundo contemporâneo. Essa mudança se vincula à sensibilidade da opinião

pública quanto às questões ambientais, como também à expansão de diversos movimentos ambientalista que trouxeram em seu escopo produtos ecológicos, difusão de tecnologias alternativas, estudos sobre os impactos ambientais, entre outros. Estes, por sua vez, originaram movimentos de pressão aos órgãos de regulação ambiental. É preciso referir ainda às inovações tecnológicas que contribuíram à redução e eliminação da poluição e às normas regulamentadoras que ordenaram ações de preservação da vida em todas as suas dimensões, apesar da capacidade produtiva de cada organização (MAIMON, 1994, MARQUES; XAVIER, 2018).

As ações de RSA não se limitam tão somente à execução de ações sociais; elas se ampliam na perspectiva da ética, do envolvimento e respeito por meio de ações efetivas nas relações com os seus *stakeholders* (VEIGA, 2007). E, nestas condições, o construto RSA se traduz pela obrigação das organizações em responder a todos seus *stakeholders* (partes interessadas) sobre as implicações ou impactos sociais e ambientais que sua atividade causa ou causou (ITANI; REI; TOMELIN, 2008). Depreende-se então, que RSA é um tema que recebe atenção de vários atores, não se restringindo somente às empresas ou aos seus *stakeholders*. Isto porque se omitir *diante de* ou negar as questões de interesse social, implica em desapontamentos desses grupos de interesses, o que certamente prejudicará a imagem e os resultados da empresa (NASCIMENTO; MONTENEGRO, 2015).

Existem várias interpretações a respeito do termo RSA. Para alguns trata-se de uma obrigação legal, outros definem como um modelo do que seria eticamente responsável. RSA se caracteriza por uma maneira de gerir definida pela relação clara e ética da empresa com o seu público, suas partes interessadas. Além disso, o conceito na empresa agrega ainda a fixação de objetivos relacionados ao desenvolvimento sustentável da sociedade, à preservação de recursos culturais e do meio ambiente para as futuras gerações, com respeito à diversidade e estimulação a atenuação das desigualdades sociais. Em síntese, o objetivo social de uma empresa e sua atuação econômica, a partir de um modelo de gestão que ultrapassa as leis e a filantropia, representa o que se conceitua como RSA (INSTITUTO ETHOS, 2012).

O mundo enfrenta, nas últimas décadas, profundas mudanças de ordem econômica, política e social que, entre outras particularidades, tem contribuído de forma direta e indireta na atuação do poder público e das empresas, bem como no relacionamento dos mesmos com a sociedade. Cabe destacar que

...embora a Constituição atribua tarefas específicas ao Poder Público no sentido de assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente, ela coloca a preservação do mesmo como uma responsabilidade coletiva, impondo a todos os agentes econômicos

o dever de reparar os danos causados ao meio ambiente bem como sanções penais e administrativas aos seus infratores (WISNIEWSKI; BOLLMANN, 2012, p. 127).

Portanto, a dimensão da RSA em uma organização envolve todos os seus *stakeholders* no cumprimento da norma instituída nos ordenamentos jurídicos brasileiros. É uma possibilidade em desenvolvimento no cenário empresarial, conseqüente de uma nova perspectiva de mercado e da sociedade para a melhoria do preocupante contexto socioambiental mundial (MELO NETO; FROES, 2001).

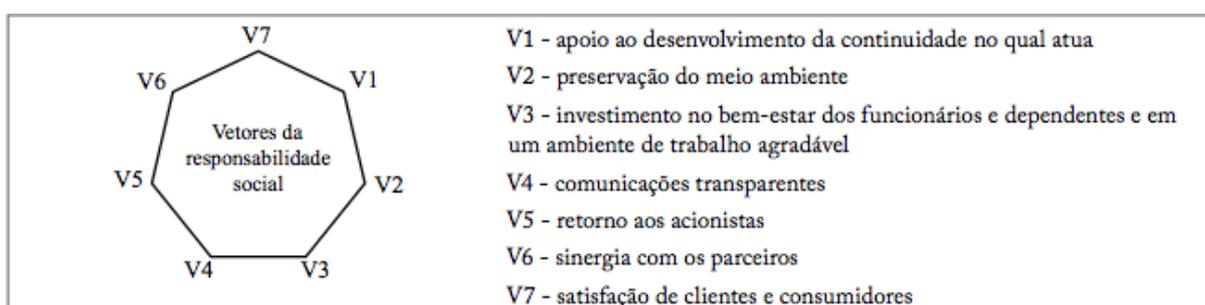
Como conseqüência, tem-se que as empresas que adotam ações de RSA apresentam um desempenho mais elevada em relação àquelas que não as adotam (MACEDO; CORRAR; SIQUEIRA, 2012). Para uma empresa ter diferencial competitivo é importante que se destaque no mercado por ela abrangido. Isto poderá ocorrer a partir de um planejamento estratégico que vise estabelecer uma ação sustentável e responsável em seus negócios e dessa forma, não ocasionar riscos para os contextos ambiental e social. Ou seja, a empresa deve contribuir para o desenvolvimento sustentável e preservar por manter seus objetivos aceitáveis, como por exemplo, atingir suas metas econômicas com pouco ou nenhum impacto socioambiental negativo (SILVA; BALBINO, 2013).

A implementação de uma gestão ambiental adequada a cada atividade empresarial entre outros aspectos, visa identificar e atribuir novas propriedades e métodos que instigam os gestores do século XXI para adaptarem-se aos padrões de desenvolvimento sustentável dos tempos atuais e da concorrência. Todavia, as empresas necessitam detectar aperfeiçoamentos para mitigar os efeitos nocivos das suas operações em relação ao meio ambiente, de modo a atingir positivamente o mercado e obter maior rendimento (SCHENINI, 2005). Exemplo disto encontra-se em Machado, Machado e Murcia (2011), quando destacam que as empresas consideradas mais poluidoras são conseqüentemente as que mais investem no meio ambiente, com a intenção de neutralizar os efeitos negativos ocasionados à natureza, e desse modo, vir a garantir sua integridade social e sua imagem perante a sociedade.

O regime integrado de gestão da organização engloba várias características que visam o bem-estar ambiental e social. Este é o entendimento de Santos, Silva e Gómez (2012). Para os autores, é preciso considerar a produção em relação aos possíveis danos ambientais que esta pode causar. Os autores asseveram ainda, que também não se deve ignorar o cuidado com a saúde dos funcionários e a atribuição social entre as partes envolvidas no processo. De modo semelhante, Di Domenico et al., (2015) destacam a importância da atenção dispensada pelos gestores ao corpo social representativo da organização e ao ambiente onde a organização está inserida.

Empresa socialmente responsável em suas práticas, normatizações, decisões, estratégias, planejamentos e demais aspectos de gestão, se orienta a partir de sete vetores, apresentados na Figura 1, a seguir: (a) apoio ao desenvolvimento da comunidade de seu entorno; (b) preservação do meio ambiente; (c) investimentos no bem-estar e na qualidade de vida de seus trabalhadores e seus dependentes e na salubridade do ambiente de trabalho agradável; (d) comunicações transparentes; (e) retorno aos acionistas; (f) sinergia com os parceiros; e (g) satisfação dos clientes e/ou consumidores (MELO NETO; FROES, 2001; ASHLEY, 2002). Examinar a presença de tais vetores nas repercussões das ações de RSA empreendidas pelas organizações possibilita compreender o valor ou a dimensão que tais ações assumem para estas e para a sociedade.

Figura 1. Vetores da responsabilidade social



Fonte: Ashley (2002, p. 18).

Ainda que haja valor inestimável associado às ações de RSA, é pertinente destacar os vários casos de falsificação, fraude e engano. Ações de sonegação de impostos, por exemplo, no cenário do dever social das organizações, ainda é um fato recorrente e lamentável. Algumas organizações podem tentar enquadrar-se como detentoras de políticas protecionistas dos direitos humanos, apenas para minimizar os custos dos impostos gerados pela receita de sua produção. Políticas de baixos impostos para essas atividades (sociais) são oferecidos pelo Estado como forma de estímulo de boas práticas socioambientais (HASSELDINE; MORRIS, 2013).

Os registros de dados sociais e ambientais nos relatórios de sustentabilidade reforça o paradigma de que: é possível promover desenvolvimento econômico preservando a saúde, bem-estar e segurança das pessoas constitui um desafio para aqueles que pretendem conservar a vida no planeta.

3.3 TEORIA DA LEGITIMIDADE

O grau de evidenciação voluntária das organizações é resultado do interesse de atender as inúmeras exigências dos diversos tipos de usuários da informação (BEUREN; SÖTHE, 2009) a teoria da legitimidade, entre outros recursos teóricos, se apresenta nos últimos anos como uma opção para explicar e prognosticar práticas de evidenciação, a sociedade que requer serviços das companhias para atender suas necessidades detém o poder de aceitação sobre essas organizações na esfera institucional, assevera (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007).

Em razão da evidenciação de informações socioambientais serem realizadas de forma optativa, muitos segmentos dos estudos contábeis nesse âmbito, buscam esclarecer suas distinções de conteúdo, na forma e na quantidade das divulgações desse cunho. A evidenciação voluntária das informações socioambientais, por intermédio de relatórios anuais das organizações, é capaz de auxiliar a solucionar determinados problemas que circundam a consolidação da legitimidade das organizações (DEEGAN, 2002).

As origens de poder institucional e a indispensabilidade de suas conveniências são efêmeras em uma sociedade movimentada. Assim sendo, para entender aquilo que é requerido de seus serviços pelo poder social, a organização deve permanecer absorta para a imprescindibilidade de regularmente operar testes exclusivos de pertinência e legitimidade (DEEGAN, 2002). Para Guthrie e Parker (1989) a concepção de que a organização atua em sociedade mediante a um contrato social, a Teoria da Legitimidade, em favor da validação dos seus objetivos, gratificações e permanência social, se envolve na consumação de numerosas condutas esperadas pelo poder social.

As organizações buscam validar sua legitimidade, por intermédio da utilização de métodos aceitos pela sociedade na qual estão entrepostas em consequência da pressão praticada pela sociedade de modo geral. Por intermédio de normas ou com base em reivindicações dos consumidores, as ações grupais pressionam as companhias para que satisfaçam suas necessidades, nessa conjuntura, a sociedade define os dados que são pertinentes a serem lançados por essas empresas (ALNAJJAR, 2000).

Com a finalidade de estabelecer sua legitimidade, as empresas empregam meios de evidenciação de informações socioambientais, de cunho optativo, contudo, constatadas globalmente, que é o cenário das indicações recomendadas pela GRI (Global Reporting Initiative), aplicadas pelas organizações. Em espectro, considerando a apreensão com a legitimação externa das empresas, a Teoria da Legitimidade, dispõe de um panorama sociológico que transmite a disposição das companhias em mostrar as forças sociais, uma

conduta responsável, em concordância com as diretrizes e valores que são acordados pela pluralidade (PATTEN, 1992; ALNAJJAR, 2000).

Para Brunsson (1986) as companhias que possuem diretrizes institucionalizadas possuem mais chances de consolidar sua legitimidade externa e tendem a aumentar sua permanência. Nesse contexto, o crescimento da quantidade de informações socioambientais de cunho voluntário vem sendo utilizada como ferramenta de legitimação para inúmeras organizações, uma vez que a apresentação de tais informações tem o objetivo de evidenciar que as empresas possuem incumbência social corporativa.

A GRI detém normas que são empregadas pelas organizações brasileiras na apresentação do relatório de sustentabilidade. Criada em 1997 com o objetivo de consolidar um sistema transparente para a criação de relatórios de sustentabilidade, que seja capaz de ser incorporado por quaisquer companhias (CORREA; GONÇALVES; MORAES, 2015).

As organizações devem consolidar sua legitimidade no ambiente o qual estão entrepostas, compreendendo que, a vigência dos contratos sociais será mantida somente se as empresas corresponderem às exigências da coletividade. O prosseguimento das empresas que se enquadram no perfil de instituição social, determinado por intermédio da deliberação do contrato social, se dá pelo auxílio às necessidades da sociedade, por meio de serviços e produtos (CONCEIÇÃO et al., 2011).

Para Corrar; Paulo; Dias Filho, (2007) o “contrato social” entre as instituições e a sociedade local consiste em um aglomerado de exigências perceptíveis ou não perceptíveis de seus constituintes, relativos à maneira como eles devem atuar, sendo esse o panorama no qual se fundamenta a Teoria da Legitimidade. As apresentações das informações exigidas pela coletividade compõem um método de averiguação sobre o cumprimento ou não do contrato pela sociedade.

A Teoria da Legitimidade é empregada especialmente na pesquisa em contabilidade social e ambiental, em suporte ao conceito de que as divulgações sociais permanecerão nos padrões atuais, ou serão modificadas ao longo do tempo, a fim de esquivar-se de problemas com relação à legitimidade (VILLIERS; STADEN, 2006).

As formas de divulgação dos relatórios socioambientais que podem ser utilizadas para a legitimação das instituições podem ser verificadas por meio dessa teoria, para Gray, Kouhy e Lavers (1995) isso enrijece o entendimento de operações sócio corporativas. As demonstrações empresariais não podem ser analisadas sem considerar a estrutura social, política e organizacional, no panorama ao quais as ações econômicas são desenvolvidas, pois a Teoria da Legitimidade entende que, as organizações compõem um complexo de vínculos sociais

abrangentes, deduzindo que o poder social e a economia não são dissociáveis. Portanto, essa teoria compreende a sociedade por inteiro, abstendo-se de distinções entre grupos sociais, divergindo da Teoria dos Stakeholders (NEVES; DIAS, 2013).

Cho e Patten (2007) afirmam que a Teoria da Legitimidade propõe que a apresentação de informações socioambientais é uma forma de submeter-se à pressão da opinião do poder social no ambiente que exercem suas atividades. Fundamentada nessa teoria, as organizações que estão mais expostas aos rígidos julgamentos da sociedade, como companhias de baixo desempenho ambiental, com o intuito de preservar sua legitimidade, apresentariam mais divulgações ambientais benéficas.

As companhias que procuraram balancear os princípios sociais com suas atividades e diretrizes junto aos padrões comportamentais compreendidos no complexo social ao qual pertencem, têm o intuito de permanecer no mercado. Portanto, compreender o que ocasiona a divulgação voluntária das informações socioambientais pelas organizações, a Teoria da Legitimidade possui grande importância. As concepções oferecidas por essa teoria demonstram que conforme a sociedade acredita na legitimidade e necessidade dessas organizações, as mesmas passam a fazer parte de um complexo social (SEHN; ZANCHET; GOMES, 2018).

Os líderes buscam fazer o uso dos relatórios socioambientais como técnica organizacional a fim de manter-se no mercado. Para Deegan (2002) a evidenciação das informações socioambientais é aguçada pela aspiração em legitimar numerosas características de suas próprias empresas (NEVES; SANTOS, 2018).

3.4 REPUTAÇÃO CORPORATIVA

A reputação corporativa de uma empresa difere uma das outras, independentemente do ramo que atuam, isso porque, tudo depende da percepção geral que o público envolvido tem sobre a posição relativa de uma empresa comparada com outras do mesmo setor ou que desempenham a mesma atividade econômica (DEEPHOUSE; CARTER, 2005). Para Gotsi e Wilson (2001, p. 28), “reputação corporativa é uma avaliação completa dos *stakeholders* sobre a companhia ao longo do tempo”. Essa avaliação consiste na transparência e divulgação de informações sobre a empresa, comparação de práticas entre empresas do mesmo ramo e no contato e relacionamento que a empresa tem com as partes interessadas (GOTSI; WILSON, 2001).

A percepção das partes interessadas pode ser composta por aspectos de cunho ambiental e social, desde que esses estejam relacionados diretamente com o produto comercializado pela empresa. Se assim for, a reputação corporativa poderá levar em conta esses aspectos para formação de um conceito geral perante a empresa, o qual representará sua totalidade (TOMS, 2002). Em concordância com Cruz e Lima (2010), que expõe a definição da reputação corporativa de uma empresa, por meio do comportamento de suas ações submetidas à apreciação da comunidade. Nesse viés, verifica-se que ao longo do período os *stakeholders* tanto podem influenciar no percurso das práticas ocasionadas pela empresa, como também, podem ser influenciados por essas (CRUZ; LIMA, 2010).

No que diz respeito às chamadas “partes interessadas” ou “*stakeholders*”, Freeman (1984, p. 46) traz uma das primeiras definições sobre o termo *stakeholders*: “qualquer grupo ou indivíduo que afeta ou é afetado pelo alcance dos objetivos da empresa”. O termo representa todas as pessoas com os quais a organização interage e se envolve, que recebem influência ou que são influenciadas por suas ações. Ou seja, integram o construto os acionistas, empregados, clientes, fornecedores, credores e a sociedade (SILVA et al., 2011). Nesse contexto, a produtividade e a competitividade de uma organização dependem da capacidade de suas lideranças, em gerar valor aos seus *stakeholders* (CLARKSON, 2013).

Os pressupostos de Schein (2004) contribuíram para incrementar a reputação corporativa. No processo de interação de uma organização com as suas partes interessadas há que se observarem aspectos que se associam à sua cultura ou o “modo como as coisas ali são feitas” (ARROW, 2012). Ou seja, qual a importância dada à opinião dos clientes, dos trabalhadores, quais critérios são considerados na composição dos salários, qual sua participação e preocupação com questões ambientais e sociais, entre alguns aspectos que podem ser referidos. E, com base na perspectiva dos atores que participam do sucesso de uma organização, Arrow demonstrou que o lucro como regra é socialmente ineficiente, quando é predatório. Outros de seus estudos incluem questões sobre o tratamento do tempo, o uso de preços e o tratamento de externalidades transnacionais (ARROW, 2013).

A divulgação de informações sociais, financeiras e ambientais é vital para transparência corporativa, visto que, é por meio dessas informações que os *stakeholders* acompanham o direcionamento das atividades e a postura da empresa perante essas dimensões. As informações financeiras costumam ser regulamentadas e são mais efetivas se forem expostas de forma clara, objetiva e padronizada, já as informações sociais e ambientais não há uma padronização, dificultando o entendimento e a percepção das partes interessadas, ou seja, pode afetar de forma positiva ou negativa na perspectiva dos *stakeholders* (BARAIBAR-DIEZ; SOTORRÍO, 2018).

As organizações influenciam seus sócios, acionistas e clientes, como também diversos setores ou segmentos da sociedade. Kenneth Arrow foi um dos maiores economistas da história, vencedor do Prêmio Nobel de Economia em 1972, em razão de sua contribuição para a teoria do equilíbrio geral da economia. Formulou um modelo matemático que captava vários aspectos da economia, notadamente a interação entre todas as suas partes interessadas. Além disto, explicava o comportamento da oferta, da demanda e dos preços em uma economia constituída por vários mercados que interagem entre si (DA VEIGA, 2017).

3.5 GESTÃO AMBIENTAL

Com a crise do petróleo, em meados dos anos 70, o valor do produto elevou-se de modo significativo e encontrava-se em momento de carência nos mercados internacionais. Neste contexto, surgiu a necessidade de gerenciar a exploração ambiental nas empresas. Se não houvesse preocupação e compromisso com o meio ambiente por parte das empresas e das pessoas, futuramente todas as nações encontrariam obstáculos relacionados à economia e saúde, devido à escassez dos recursos encontrados na natureza (GROENEWEGEN; VERGRAGT, 1991).

A gestão ambiental também pode ser chamada de responsabilidade ambiental empresarial, uma vez que, aborda a preocupação ambiental relacionadas com a atividade e identidade econômica da empresa. Além de assumir o compromisso com a responsabilidade ambiental, torna-se necessário que a empresa interaja com os *stakeholders* e esteja em aperfeiçoamento e desenvolvimento constante (DONAIRE, 1999).

O meio ambiente vem sendo afetado de maneira crítica em razão do crescimento e da globalização gradativa da economia. Tal razão torna essencial a produção de estudos voltados à preservação tanto do meio social, quanto do meio ambiental. A gestão ambiental representa esses estudos, formando uma gestão empresarial com o foco na implementação de uma maneira que possibilite as atividades das empresas continuarem sendo praticadas, evitando a degradação do meio ambiente. Dessa maneira, a exploração econômica de uma empresa pode acarretar em vantagens e desvantagens ao meio ambiente, e uma gestão ambiental aplicada pode estabelecer ações voltadas a minimizar o efeito dessa exploração prejudicial ao meio ambiental e ainda mais práticas que previnem degradação dos recursos naturais (SOUZA; MIRANDA, 2011).

A gestão ambiental se traduz em condições para impactar de forma positiva o cenário de proteção ambiental, por meio da utilização de uma gestão de qualidade inserida nas relações

das organizações que se dependem da exploração do meio ambiente. A esse conjunto específico de informações denomina-se gestão ambiental, que pode ser visto como instrumento ambiental de determinada organização para desenvolver produtos sustentáveis, de acordo com a legislação vigente (NILSSON, 1998). As informações inerentes o desempenho ambiental são publicadas pelas empresas em seus relatórios, notas explicativas e documentos e disponibilizados em seus sites oficiais com o objetivo de informar as partes interessadas (BERTHELOT; CORMIER; MAGNAN, 2003).

A maneira com a qual as empresas integram seus procedimentos produtivos com o meio ambiente é objeto de ampla discussão por parte de pesquisadores, profissionais e empresários. Como solução ao deficiente equilíbrio entre estes dois fenômenos surgiram diretrizes e processos que, por meio de um Sistema de Gestão Ambiental, colaboraram na contenção dos abalos ocasionados por suas ações no meio ambiente. Em uma análise realizada por Sanches (1997), observa-se que o panorama da proteção do meio ambiente muda a abrangência ambiental da área da produção, tornando-a parte também da administração. Esse reposicionamento cria uma nova dinâmica entre o meio ambiente e a empresa à medida que os princípios ambientais são agregados ao foco e às diretrizes da empresa e que a preservação do meio ambiente começa a fazer parte dos objetivos de negócios.

Com a intenção de conhecer de que modo a gestão ambiental alinhada aos princípios contábeis ambientais é capaz de colaborar como instrumento de esclarecimento do desenvolvimento sustentável, no que tange a particularidade das informações de caráter ambiental esclarecidas por cinco corporações de capital aberto, Santana et al., (2016) empreenderam pesquisa. Os autores consideram que os dados repassados aos clientes são superficiais e incoerentes. Notaram que apenas algumas informações ambientais compõem o conteúdo do Balanço Social e somente o Balanço Patrimonial e as Notas Explicativas apresentam indicadores relacionados às atividades de caráter ambiental.

Ribeiro, Carmo e Carvalho (2013) revelam como as principais restrições da divulgação ambiental das organizações a falta de paridade e de objetividade. Isso pode ser identificado por meio da análise das consequências da regulamentação da evidenciação ambiental, já que esses fatores impedem a formalização e padronização da evidenciação contábil. A regulamentação representa uma possível solução para aprimorar a evidenciação ambiental das empresas, visto que em ambientes internacionais com procedimentos regulatórios mais amplos, peculiares e com uma fiscalização mais rígida, a divulgação ambiental torna-se mais comparáveis e pragmáticas.

O estudo de Bartolomeo et al., (2010), teve o objetivo de analisar o projeto trans-europeu de investigação sobre as medidas adotadas em prol do meio ambiente, e seus impactos perante a sociedade. Buscou ainda, analisar as atuais e potenciais ligações futuras entre a gestão ambiental e as funções de contabilidade gerencial de uma empresa. O resultado sugere que existem inúmeras possibilidades para as empresas na área da contabilidade empresarial ambiental. Para Santos et al., (2001), a gestão ambiental pode ser utilizada por muitas corporações para averiguarem o andamento das operações relacionadas ao meio ambiente onde estão inseridas.

A gestão ambiental tem sido pauta não somente em congressos nacionais e internacionais de contabilidade como também em outros congressos, sob a perspectiva do impacto ambiental causado pelo desenvolvimento de atividades industriais na América Latina, Colmenares, Adriani e Valderrama, (2015) realizaram um estudo, onde concluíram que a divulgação de informação financeira derivadas da ação industrial no ecossistema é sustentada a partir de uma perspectiva ecológica na quantificação do impacto ambiental. Ou seja, padronizada e fiscalizada pelo Estado, porém de inteira aplicação empresarial, desde cada modo de atuação, até suas peculiaridades logísticas.

Estudo documental que compreendeu o período entre 2008 a 2013 foi realizado com o objetivo de interpretar os dados e observar informações importantes presentes nos relatórios da administração, em companhias de capital aberto que comercializam suas ações no BM & BOVESPA. O resultado demonstrou que, alguns tópicos importantes e abrangentes não apareceram nos relatórios das empresas. Além disso, as informações que compõem tal documento não seguem um determinado modelo ou padrão (DONÁ et al., 2016). É fato, que a pesquisa utilizou como método uma análise documental, tendo como base relatórios para investidores; também buscou averiguar se os relatórios conseguem esclarecer dados e informar corretamente aos investidores a situação empresarial no mercado em que está inserida. A apuração dos resultados mostrou que os sites eletrônicos com relatórios para investidores com maiores informações têm a capacidade de minimizar os pedidos de venda de ações das organizações nacionais listadas na bolsa de valores. Esses dados possibilitam grandes estímulos para que os *sites* oficiais destas empresas possam disponibilizar informações relevantes e adequadas à estrutura proposta pelo RI (Relações com investidores) (RODRIGUES; GALDI, 2017).

Com o objetivo apresentar atributos ambientais, conforme o grau de importância de *disclosure*, de modo a compor um indicador brasileiro de avaliação da qualidade de evidenciação de informações ambientais, Bachmann, Carneiro e Espejo (2013) envolveram em

seu estudo a participação de especialistas representantes da área da gestão ambiental e da contabilidade ambiental para avaliarem (rodadas Delphi) dentre os quarenta e nove atributos de evidenciação ambientais selecionados, os dez mais relevantes. Estes, ao final do estudo, ficaram assim definidos: impactos ambientais dos produtos e processos; informações sobre resíduos e desperdícios; estabelecimento de metas e objetivos ambientais; programa de gestão ambiental (longo prazo); declaração das políticas empresariais ambientais; uso eficiente; reutilização da água; auditoria ambiental; práticas contábeis de itens ambientais; reserva para proteção ambiental; custos e/ou despesas ambientais. Os autores ainda evidenciam que os atributos qualitativos receberam maior peso (p.ex., “Impactos Ambientais de Produtos e Processos” e “Informações sobre Resíduos”).

A pesquisa de Gonzalez et al., (2000) procurou descrever a organização e as mudanças da gestão ambiental no contexto espanhol. Os autores verificaram que além de ser pouco “o esforço” por parte das empresas, também não agrega estudo com parâmetros eficazes, pois, somente seis empresas estão entre as 10% responderam a um questionário anterior sobre o assunto (responsabilidade ambiental). Nesse contexto, três foram selecionadas para representar as diferentes faixas de regulamentação. Considera-se assim, a evidência de uma margem para a realização de estudos é muito estreita, e pouco confiável.

3.6 SETOR DE CELULOSE E PAPEL

As empresas de celulose, de papéis e de artefatos de papéis representam o setor de celulose e papel. Somam-se as florestas, a indústria de editoração e gráfica e os segmentos de distribuição a elas vinculados na constituição da cadeia produtiva da celulose e papel (MONTEBELLO; BACHA, 2011).

Em 1997 esse setor arrecadou cerca de US\$ 7,1 bilhões, em torno de 1% do PIB nacional. A partir disso surgiram novas oportunidades de trabalho e divisas internacionais devido ao fato de as exportações alcançarem cerca de US\$ 1,9 bilhão, mais ou menos 4% das exportações realizadas no Brasil. No ano de 2012, 4,6 bilhões de reais foram investidos na base florestal nacional, tendo como focos principais as áreas de plantio, colheita e transporte. O montante investido no período entre 2014 e 2017 chegou a 26 bilhões de reais, 41% a mais do que o período anterior (BNDES, 2014).

Estes resultados possibilitam constatar que o setor de papel brasileiro vem se sobressaindo gradativamente no panorama internacional. Tanto que em 2012, o país se

encontrava no quarto lugar do ranking de países produtores de celulose de todos os tipos e no primeiro lugar como produtor de celulose de eucalipto (IBÁ, 2015); além disto, detinha ainda o décimo primeiro lugar como produtor mundial de papel e papelão (BRACELPA, 2014). Todavia, embora exista certa quantidade de empresas neste segmento, há uma enorme discrepância industrial, pois são poucas as que possuem produção de celulose e papel integradas (SILVA; BUENO; NEVES, 2015).

No mercado externo, a China passou a ser, desde julho de 2016, o principal comprador do insumo brasileiro, ultrapassando os países europeus. Entre 2013 e 2016, as exportações para o mercado chinês aumentaram de 30% para 39%, o que representa um volume de US\$ 2,1 bilhões (IBGE, 2016). Tais cifras e percentuais possibilitam constatar que as exportações das empresas nacionais crescem significativamente e alcançam lugar de destaque no mercado externo em decorrências da ineficiência da concorrência, entre elas as empresas Canadense, norte-americana e as europeias. De outro modo, em relação às indústrias focadas na produção exclusiva de papel, a concorrência externa é acirrada, pois oferecem a mesma qualidade e bons preços tanto quanto as indústrias brasileiras (COELHO; COELHO, 2016).

Entre 2004 a 2014, no Brasil, ocorreu um crescimento de aproximadamente 3% ao ano na produção de papéis, que seguiu acompanhado pelo aumento da demanda no mercado interno. As empresas Klabin, Suzano, CMPC e International Paper são consideradas as empresas produtoras de papel dominantes na América do Sul, empresas que atuam no mercado nacional e internacional (SILVA; BUENO; NEVES, 2015).

A alta concentração do setor de celulose tem origem na elevada escala de produção e também ao fato de ser uma indústria intensiva em capital. É tanto, que 80% da produção nacional está concentrada em cinco empresas (Fibria, Suzano, Klabin, Cenibra e International Paper). No setor de papel a concentração é menor. 61% de produção nacional é produto de cinco empresas (Klabin, Suzano, International Paper, Fibria e Rigesa). Uma explicação para estas diferenças pode se encontrar na maior segmentação de mercado e nas inexpressivas barreiras à entrada em alguns nichos de mercado (VIANA, 2012).

A área plantada de pinus e eucalipto para fins industriais no Brasil corresponde a mais de 6,66 milhões de hectares, além de 2,8 milhões de hectares de florestas preservadas. O plantio de eucalipto representa aproximadamente 76% da base florestal nacional destinada para a produção de celulose, enquanto os outros 24% são ocupados por pinus. Os investimentos acumulados nos últimos 10 anos representam mais de 12 bilhões de dólares e estão concentrados de modo geral nas regiões Sul e Sudeste do país. Além disso, estima-se uma

ampliação da capacidade produtiva do segmento de celulose em 57% até 2020, chegando a 22 milhões de toneladas por ano (ABRAF, 2013).

O solo e clima propícios para o desenvolvimento de uma base florestal sólida, somados aos investimentos em pesquisa, inovação e desenvolvimento, com destaque ao melhoramento genético voltado a ampliação da produtividade e da eficiência da indústria florestal, são aspectos que contribuem e justificam a posição de destaque ocupada pelas organizações brasileiras de celulose e papel. A credibilidade destas no cenário internacional decorre do fato de que a madeira utilizada na produção de celulose derivar exclusivamente de florestas plantadas, em obediência aos critérios de preservação ambiental definidos pelo Código Florestal Brasileiro. Afinal, os impactos ambientais e sociais associados ao processo produtivo são decisivos à decisão de compra por parte de países desenvolvidos (VIANA, 2012).

As fases de reflorestamento, produção de madeira, fabricação de celulose, fabricação de papel, conversão de papel em artefatos, produção gráfica, produção editorial e reciclagem do papel utilizado compõem uma corrente de produção complexa, mas própria do setor de celulose e papel. Além destas fases, o setor desenvolve ainda, atividades de geração de energia, distribuição, comércio, exportação e transportes rodoviário, ferroviário e marítimo, de produtos e matérias-primas. Muitas necessidades da sociedade, como por exemplo, cultura, lazer ou educação, são supridas pelos artefatos oriundos dessa corrente produtiva (LOPES; CONTADOR, 1998).

Reflexões a respeito da importância desse setor carregam em si a informação que celulose e papel representam as maiores cadeias produtivas do setor florestal brasileiro. Isto porque praticamente 50% da área de plantios florestais comerciais do país pertencem a estas duas empresas. No ano de 2017 foi registrado um crescimento do volume produzido de celulose da ordem de 85%, em relação aos níveis de produção dos 10 anos anteriores. Entretanto, relativo à indústria do papel, considera-se um crescimento acumulado de produção de apenas 17%, em relação ao início da última década (FUNCHAL, 2017).

As empresas do setor de celulose e papel apresentam diferenças importantes entre si. Isto porque a produção em resposta ao aumento da demanda por tipos especiais de papéis resultou no aumento da quantidade de pequenas e médias empresas que se inserem no segmento. Todavia, os papéis mais comuns são produzidos por grandes corporações que encontram nas exportações uma forma de crescimento em suas vendas, o que requer expressivos investimentos na ampliação da sua eficácia e de seu parque industrial. Esse crescimento é essencialmente dependente do desenvolvimento da economia brasileira (CORREA; GONÇALVES; MORAES, 2015).

Ainda relativo aos aspectos que marcam diferenças importantes entre as organizações desse setor, observa-se que a indústria de celulose emprega um menor número de trabalhadores do que as empresas de papéis ou de artefatos de papéis. Todavia, estes trabalhadores são os que têm maior grau de escolaridade ou mais qualificações (MONTEBELLO; BACHA, 2011). Reitera este entendimento Funchal (2017) ao destacar que em 2017 a quantidade de trabalhadores na indústria de celulose foi 31% menor do que a registrada nos dez anos anteriores. O autor constatou ainda, que a indústria de papel reduziu o quadro de empregados, notadamente após o ano de 2014.

A extensa cadeia produtiva do setor de celulose e papel beneficia a sociedade e a economia do país, mas impacta, em alguma medida, o meio ambiente. Há importantes desafios neste setor que requerem enfrentamentos e adoção de medidas protetivas. Mecanização da produção e decorrente redução na geração de postos de trabalho principalmente no campo, uso indiscriminado da água, exploração, expropriação e extermínio de florestas nativas e áreas verdes, são alguns exemplos dos desafios anunciados (LIMA et al., 2017). Para Montebello e Bacha (2013) este entendimento ao referirem que há, sobre o processo de produção de celulose, consideráveis pressões ambientais, notadamente de consumidores europeus. Tais pressões, conforme os autores, estão focalizadas no processo de branqueamento do produto e à quantidade de água e energia consumidas, além dos resíduos gerados que são despejados no ar e água. Essas situações, além de outras, demandam práticas de governança responsáveis à necessidade de preservação dos bens da natureza.

Ainda que a realidade descrita seja ameaçadora, é possível observar que gestores de empresas parecem ter tomado ciência de que, quanto maior sua responsabilidade em relação ao meio ambiente, maior a probabilidade de crescimento no mercado. Souza et al., (2011) registram que há uma certa tendência de adoção, por parte das organizações, de condutas socialmente responsáveis, condição que possibilita, além do lucro, benefícios aos seus empregados e à sociedade onde estão inseridos. Tachizawa (2009) destaca que o uso consciente dos recursos naturais e sociais reflete um maior volume de produção da empresa e a torna mais competitiva. Além destes, aspectos culturais, jurídicos, políticos, econômicos e naturais – que refletem o desempenho social das organizações - determinam os danos e/ou benefícios decorrentes do seu processo produtivo sobre o seu entorno ambiental. Por conseguinte, resta moralmente implícito o dever que essas têm em trabalhar para que resultados positivos (mais benefícios e menos danos) de suas atividades sejam vivenciados pela sociedade onde elas se inserem (WOOD, 2010).

Por conseguinte, a preocupação com a responsabilidade social e com a exploração e esgotamento dos recursos naturais passou, nas últimas décadas, a ser considerada de modo mais expressivo pelas empresas de celulose e papel, assim como ocorreu com todos os setores produtivos. É possível verificar então, que o interesse em relação à preservação dos ecossistemas está refletido em algumas das iniciativas desenvolvidas e implementadas pelas empresas do setor de celulose e papel. Educação ambiental, conservação da biodiversidade, desenvolvimento de projetos e programas ambientais, gestão de emissões de gases e programas de ecoeficiência são as principais iniciativas adotadas pelo setor (MELO; ANZILAGO; SILVA, 2015).

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo é exposto o percurso metodológico delineado para atender os objetivos do estudo.

4.1. CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

De acordo com os pressupostos orientadores do Programa de Pós-Graduação a que se vincula este estudo, a perspectiva interdisciplinar é definidora da trajetória de pesquisa e das análises que este pretendeu levar a efeito. Como a pesquisa examinou as repercussões das ações de RSA nas empresas de grande porte do setor de celulose e papel, a perspectiva adotada tornou-se promissora. Isto porque, para além de uma síntese simplificadora ou uma análise fragmentada (LEIS, 2005), faz-se a exposição, integração e interação do conhecimento e das diferentes áreas que o abrigam (PEREIRA, 2009). Para tanto, para se produzir um novo conhecimento interdisciplinar é preciso pesquisar a partir da premissa de rigor, criticidade e profundidade (FAZENDA; VARELLA; ALMEIDA, 2014), compromisso assumido e efetivado. A Figura 1 expõe os principais aspectos envolvidos no estudo.

Figura 2. Ilustração dos principais aspectos de interesse da pesquisa

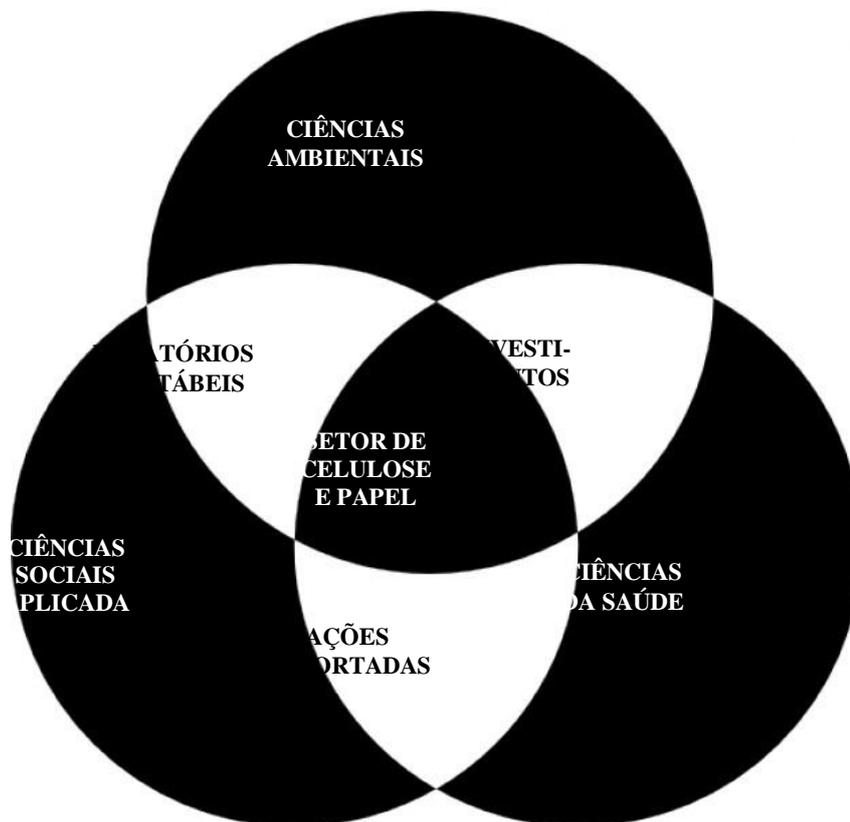


Fonte: dados da pesquisa, 2018.

A Figura 2 ilustra o processo realizado pelas empresas em relação ao meio ambiente e à comunidade. As empresas estão representadas pelo regador e pelas gotas d'água que são seus investimentos. A figura elíptica com recortes por onde percorrem essas gotas representa o meio ambiente. Observa-se que atrás dos galhos de vegetação existe um aglomerado de figuras ovais; eles representam as florestas, que recebem grande parte dos investimentos das empresas do setor de celulose e papel. Por fim, na parte inferior do desenho há três pessoas que representam a comunidade – outra área de investimento das empresas deste setor. Por meio das gotas que caem sobre a figura há a intenção de ilustrar que o receptor final das ações das empresas é a comunidade onde ela se insere.

E, de modo a dar visibilidade à perspectiva interdisciplinar orientadora da pesquisa e da produção de seus resultados, a Figura 3, a seguir, é apresentada.

Figura 3. Perspectiva interdisciplinar adotada no estudo



Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Neste viés, no que diz respeito à sua natureza, a pesquisa se caracteriza como uma pesquisa aplicada, pois produz conhecimentos que possam ter aplicação prática e ser utilizados

na solução de problemas ou superação de desafios relacionados aos investimentos em ações de RSA nas empresas de grande porte do setor de celulose e papel (SILVA; MENEZES, 2005).

A forma de abordagem do problema caracteriza a pesquisa como qualitativa, pois se interpretaram os fenômenos a serem investigados e atribuíram-lhes significados (SILVA; MENEZES, 2005). Além disso, o interesse manifesto foi priorizar a qualidade das informações coletadas de forma a detalhar suas características (VOLPATO, 2013).

Em se tratando de seus objetivos, a pesquisa assumiu o caráter descritivo, pois descreve os investimentos em ações de RSA nas empresas de grande porte do setor de celulose e papel e estabelecer relações entre algumas variáveis (SILVA; MENEZES, 2005). O caráter descritivo que imprimiu à pesquisa se associa à coleta de informações sobre os conceitos ou as variáveis a que se referem (SAMPHERE, 2006). Assim, ao se selecionar uma amostra e retratar uma parte (empresas de grande porte do setor de celulose e papel) foi possível depreender resultados para o todo (VOLPATO, 2013). Ao se definir o caráter descritivo da pesquisa, objetivou-se a observação, registro e análise dos documentos publicados pelas empresas em tela, sem, contudo, adentrar-se no mérito dos conteúdos que tais documentos ensejam.

Os procedimentos técnicos ou estratégias de investigação caracterizam o estudo como uma pesquisa documental, pois foi elaborada a partir de materiais – no caso, relatórios contábeis - que não receberam tratamento analítico, que podem ser reelaborados, ou ainda que podem ser reinterpretados de modo a responder à pergunta de pesquisa (GIL, 2008). Há méritos em valer-se de pesquisa documental quando o tema envolve a área Contábil, pois é possível se “verificar fatos passados que possam ser úteis, não apenas como registro de memórias, mas também para ajudar no presente e vislumbrar tendências futuras” (BEUREN; RAUPP, 2010, p. 90).

4.2 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA – CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

As grandes empresas do setor de celulose e papel situadas no Brasil representam a população de interesse deste estudo, especificamente aquelas que têm publicados seus relatórios de sustentabilidade em meio eletrônico de livre acesso. O foco de atenção esteve concentrado em seus relatórios anuais de sustentabilidade. Nestes termos, para a seleção da amostra do estudo foram adotados os seguintes critérios de inclusão quanto a tais relatórios: (a) publicados entre os anos de 2014 e 2016, (b) de empresas de grande porte, (c) do setor de celulose e papel e (d) que têm atuação e estão localizadas no território brasileiro.

Como critério de exclusão, documentos contábeis (a) de empresas que não publicaram relatório de sustentabilidade, (b) relatórios anuais de sustentabilidade publicados fora do período entre os anos 2014 e 2016 (c) de empresas multinacionais, (d) de empresas de porte médio, pequeno ou micro, (e) de empresas localizadas e com atuação fora do território brasileiro.

A partir da definição dos critérios de inclusão e exclusão, obteve-se como resultado a possibilidade de realizar a pesquisa com os relatórios anuais de sustentabilidade publicados por cinco empresas como amostra: Cenibra (Celulose Nipo-Brasileira S.A), Eldorado (Eldorado Brasil Celulose S.A.), Fibria (Fibria Celulose S.A), Klabin (Klabin S.A.) e Suzano (Suzano Celulose e papel S.A.).

4.2.1 Histórico das empresas participantes

A seguir, encontra-se um apanhado de informações sobre as empresas que fazem parte desta pesquisa.

4.2.1.1 Perfil da empresa Celulose Nipo-Brasileira S.A (Cenibra)

Foi fundada no dia 13 de setembro de 1973. Localizada no leste de Minas Gerais atua em 54 municípios, onde, também desenvolve diversos projetos socioambientais, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da região.

Os municípios de atuação da CENIBRA são: Açucena, Alvinópolis, Antônio Dias, Barão de Cocais, Bela Vista de Minas, Belo Oriente, Bom Jesus do Amparo, Bom Jesus do Galho, Braúnas, Bugre, Caeté, Cantagalo, Caratinga, Catas Altas, Coluna, Coroaci, Coronel Fabriciano, Córrego Novo, Dores de Guanhões, Divinolândia de Minas, Ferros, Gonzaga, Governador Valadares, Guanhões, Iapu, Ipaba, Ipatinga, Itabira, Joanésia, Mariana, Marliéria, Materlândia, Mesquita, Naque, Nova Era, Paulistas, Peçanha, Periquito, Pingo D'Água, Rio Piracicaba, Rio Vermelho, Sabinópolis, Santa Bárbara, Santa Maria de Itabira, Santana do Paraíso, Santo Antônio do Itambé, São Domingos do Prata, São Gonçalo do Rio Abaixo, São João Evangelista, Sardoá, Sem-Peixe, Senhora do Porto, Virginópolis, Virgolândia.

Desde julho de 2002 a CENIBRA produz somente celulose ECF (Elemental Chlorine Free). Na produção desta celulose são utilizados como agentes de branqueamento o oxigênio, o dióxido de cloro e o peróxido de hidrogênio. Sendo os principais parâmetros de classificação da celulose, a alvura, a viscosidade e a sujeira.

A produção anual é de aproximadamente 1,2 milhão de toneladas de celulose. Deste total, mais de 90% é direcionado ao mercado externo, atendendo principalmente o Japão, Estados Unidos e países da Europa, América Latina e Ásia.

4.2.1.2 Perfil da empresa Eldorado Brasil Celulose S.A (Eldorado)

Fundada em 2010, e desde lá, vem expandindo sua atuação até a construção do terminal portuário de Santo (local para armazenamento de produtos para exportação).

Em fevereiro de 2015 foi anunciada a construção da segunda fábrica também na cidade de Três Lagoas, serão investidos cerca de 11 bilhões de reais nessa nova fábrica e deverá ser concluída em 2018, quando estiver pronta a segunda fábrica combinada com a primeira terá uma capacidade anual de 4 milhões de toneladas por ano. Tem um quadro com aproximadamente quatro mil colaboradores.

Tem área de atuação global, que leva a celulose nacional de alta qualidade para todo o mundo. Seu complexo industrial e áreas de plantio estão localizados no Mato Grosso do Sul e está operando em ritmo de 1,7 milhão de toneladas de celulose por ano. Eldorado Brasil produz de forma sustentável uma celulose de eucalipto branqueada, com alta qualidade. A pasta de celulose, gerada a partir do processamento da madeira, passa por quatro etapas de branqueamento até chegar ao produto final, o que garante sua qualidade.

Tem fortalecido sua presença no mercado internacional, já que as exportações representaram cerca de 90% das vendas totais em 2014, tendo como principais destinos China, Itália, Estados Unidos, Coreia do Sul e Alemanha.

4.2.1.3 Perfil da empresa Fibria Celulose S.A (Fibria)

É uma empresa brasileira líder mundial na produção de celulose branqueada de eucalipto. Com capacidade produtiva de 5,3 milhões de toneladas anuais, a empresa exporta celulose para mais de 40 países. Em 1967, tem início a Aracruz Florestal no Espírito Santo e os primeiros plantios de eucalipto. Iniciada a operação da fábrica de Três Lagoas (MS), com capacidade produtiva de 1,3 milhão de toneladas/ano de celulose. Nasce a Fibria, líder mundial em celulose de mercado, com 15 mil funcionários e capacidade para produzir cerca de 5,4 milhões de toneladas de celulose e mais de 300 mil toneladas de papel por ano.

A Fibria reafirmou, em 2012, seu compromisso com o Pacto Global, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) que busca reforçar, na comunidade empresarial, a

adoção de valores fundamentais de direitos humanos, relações de trabalho justas, respeito pelo meio ambiente e combate à corrupção. As ações da Fibria em 2012, que se enquadram nos dez princípios estabelecidos pelo Pacto Global.

4.2.1.4 Perfil da empresa Klabin S.A.

Maior produtora e exportadora de papéis do Brasil é líder na produção de papéis e cartões para embalagens, embalagens de papelão ondulado e sacos industriais, além de comercializar madeira em toras. É também a única do país a fornecer simultaneamente ao mercado celulose de fibra curta (eucalipto), celulose de fibra longa (pínus) e celulose.

Empresa brasileira, fundada em 1899, possui atualmente 18 unidades industriais (17 no Brasil, em oito estados, e uma na Argentina).

A Klabin também conta com escritórios comerciais em oito estados brasileiros, uma filial nos Estados Unidos, um novo escritório na Áustria, além de representantes e agentes comerciais em vários países.

A gestão da empresa está orientada para o desenvolvimento sustentável, buscando crescimento integrado e responsável, que une rentabilidade, desenvolvimento social e compromisso ambiental. Desde 2014, a Klabin integra a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&FBovespa. Também é signatária do Pacto Global da ONU e do Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, buscando fornecedores e parceiros de negócio que sigam os mesmos valores de ética, transparência e respeito aos princípios de sustentabilidade.

A Klabin foi a primeira no setor de celulose e papel no Hemisfério Sul a obter, em 1998, a certificação FSC® - Forest Stewardship Council® (FSC-C022516), que atesta uma gestão que conserva os recursos naturais, proporciona condições justas de trabalho.

4.2.1.5 Perfil da empresa Suzano Celulose e papel S.A.

A Suzano Celulose e papel, uma empresa de base florestal, controlada pela Suzano Holding. Com 93 anos de existência, vive em um pleno processo de rejuvenescimento. O que a motiva a isso é o crescimento sustentável, alinhados aos novos tempos com a inovação.

Opera hoje no segmento de celulose de eucalipto, comercializada em 31 países, e papel, vendido em mais de 60 países. É a segunda maior produtora global de celulose de eucalipto e está entre as cinco maiores de celulose de mercado.

Mantem sede administrativa em São Paulo (SP) e cinco unidades industriais – três no Estado de São Paulo (Limeira e duas em Suzano), uma na Bahia (Mucuri) e uma no Maranhão (Imperatriz).

No exterior, mantem escritório comercial na China e subsidiárias nos Estados Unidos, Suíça, Inglaterra e Argentina. Já a FuturaGene conta com laboratórios no Brasil, em Israel e na China. Contempla um quadro de oito mil colaboradores próprios, e onze mil prestadores de serviços indiretos.

Estabelecendo áreas florestais que somam 1,2 milhão de hectares, dos quais 562 mil com florestas plantadas (áreas próprias, arrendadas e fomentadas), concentrados na Bahia, no Espírito Santo, em São Paulo, em Minas Gerais, no Maranhão, no Tocantins, no Pará e no Piauí. Cerca de 499 mil hectares são de áreas de preservação.

4.3 PROCEDIMENTO DE COLETA E REGISTRO DE DADOS

Visando identificar aspectos de produção, investimentos ou diretrizes para o desenvolvimento sustentável que tendem a minimizar danos ocasionados pelos métodos de produção utilizados, todos os registros pertencentes aos relatórios de sustentabilidade foram essenciais. Na concepção de Severino (2017, p. 152) a coleta de dados é a “forma de registro e sistematização de dados, informações, colocando-os em condições de análise por parte do pesquisador”.

Primordialmente, o referido projeto foi submetido à qualificação da banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Saúde da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), obtendo a aprovação pela mesma no dia 19 de dezembro de 2017. Após a aprovação foi dado início ao procedimento de coleta de dados, tendo em vista os objetivos específicos, que foram utilizados como parâmetro para que essa parte da pesquisa permanecesse alinhada com as demais. O procedimento de coleta foi feito entre os meses de agosto e novembro de 2018 e dividido em duas etapas.

4.3.1 Etapa 1 – Busca pelos relatórios de sustentabilidade

Nessa etapa, foram realizadas pesquisas em endereços eletrônicos de websites, com o propósito de compreender como as empresas divulgavam os relatórios de sustentabilidade, e

demais informações sociais e ambientais. Neste contexto, foi importante conhecer a atuação das empresas, histórico, abrangência nacional e principais produtos e serviços oferecidos.

As empresas disponibilizam os relatórios em seus sites oficiais, no formato de arquivo PDF. Os relatórios também podem ser encontrados em websites informativos e no site da empresa BM&FBovespa publicados para fins econômicos. O Quadro 1 possibilita visualizar as fontes de coleta de dados dos relatórios anuais de sustentabilidade incluídos nesta pesquisa.

Quadro 1. Relatórios de sustentabilidade incluídos na pesquisa

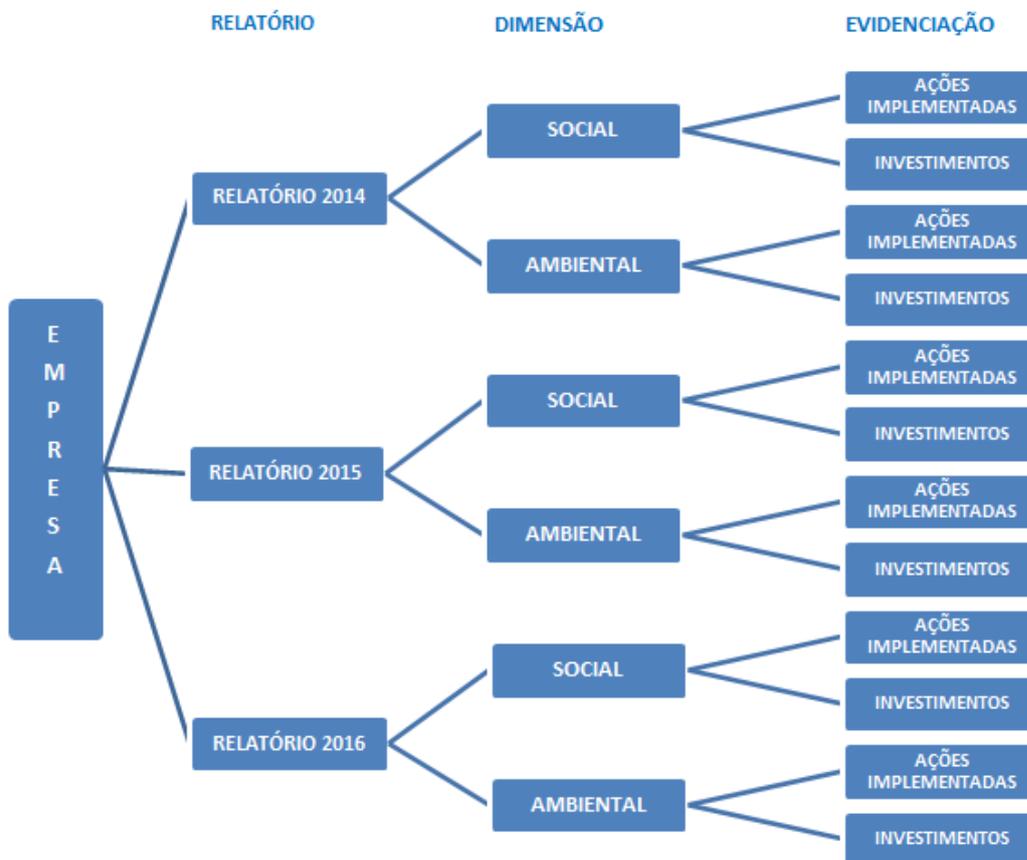
| Empresa | Fonte | Ano | Publicação |
|--|--|------------|-------------------|
| Cenibra | Relatório Anual de Sustentabilidade 2016 | 2016 | 2017 |
| | Relatório Anual de Sustentabilidade 2015 | 2015 | 2016 |
| | Relatório Anual de Sustentabilidade 2014 | 2014 | 2015 |
| Obs.: Os Relatórios Anuais e de Sustentabilidade da empresa Cenibra são encontrados em: http://static.globalreporting.org/report-pdfs/2015/4547053d2f88c2b8d68f9b4bb9253150.pdf https://www.cenibra.com.br/wp-content/uploads/2016/06/RELATORIO-DE-SUSTENTABILIDADE-2015_CENIBRA.pdf https://www.cenibra.com.br/wp-content/uploads/relatoriodesustentabilidade/2016/arquivos/rs2016-ptb.pdf | | | |
| Eldorado | Relatório Anual de Sustentabilidade 2015 | 2016 | 2017 |
| | Relatório Anual de Sustentabilidade 2014 | 2015 | 2016 |
| | Relatório Anual de Sustentabilidade 2013 | 2014 | 2015 |
| Obs.: Os Relatórios Anuais e de Sustentabilidade da empresa Eldorado são encontrados em: http://www.eldoradobrasil.com.br/Sustentabilidade/Sustentabilidade-Eldorado/Relatorio-de-Sustentabilidade | | | |
| Fibria | Relatório Anual de Sustentabilidade 2016 | 2016 | 2017 |
| | Relatório Anual de Sustentabilidade 2015 | 2015 | 2016 |
| | Relatório Anual de Sustentabilidade 2014 | 2014 | 2015 |
| Obs.: Os Relatórios Anuais e de Sustentabilidade da empresa Fibria são encontrados em: http://www.fibria.com.br/r2014/ http://www.fibria.com.br/r2015/ http://www.fibria.com.br/r2016/ | | | |
| Klabin | Relatório Anual de Sustentabilidade 2016 | 2016 | 2017 |
| | Relatório Anual de Sustentabilidade 2015 | 2015 | 2016 |

| Empresa | Fonte | Ano | Publicação |
|---|--|------------|-------------------|
| | Relatório Anual de Sustentabilidade 2014 | 2014 | 2015 |
| Obs.: Os Relatórios Anuais e de Sustentabilidade da empresa Klabin são encontrados em: https://www.klabin.com.br/pt/sustentabilidade#relatorio | | | |
| | Relatório Anual de Sustentabilidade 2016 | 2016 | 2017 |
| Suzano | Relatório Anual de Sustentabilidade 2015 | 2015 | 2016 |
| | Relatório Anual de Sustentabilidade 2014 | 2014 | 2015 |
| Obs.: Os Relatórios Anuais e de Sustentabilidade da empresa Suzano são encontrados em: http://ri.suzano.com.br/a-companhia/sustentabilidade | | | |

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Após o processo de busca, foram realizados *downloads* dos relatórios e armazenado num banco de dados. A partir disso, iniciou-se o estudo das informações e dados presentes nos relatórios elencados. O desenvolvimento dessa etapa ocorreu nos meses de agosto e setembro de 2018. O processo de extração e organização dos dados na coleta seguiu o fluxo apresentado na Figura 4, a seguir.

Figura 4. Fluxo de extração e organização dos dados



Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Os relatórios foram organizados em pastas digitais com nome da empresa correspondente. A pesquisadora iniciou o estudo com a leitura prévia dos relatórios por empresa e em ordem de publicação, para conhecer suas estruturas e a forma de apresentação de dados. Dessa forma intensificaram-se as análises nas dimensões sociais e ambientais presentes nos relatórios, com o objetivo de identificar as ações e declarações implementadas pelas empresas. Esse processo foi essencial para avançar para próxima etapa da coleta de dados.

4.3.2 Etapa 2 – Pesquisa documental

O levantamento de informações referentes o conteúdo de cunho ambiental e social presentes os relatórios anuais de sustentabilidade abordados nessa pesquisa, possibilitou a elaboração de uma “Planilha para coleta dos dados” utilizando a ferramenta Microsoft Excel, de acordo com as informações do Quadro 2, cujos elementos estão descritos no Quadro 3.

Quadro 2. Planilha para coleta dos dados - Modelo

| EMPRESA | 201X | | | | | | | |
|---------------|------------|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 |
| Subcategorias | Quantidade | | | | | | | |

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Tendo como base os conceitos e conhecimentos adquiridos sobre o tema, foi realizada a extração e tabulação de todo o conteúdo de cunho ambiental e social, representadas por informações de ações, programas e projetos, declarações, políticas e impactos relatados no relatório anual de sustentabilidade, separando-as por empresa. Neste estudo foram considerados os anos de 2014, 2015 e 2016.

Dessa maneira, seguindo a metodologia da “Planilha para coleta de dados”, no momento da coleta, as subcategorias foram classificadas por meio de cinco códigos que se referem à natureza da informação encontrada, conforme a descrição no Quadro 3.

Quadro 3. Classificação das informações: qualitativas, quantitativas e suas derivações.

| | |
|---------------|---|
| QLIGE | Informações qualitativas genéricas (setor; informação genérica da empresa, como por exemplo, cita que possui ações educacionais, culturais ou esportivas, sem detalhar essas ações) |
| QTIGE | Informações quantitativas genéricas (setor) |
| QLIESP | Informações qualitativas específicas (da empresa) |
| QTINAO | Informações quantitativas não monetárias específicas (da empresa) |
| QTIMON | Informações quantitativas monetárias (R\$) específicas (da empresa) |

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Após classificar o conteúdo dos relatórios estudados em suas respectivas categorias, dentro da “Planilha para coleta de dados” foi realizada a compilação de dados, observando os critérios e princípios para realização da coleta e registro de dados. O Quadro 4 mostra o número de páginas estudado de cada relatório analisado.

Quadro 4. Quantidade de páginas analisadas por relatórios de sustentabilidade

| Empresa | Relatórios | Nº páginas Pesquisadas | Período de trabalho |
|----------------|--|-------------------------------|----------------------------|
| Cenibra | Relatório de sustentabilidade Cenibra de 2014 | 182 | Agosto de 2018 |
| | Relatório de sustentabilidade Cenibra de 2015 | 105 | |
| | Relatório de sustentabilidade Cenibra de 2016 | 90 | |
| Eldorado | Relatório de sustentabilidade Eldorado de 2014 | 58 | |
| | Relatório de sustentabilidade Eldorado de 2015 | 72 | |
| | Relatório de sustentabilidade Eldorado de 2016 | 38 | |
| Fibria | Relatório de sustentabilidade Fibria de 2014 | 152 | Setembro de 2018 |
| | Relatório de sustentabilidade Fibria de 2015 | 100 | |
| | Relatório de sustentabilidade Fibria de 2016 | 62 | |
| Klabin | Relatório de sustentabilidade Klabin de 2014 | 63 | |
| | Relatório de sustentabilidade Klabin de 2015 | 48 | |
| | Relatório de sustentabilidade Klabin de 2016 | 36 | |
| Suzano | Relatório de sustentabilidade Suzano de 2014 | 64 | |
| | Relatório de sustentabilidade Suzano de 2015 | 41 | |
| | Relatório de sustentabilidade Suzano de 2016 | 89 | |

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

No momento da extração, transcrição e organização dos dados para a “Planilha para coleta de dados” (Quadro 2), o conteúdo foi identificado e classificado. Esse processo ocorreu entre os meses de agosto e setembro de 2018, de acordo com o Quadro 04. Quantidade de páginas analisadas por relatórios de sustentabilidade.

4.4 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS

Os dados coletados foram organizados em planilhas sínteses. A partir destas planilhas, utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo de Bardin. Por meio dessa técnica de análise, buscou-se compreender as características, estruturas ou modelos que integram os documentos analisados (CAMARA, 2013). Bardin (2011) destaca que a concretude da análise de conteúdo implica na consecução de três fases: (a) pré-análise (fase de organização); (b) exploração do material (fase de codificação); (c) tratamento dos resultados a inferência e interpretação (fase de tornar os dados significativos e válidos).

Desta maneira, para compor a técnica de análise de dados foi realizada a pré-análise e a codificação das ações, dentro da “Planilha para coleta de dados”, por meio de categorias que

ajudaram a evidenciar o conteúdo social e ambiental declarados pelas empresas e publicadas nos relatórios de sustentabilidade estudados. As categorias e subcategorias facilitam o entendimento de programas e projetos realizados e revelam a dimensão (social, ambientais ou ambas) que elas propagam com investimentos, além de padronizar os dados entre as empresas estudadas, como mostra o Quadro 5.

Quadro 5. Estrutura e codificação conceitual para levantamento das informações sociais e ambientais

| Categorias | Subcategorias |
|--|---|
| 1. Comunidade | Programas de voluntariado; Patrocínio a projetos de saúde pública; Relações com povos indígenas; Doações de recursos para entidades de utilidade pública ou OSCIP; Apoio à educação; Apoio à habitação e à alimentação; Apoio à cultura; Apoio a atividades esportivas; Relacionamento com <i>stakeholders</i> ; Decisões ou multas relacionadas com a comunidade local e Investimentos de caráter social. |
| 2. Diversidade | Número de mulheres e negros na força de trabalho; Proporção de salário base entre homens e mulheres; Contratação de pessoas com deficiência e Não discriminação contra minorias. |
| 3. Relações com empregados | Número de funcionários, tempo de serviço na empresa e faixas etárias; Remuneração dos funcionários (média e/ou total); Relações sindicais ou com órgãos de classe; Programas de incentivo à cultura; Educação e treinamento dos funcionários; Saúde, higiene e segurança no local de trabalho; Acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, absenteísmo e óbitos; Aposentadoria e planos de previdência complementar (ou privada); Auxílio à creche e a bolsa de estudos para filhos de funcionários; Suporte a maternidade e paternidade; Taxa de rotatividade e política de demissão; Participação dos trabalhadores nas decisões gerenciais; Satisfação profissional e motivação dos funcionários. |
| 4. Políticas Ambientais e Sistemas de Gerenciamento Ambiental | Declaração das políticas, práticas, ações atuais; Estabelecimento de metas e objetivos ambientais; Certificação ou <i>compliance</i> com leis e normas ambientais; Prêmios e participações em índices ambientais; Participação em organizações ambientalistas; Relacionamento ambiental com <i>stakeholders</i> ; Gestão (de riscos) ambiental; ISOs 14000; Indicadores de desempenho ambiental; Avaliação incluindo parecer independente e Programas de Qualidade - ISO 9000,9001e FSC. |
| 5. Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente | Desperdícios e resíduos; Vazamentos, derramamentos e terra utilizada; Emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE); Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozônio; Reciclagem e Uso eficiente e/ou reutilização da água. |
| 6. Políticas de Energia | Desenvolvimento ou exploração de novas fontes de energia; Utilização de resíduos materiais para a produção de energia; Consumo de energia proveniente de fontes renováveis e Esforços da empresa para reduzir o consumo de energia. |
| 7. Educação ambiental e Pesquisas | Educação ambiental (internamente e/ou comunidade) e Apoio às pesquisas relacionadas ao meio ambiente. |
| 8. Outras Informações Ambientais | Menção relativa ao desenvolvimento sustentável; Gerenciamento de florestas e/ou reflorestamento; Preservação da biodiversidade e de recursos naturais; Investimentos ambientais; Custos e/ou despesas ambientais e Passivos ambientais. |

Fonte: Adaptado de Rover e Santos (2014).

As oito categorias e subcategorias apresentadas no Quadro 5 foram elaboradas à medida que os estudos avançavam em meio aos relatórios analisados, desta forma, é possível dizer que elas representam, compilam e abrangem as informações socioambientais listadas no período pesquisado. Para uma melhor compreensão, é importante demonstrar o procedimento adotado

por meio de um exemplo apresentado no Quadro 6.

Quadro 6. Exemplo da técnica adotada para análise do conteúdo pesquisado

| Relatório | Ação / Programa / Declaração | Subcategoria na Planilha de coleta | Classificação da informação |
|--|--|---|------------------------------------|
| Relatório de sustentabilidade Klabin de 2015: Página 38. | CRESCER LENDO: em parceria com a organização United Way Brasil e o Instituto Avisa Lá, o projeto promoveu a formação de profissionais de ensino infantil e a instalação de bibliotecas para educação infantil em escolas municipais das cidades de Lages, Otacílio Costa, Correia Pinto, Itajaí, Rio Rufino e Bocaina do Sul (SC). | Apoio à educação | QLIESP |

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Com a técnica de análise dos dados alinhada aos princípios e concepções de Bardin (2011), utilizaram-se alguns critérios específicos para compor essa etapa da pesquisa. Esses critérios referem-se aos: conhecimentos adquiridos acerca do tema, à organização de dados por meio das subcategorias e as classificações das informações por meio de códigos. A partir disso, foi possível interpretar os dados e torná-los significativos e válidos, como explicitado no capítulo 5, a seguir.

5 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No cumprimento dos objetivos estabelecidos com este estudo buscou-se examinar as ações de RSA declaradas nos relatórios de sustentabilidade dentro do período definido, de modo a conhecer os investimentos feitos e sua evolução nas empresas de grande porte do setor de celulose e papel. Para melhor expor e descrever os resultados encontrados no estudo, a apresentação e análise dos resultados foi dividida em três partes, sendo inicialmente abordadas, as ações e programas socioambientais que compõem os relatórios de sustentabilidade dos períodos de 2014, 2015 e 2016. Na sequência, a compilação de práticas sociais e ambientais declaradas publicamente nos relatórios anuais de sustentabilidade das empresas estudadas, e por fim, a terceira parte que expõe a comparação e evolução das ações e programas sociais e ambientais, entre as empresas analisadas.

5.1 PROGRAMAS E PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS DE 2014, 2015 E 2016

Nesta etapa foram relatados alguns dos programas e projetos socioambientais entre os anos de 2014, 2015 e 2016, referentes às cinco empresas do setor de papel e celulose que compõem esse estudo, são elas: Cenibra, Eldorado, Klabin, Fibria e Suzano.

As empresas podem divulgar suas práticas ambientais e sociais por vários motivos, seja para demonstrarem transparência e legitimidade de suas atividades, obter vantagens comerciais perante a concorrência, prestar conta com as partes interessadas, cumprir a legislação, executar políticas corporativas, como também, pela necessidade de publicação no caso de fazerem parte da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) (BM&FBOVESPA, 2017).

A pesquisa de Chakroun, Matoussi e Mbirki (2017) constatou que o um dos focos determinantes na elaboração do conteúdo nos relatórios de sustentabilidade é o envolvimento com a comunidade, ou seja, questões sociais e humanas são evidenciadas por meio de ações e programas que atendem esse quesito. Nessa mesma linha de raciocínio, Yamaguchi (2011, p. 54) complementa a ideia: “os administradores passaram a preocupar-se não somente com a gestão do negócio, mas com as pessoas e com o meio em que elas interagem”.

Por meio da análise nos relatórios de sustentabilidade foram extraídas e codificadas as ações sociais e ambientais representadas por meio de projetos e programas publicados nos três

anos estudados. Nos Quadros 8, 9, 10, 11 e 12 foram apresentadas tais ações, utilizando as nomenclaturas das subcategorias citadas e expostas no Quadro 5. Desta forma, foi possível sintetizar e facilitar o entendimento na apresentação e análise dos resultados.

5.1.1 Programas e projetos sociais e ambientais

Para simplificar o entendimento, os quadros dessa seção foram divididos em duas dimensões, representadas por DS que se refere à Dimensão social e Dimensão Ambiental. Dentro das dimensões estão presentes as subcategorias em ordem numérica. As nomenclaturas das categorias serão combinadas para serem explicadas as ações e projetos referentes às dimensões estudadas. Por exemplo, no Quadro 7 a combinação “DA2”: DA representa a Dimensão Social e (2) representa a subcategoria: Apoio a educação.

Dessa maneira, todos os quadros dessa seção trazem alguns projetos e ações para fim de entendimento e explanação, os quais serão explicados por meio da codificação apresentada por dimensão e por subcategoria em ordem numérica.

Alguns dos programas e projetos publicados nos relatórios de sustentabilidade em 2014, 2015 e 2016 estão listados no Quadro 7, classificados em dimensão social e dimensão ambiental.

Quadro 7. Programas e projetos sociais e ambientais – Empresa CENIBRA

| Empresa Cenibra: Programas e Projetos (2014, 2015 e 2016) | |
|--|---|
| Dimensão Social – DS | Dimensão Ambiental - DA |
| 1. Patrocínio a projetos de saúde pública | 1. Educação ambiental (internamente e/ou comunidade) |
| 2. Apoio à educação | 2. Menção relativa ao desenvolvimento sustentável |
| 3. Apoio à cultura | 3. Gerenciamento de florestas e/ou reflorestamento |
| 4. Apoio a atividades esportivas | 4. Preservação da biodiversidade e de recursos naturais |
| 5. Saúde, higiene e segurança no local de trabalho | |
| 6. Aposentadoria e planos de previdência complementar | |

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

No Quadro 7, foram expostos os projetos e programas listados nos relatórios de sustentabilidade da empresa Cenibra, analisados durante a elaboração do presente estudo. Na

dimensão social a empresa Cenibra realizou diversos investimentos em projetos e programas voltados à sociedade. Nesse sentido, destacam-se as ações em prol da saúde pública, da cultura, do esporte, da educação, da segurança no ambiente de trabalho e de diversos benefícios ligados a qualidade de vida de seus colaboradores.

Referente ao Patrocínio a projetos de saúde pública (DS1) foram destinados investimentos para o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon), o qual leva a prestação de serviços médico-assistenciais e realiza pesquisas clínicas, epidemiológicas, experimentais e socio antropológicas para o tratamento das pessoas com câncer, beneficiando somente em 2016, vinte e três municípios do Brasil.

No que tange ao apoio à educação (DS2), pode-se afirmar que a Cenibra investe em diversas ações, onde se destaca o Projeto Conselho Eficaz, que tem como objetivos capacitar os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e proporcionar o fortalecimento dos conselhos no controle das políticas públicas e capacidade de monitoramento e intervenção no orçamento público.

No que diz respeito às ações em prol da cultura (DS3), evidencia-se o projeto Banda de Música Recriando Vidas com Arte e Cultura, que consiste em uma parceria do Instituto CENIBRA, Paroquia Santo Estevão de Iapu e Prefeitura Municipal de Bugre que proporciona aulas gratuitas de violão, piano, bateria, violino e sopro para crianças e adolescentes, promovendo o acesso à cultura e a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos.

Com o intuito de apoiar a realização de atividades esportivas (DS4), a Cenibra implantou o programa Corrida Quatro Estações que proporcionou aos seus colaboradores a participação em quatro corridas anuais, alusivas às quatro estações do ano. As corridas foram desenhadas em percursos de aproximadamente três quilômetros com o acompanhamento de um educador físico.

A CENIBRA trabalha o fortalecimento da cultura de segurança e saúde ocupacional entre os empregados próprios e prestadores de serviços (DS5), visando ambientes de trabalho mais seguros, melhor reconhecimento dos perigos e riscos contidos nas atividades e, por conseguinte, atingimento do zero acidente. Visando a qualidade de vida de seus trabalhadores, a Cenibra possui programas, como: Programa Viva a Vida (DS6), que trata questões relacionadas à aposentadoria, entre outros apresentados no quadro acima. Em relação à segurança no ambiente de trabalho.

Na dimensão ambiental, entretanto, para que os projetos se tornem efetivos, a referida empresa tem consciência de quão importante é levar a educação ambiental para a comunidade, já que a mesma conscientiza jovens e adolescentes acerca da preservação do meio ambiente.

Nessa perspectiva, o Projeto escola vida (DA1) foi implantado, sendo realizado com professores tanto do ensino fundamental, quanto do ensino médio, sendo destinados para os municípios onde a CENIBRA se faz presente.

A empresa também desenvolveu ações que visam além de proteger e preservar o meio ambiente, recuperar áreas exploradas pela empresa. Nesse sentido, pode-se descrever o Programa Fomento Florestal (DA 2) para Produtor Rural presente em mais de 87 municípios mineiros, que desenvolve projetos, parcerias com entidades locais e iniciativas que proporcionam a geração de renda e a integração, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da região. Existe também o Programa combate contra incêndios (DA3), composto por torres de vigilância, monitores, brigadas e equipamentos para detecção de fogo nas florestas e propriedades de reflorestamento.

Voltado para a preservação da biodiversidade, o Projeto de reintrodução de espécies (DA4), criado em 1990 vem sendo utilizado e aprimorado para proporcionar a reprodução e reintrodução de aves ameaçadas de extinção no ecossistema original e ampliar as possibilidades de perpetuação das espécies reintroduzidas.

Os projetos e programas sociais e ambientais desenvolvidas pela empresa ELDORADO nos anos de 2014,2015 e 2016 serão apresentados no Quadro 8.

Quadro 8. Programas e projetos sociais e ambientais – Empresa ELDORADO

| Empresa Eldorado Programas e Projetos (2014, 2015 e 2016) | |
|--|---|
| Dimensão Social – DS | Dimensão Ambiental - DA |
| 1. Programas de voluntariado | 1. Educação ambiental (internamente e/ou comunidade) |
| 2. Apoio à educação | 2. Menção relativa ao desenvolvimento sustentável |
| 3. Relacionamento com <i>stakeholders</i> | 3. Gerenciamento de florestas e/ou reflorestamento |
| 4. Saúde, higiene e segurança no local de trabalho | 4. Preservação da biodiversidade e de recursos naturais |

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

No Quadro 8, foram listados todos os projetos e programas que a empresa ELDORADO elaborou e apresentou nos relatórios de sustentabilidade, durante os três anos estudados. A apuração foi feita separando as ações em duas dimensões, sociais e ambientais.

Entre os projetos expostos, O projeto amigos da Eldorado (DS1) é um dos mais notáveis no âmbito social, com ele as lideranças e instituições locais, ajudam a encontrar interessados

em ser voluntários de causas sociais. Essas pessoas são preparadas para ajudar na prestação de serviços à comunidade. Algumas das iniciativas já desenvolvidas pelo grupo foram às campanhas de arrecadação de alimentos, de livros e de agasalhos.

Em apoio à educação, a empresa criou o Projeto Modernização do SENAI (DS2) com o objetivo de aperfeiçoar a formação de mão de obra especializada na região de Três Lagoas, a ELDORADO repassou ao SENAI diversos equipamentos para os laboratórios de cursos técnicos, entre eles Mecânica, Automação e Celulose e Papel.

Com relação ao relacionamento com stakeholders, a empresa criou o Programa de Qualificação Profissional para Fornecedores (PQF) (DS3) prepara fornecedores para melhor atender às exigências das grandes empresas e promover a interação facilitada entre as partes no município de Três Lagoas. A empresa Eldorado prioriza o relacionamento direto e próximo com seus stakeholders, fomentando o diálogo aberto para que todas as partes interessadas sejam contempladas em suas particularidades e expectativas. Os principais grupos de stakeholders são colaboradores, acionistas, clientes, fornecedores, comunidades, sociedade, órgãos públicos e instituições.

Ainda na dimensão social, a ELDORADO desenvolve ações sociais visando à qualidade de vida para os funcionários que trabalham para empresa. Um exemplo disso é o Programa Florestal Saúde (DS4) que monitora a saúde ocupacional (pressão, diabetes, palestras, primeiros socorros) dos colaboradores da área florestal. Neste aspecto, a empresa também tem outro programa parecido, O DDS (Diálogo Diário de Segurança) (DS4) que orienta e esclarece dúvidas sobre os procedimentos adequados em relação aos aspectos de SSO (Saúde e Segurança Ocupacional), e funciona como um fórum de discussão entre os trabalhadores para avaliar riscos de acidentes em novas atividades no manejo florestal.

Já no quesito educação ambiental, em meio à dimensão ambiental foi desenvolvido o Programa Eldorado Sustentabilidade (PES) (DA1) voltado para despertar uma visão crítica sobre os principais problemas relacionados ao meio ambiente, além de propor soluções coerentes com o desenvolvimento sustentável local. O foco do PES são as comunidades e os colaboradores, e o engajamento se dá por meio de cursos, palestras e atividades diversas sobre meio ambiente.

O Projeto produção agroecológica e sustentável (PAIS) (DA2) O Pais visou beneficiar agricultores dos municípios de Água Clara, Inocência, Selvíria e Três Lagoas com a implantação de 30 núcleos do projeto, por meio de parceria com o Sebrae, a Fundação Banco do Brasil, a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer) e prefeituras municipais. Trata-se de uma tecnologia social sustentável que se apresenta como alternativa de

trabalho e renda para a agricultura familiar por meio de técnicas simples, com custo reduzido e retorno econômico e social para agricultores familiares de baixa renda. Além disso, esse projeto estimula a prática da agricultura orgânica, por meio de processo produtivo sem uso de agrotóxicos.

Existe também o Programa tecnologia a serviço do meio ambiente (DA3) que compõe o planejamento do plantio de eucalipto, tanto nas florestas próprias quanto nas áreas arrendadas de parceiros, conta com a agilidade e a precisão dos veículos aéreos não tripulados (Vants). Com drones que monitoram uma média de 500 hectares por dia e conseguem identificar eventuais danos ambientais, erosões e áreas descobertas.

Um dos importantes projetos que compõem a dimensão ambiental é a Ação de vigilância patrimonial (DA4), onde a empresa se dispõe a colocar placas de sinalização e advertências em suas áreas de preservação, contra caça e pesca ilegais, extração de madeira e prevenção de incêndios, para preservação da flora e da fauna, especialmente aves e mamíferos de médio e grande porte.

No Quadro 9 encontram-se listadas em dimensões sociais e ambientais, as ações evidenciadas por meio de programas e projetos da empresa Fibria referente aos três anos que são abordados nessa pesquisa.

Quadro 9. Programas e projetos sociais e ambientais – Empresa FIBRIA

| Empresa Fibria: Programas e Projetos (2014, 2015 e 2016) | |
|---|---|
| Dimensão Social – DS | Dimensão Ambiental - DA |
| 1. Relações com povos indígenas | 1. Emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE) |
| 2. Apoio à educação | 2. Uso eficiente e/ou reutilização da água |
| 3. Educação e treinamento dos funcionários | 3. Preservação da biodiversidade e de recursos naturais |

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

As práticas ambientais e sociais descritas no Quadro 9 representam as ações desenvolvidas pela empresa FIBRIA nos anos de 2014, 2015 e 2016. As práticas sociais adotadas pela empresa observam as comunidades para entender suas necessidades e dificuldades.

Com isso a empresa observou as comunidades indígenas presentes no território de atuação e elaborou o Projeto Comunidades Indígenas (DS1) que contou com uma equipe multidisciplinar, com antropólogos e indigenistas, que auxilia no desenvolvimento de um modelo de produção agroecológica em 12 aldeamentos. O projeto de revitalização da cultura

com 30 famílias de uma aldeia de índios Ofaié e empregou várias pessoas da comunidade em sua operação de três Lagoas.

Em meio aos programas e projetos sociais listados, cabe destacar o Programa de Qualificação de Mão de Obra Externa (DS2) que ofereceu capacitações técnica e comportamental para cerca de cinco mil pessoas do município de três Lagoas. As atividades totalizaram mais de 43 mil horas/aula e foram compostas de etapas teóricas e práticas.

Outros dois programas importantes como esse é o Programa de Aprendizagem Florestal e industrial (DS2) que qualificou profissionais em parceria com o SENAI e o Programa “sim Eu Posso” trabalhou com a alfabetização de mais de 300 adultos de um assentamento no sul da Bahia.

A FIBRIA também desenvolveu outro programa, só que com o foco nos funcionários recém-contratados, O Programa Potenciar (DS3) (em parceria com a Votorantim, uma das acionistas da companhia), com o objetivo de acelerar o desenvolvimento de talentos internos. Foram selecionados jovens empregados que, durante 14 meses, frequentaram módulos de formação com temas relacionados aos eixos pessoal, profissional e cultural para aprimorar conhecimentos e habilidades, acelerando seu crescimento profissional dentro da empresa.

Na dimensão ambiental, para minimizar as emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) (DA1), o Projeto de eficiência energética e de melhoria da estabilidade do processo industrial propõe a redução e reutilização de resíduos, exploração de diferentes modos de transporte ações voltadas à cadeia de fornecedores para avaliar práticas e políticas de mudanças climáticas (Projeto Cadeia de Valor). Entre as principais medidas adotadas pela empresa para aumentar o sequestro e reduzir as emissões de gases de Efeito Estufa.

A proteção de nascentes e mananciais, o reaproveitamento de água dos efluentes e as medidas para a redução de consumo em todas as unidades são algumas das ações que fazem parte da estratégia de gestão dos recursos hídricos da FIBRIA. O projeto Ciclo da Água (DA2) consistiu em monitorar os recursos hídricos antes e após as operações florestais para melhor avaliar seus efeitos sobre a qualidade da água e identificou fatores que podem interferir na oferta de recursos hídricos às comunidades. Além disso, foram desenvolvidos estudos em microbacias hidrográficas, os quais geraram informações e novos conhecimentos que permitiram alterações nas práticas de manejo e aumento da produtividade dos plantios com a utilização de menos recursos naturais.

Para preservação da biodiversidade, a empresa FIBRIA elaborou o Programa de Restauração com espécies nativas ameaçadas e espécies cujos frutos servem de alimento para a fauna (DA3) prevê ações de pesquisa e desenvolvimento, como conservação de espécies

ameaçadas, uso sustentável da biodiversidade, avaliação dos impactos do manejo florestal, ecologia da paisagem e serviços dos ecossistemas.

Posteriormente, no Quadro 10, serão expostas as ações que a empresa KLABIN tem desenvolvido por intermédio da implantação de programas e projetos que atendem necessidades diversas, no âmbito social e ambiental.

Quadro 10. Programas e projetos sociais e ambientais – Empresa KLABIN

| Empresa Klabin: Programas e Projetos (2014, 2015 e 2016) | |
|---|---|
| Dimensão Social – DS | Dimensão Ambiental - DA |
| 1. Apoio à educação | 1. Educação ambiental (internamente e/ou comunidade) |
| 2. Apoio à cultura | 2. Menção relativa ao desenvolvimento sustentável |
| 3. Saúde, higiene e segurança no local de trabalho | 3. Preservação da biodiversidade e de recursos naturais |

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Observa-se no Quadro 10, o envolvimento da empresa Klabin, no meio social e ambiental, pois, as subcategorias acima listadas, denotam comprometimento por parte da mesma. Nessa perspectiva, torna-se importante evidenciar alguns deles, como por exemplo, o Programa Caminho Certo (DS1), que atua em prol da segurança e compreende a realização de palestras sobre segurança no trânsito para os motoristas de caminhão, depois publicados na revista em quadrinhos Boleia, que é editada pela Klabin e permite ao motorista levar informações de segurança para a família. Nelas, os participantes fazem atividades lúdicas e compartilham histórias e fatos presenciados.

Já no âmbito da educação infantil, a KLABIN implantou o Projeto Crescer Lendo (DS1), que capacitou mais de 150 profissionais da rede municipal de ensino infantil e instalou dez bibliotecas para educação infantil em escolas municipais de São Leopoldo (RS), Lages, Otacílio Costa e Correia Pinto (SC), Jundiaí (SP), Betim (MG), Guapimirim (RJ), Feira de Santana (BA) e Goiana (PE).

Quanto às ações visando a promoção da cultura, menciona-se o Projeto Passo Certo (DS2), em parceria com o Studio & Cia de Dança, no intuito de ensinar dança contemporânea e capoeira a crianças e adolescentes filhos de colaboradores, entre seis e dezessete anos. Outro projeto voltado para o aspecto cultural é o Meninas Cantoras da Klabin que oferece estudo de

teoria musical, ritmo e técnica vocal a meninas com idade entre sete e dezessete anos filhas de colaboradores da Unidade Monte Alegre (PR) e jovens da comunidade.

Com relação à saúde e bem-estar do colaborador, para ajudar na solução de problemas particulares dos colaboradores (DS3), foi criado, em 2014, um plantão telefônico de orientação que funciona vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, onde trabalhadores de qualquer área da empresa são atendidos por uma equipe treinada para identificar a natureza do problema e encaminhar o caso à avaliação do profissional mais indicado para resolvê-lo, que pode ser um psicólogo, um assistente social, um advogado ou um consultor financeiro.

Percebe-se o comprometimento da empresa mencionada, com as questões sociais, que envolvem desde a qualidade de vida de seus colaboradores, até o desenvolvimento das comunidades presentes no entorno dos locais onde a KLABIN está estabelecida.

Nos parágrafos posteriores serão mencionadas as ações em prol da preservação ambiental e sua relação com o meio ambiente.

A KLABIN iniciou, em 2014, o Programa de Certificação Florestal de Pequenos Produtores Rurais (DA1) para a região dos Campos Gerais do Paraná, buscando elevar ainda mais o padrão do manejo florestal nessa área. O Programa Matas legais (DA2), criado no ano de 2005, colabora com proprietários rurais para o uso sustentável de suas terras, incentivando a recuperação dos remanescentes florestais nativos, a silvicultura com métodos responsáveis, a agricultura orgânica, o ecoturismo e a conservação do patrimônio natural, ajudando a melhorar a qualidade de vida da população e a aprimorar o desenvolvimento florestal. É realizado em parceria com a Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (APREMAVI).

Para promover a geração de renda nas comunidades e, ao mesmo tempo, ajudar na preservação da biodiversidade, no ano de 2005, a empresa KLABIN criou o Programa de Apicultura e Meliponicultura (DA3) na Unidade Monte Alegre, em Telêmaco Borba (PR), que incentivou a produção de mel e a criação de abelhas sem ferrão por pequenos produtores rurais. Nesse programa, realizado em parceria com a Associação de Apicultores de Telêmaco Borba e a Cooperativa Caminhos do Tibagi, a Klabin cedeu suas florestas para a instalação de apiários.

Como os demais quadros apresentados nessa secção, o Quadro 11 apresenta as ações sociais e ambientais, retiradas do relatório de sustentabilidade da empresa Suzano, nos três anos pesquisados.

Quadro 11. Programas e projetos sociais e ambientais – Empresa SUZANO

| Empresa Suzano: Programas e Projetos (2014, 2015 e 2016) | |
|---|--|
| Dimensão Social – DS | Dimensão Ambiental - DA |
| 1. Programas de voluntariado | 1. Uso eficiente e/ou reutilização da água |
| 2. Relações com povos indígenas | 2. Educação ambiental (internamente e/ou comunidade) |
| 3. Apoio à educação | 3. Menção relativa ao desenvolvimento sustentável |
| 4. Satisfação profissional e motivação dos funcionários | 4. Gerenciamento de florestas e/ou reflorestamento |
| 5. Investimentos de caráter social | |

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

A empresa SUZANO desenvolveu ações e projetos de cunho social. Entre eles, o programa de voluntariado SUZANO (DS1), que mobilizou voluntários para arrecadar brinquedos, cestas básicas e kits para idosos, doados no natal, atendendo boa parte das comunidades próximas às nossas unidades.

Zelando pela responsabilidade e papel social, a empresa SUZANO investiu seus esforços na criação do Projeto Coisa de Índio (DS2) em parceria com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), para fortalecimento e resgate cultural das comunidades indígenas a partir da formação de jovens multiplicadores na área de comunicação.

O Programa Quero Minha Biblioteca (DS3), buscou compartilhar informações com gestores públicos e sociedade civil sobre a universalização das bibliotecas, com a inauguração de unidades, no município de Imperatriz (MA), nos povoados de Imbiral e São Félix, o número de bibliotecas comunitárias.

A responsabilidade social tem seu olhar voltado para os colaboradores da empresa, o Programa Juntos e Misturados (DS4), propôs o desenvolvimento da prática de home Office, mantendo as condições de trabalho para os colaboradores trabalharem em casa, como telefone e computador e visando proporcionar maior qualidade de vida e satisfação profissional. Outro projeto social importante é o Projeto Inclusão Digital (DS5), que potencializou o acesso à informática por meio de oficinas de capacitação e a manutenção de telecentros comunitários.

Em relação aos programas listados na dimensão ambiental, o projeto de expansão e modernização da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) (DA1) da Unidade Mucuri contou com um investimento total, de cerca de R\$ 100 milhões, para monitor o consumo de água e adotar medidas relacionadas à eficiência no uso do recurso, além garantir uma melhoria adicional à qualidade da água que a empresa SUZANO devolve ao Rio Mucuri.

A SUZANO entende a importância de disseminar o entendimento sobre práticas ambientais que ajudam a preservar o meio ambiente. Diante disso, para levar conhecimento à comunidade local sobre questões ambientais foi criado o Programa Homem e biosfera da UNESCO (DA2), que envolvem assuntos de preservação, ecoturismo e manejo de produtos florestais. No que diz respeito à geração de renda em comunidades locais, foram criados os projetos: Piscicultura Sustentável e Apicultura Sustentável (DA3), os quais atuaram em prol da geração de renda para o extremo sul da Bahia.

Visando preservar o meio ambiente, a empresa SUZANO desenvolveu o Programa Reservas Ecofuturo (DA4) com objetivo diagnosticar reservas florestais de alto valor para a conservação e por meio de ações garante sua correta gestão. O programa também contempla a elaboração de projetos com foco em unidades de conservação, que compreendem desde as etapas iniciais da criação. Cita-se também, o Projeto de restauração e conservação ambiental (DA4) no Parque das Neblinas, que promove estudos, pesquisas, relacionamento comunitário, a reserva conta com mais de 6 mil hectares.

Após a explanação das ações realizadas pelas cinco empresas que compõem essa pesquisa, é importante ressaltar que todas elas realizaram investimentos em práticas que visam atender os aspectos sociais, ambientais e socioambientais. Para Portela, Oliveira e Ferreira (2015) as divulgações feitas pelas empresas sobre sua responsabilidade social e ambiental podem representar um esforço para preservar sua imagem perante acionistas, clientes e outras partes envolvidas, indo ao encontro com o que revela o estudo de Rodrigues e Galdi (2017). As ações evidenciadas nos relatórios de sustentabilidade além de estreitar o relacionamento com as partes interessadas, também expõem o comprometimento e a preocupação da empresa em proporcionar programas e projetos eficientes que verdadeiramente atuam em vários sentidos dentro das dimensões ambientais e sociais, na mesma perspectiva, Machado, Machado e Murcia (2011), revela que as ações feitas pelas empresas emergem para preservar e melhorar a qualidade do meio ambiente, compensar danos inerentes à atividade da empresa, como também garantir a continuidade do negócio, por algumas dessas ações não serem legalmente obrigatórias, não deixam de ser considerados como decorrentes da responsabilidade social, o pensamento apresentado na pesquisa de Di Domenico et al., (2015) complementa, que a sustentabilidade e continuidade da atividade socioeconômica de uma empresa, depende de uma gestão justa, eficiente e responsável capaz de responder e se responsabilizar pelos impactos causados ao meio ambiente e a sociedade.

Acredita-se que as empresas CENIBRA, ELDORADO, FIBRIA, KLabin E SUZANO demonstram sua conduta socioambiental ativa, por meio das ações que beneficiam a sociedade,

o meio ambiente, e o cenário econômico, no qual fazem parte. Esse fato vai de encontro com os achados de Abreu, Castro e Lazaro (2013), Barbieri et al., (2010), Chakroun, Matoussi e Mbirki (2017), Ferreira e Guerra (2012), Machado, Machado e Murcia (2011), Melo, Anzilago e Silva (2015), Portela, Oliveira e Ferreira (2015), Savitz e Weber (2007), Schenini (2005), Silva, Balbino (2013), Macedo, Corrar e Siqueira (2012).

Na concepção de Ferraro (2017) existe uma preocupação coletiva com os problemas ambientais que vem se agravando por todo o território do planeta, além disso, é notável a dificuldade dos governos para resolvê-los, as comunidades tendem a pressionar as organizações empresariais a aderirem uma conduta socialmente responsável na realização das suas atividades econômica. Essa afirmação de Ferraro (2017) apoia o que foi possível constatar nos relatórios de sustentabilidade de que as empresas estudadas reconhecem sua representatividade e importância no meio em que atuam, diante disso, para manter sua legitimidade e reputação, as práticas socioambientais também são evidências, a fim de informar e prestar conta à comunidade e as demais partes interessadas. Essa constatação é validada pelo entendimento de Para Busch (2008, p. 46), a “Responsabilidade Socioambiental significa manter a legitimidade da operação da empresa frente às preocupações sociais e ambientais da sociedade em geral e na sua interação com seus *stakeholders*”.

5.2 INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS EVIDENCIADAS POR CATEGORIAS

Os resultados dessa seção estão apresentados em duas subseções: análise de informações sociais e ambientais por empresa e análise do conteúdo presente nas categorias formuladas, relatadas no Quadro 5. Dessa maneira, a seção apresenta análise consolidada da quantidade de informações sociais e ambientais, retiradas dos relatórios de sustentabilidade das cinco em empresas estudadas (Cenibra, Eldorado, Fibria, Klabin e Suzano) entre os anos de 2014, 2015 e 2016.

5.2.1 Análise de informações sociais e ambientais por empresa

Para apresentar as informações de cunho ambiental e social retiradas do relatório de sustentabilidade por empresa, optou-se por calcular a quantidade de informações socioambientais correspondentes aos três anos investigados. A quantidade anual em cada categoria representa o total de informações presentes nas subcategorias das cinco empresas que

compõem este estudo, sendo elas: Cenibra, Eldorado, Fibria, Klabin e Suzano, conforme o Quadro 12.

Quadro 12. Quantidade de informações sociais e ambientais das empresas estudadas entre os anos de 2014, 2015 e 16 evidenciadas por categorias.

| Categorias | Quantidade de informações sociais e ambientais por Categoria | | |
|---|--|------|------|
| | 2014 | 2015 | 2016 |
| 1. Comunidade | 67 | 100 | 100 |
| 2. Diversidade | 8 | 8 | 6 |
| 3. Relações com empregados | 88 | 71 | 68 |
| 4. Políticas Ambientais e Sistemas de Gerenciamento Ambiental | 65 | 77 | 82 |
| 5. Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente | 48 | 51 | 40 |
| 6. Políticas de Energia | 11 | 13 | 9 |
| 7. Educação ambiental e Pesquisas | 27 | 22 | 12 |
| 8. Outras Informações Ambientais | 65 | 91 | 67 |

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Percebe-se que a maior quantidade de informações sociais e ambientais das empresas estudadas, diz respeito à categoria Comunidade que no ano de 2015 e 2016 apresentou igualmente 100 registros de investimentos ou declarações de cunho social. Na sequência, a categoria Outras informações Ambientais, no ano de 2015 tiveram o total de 91 ações ou menções ambientais.

Outra quantidade expressiva foi nas categorias: Relações com empregados que no ano de 2014 apresentou 88 informações sobre ações e declarações de cunho social, e Políticas ambientais e Sistemas de Gerenciamento Ambiental com 82 registros no conteúdo dos relatórios de sustentabilidade das empresas e nos anos estudados. Em contra partida, a categoria com menor quantidade anual encontrada nos relatórios das cinco empresas pesquisadas foi a de Diversidade que no ano de 2016 teve somente (6) registro de informações sociais entre as subcategorias expostas no Quadro 5.

Os resultados mostraram que as categorias sociais: Comunidade e Relações com empregados tiveram quantidade expressivas nas declarações e ações frente às demais categorias desse cunho. Os achados que corroboram com o que foi encontrado nessa pesquisa, são referentes ao estudo de Di Domenico et al., (2015) que destaca como principais ações sociais por parte das empresas a prevenção e a melhoria da saúde dos colaboradores e, por extensão, da sociedade, como também as práticas voltadas a benefícios e treinamentos aos colaboradores.

As práticas citadas são contempladas e se enquadram nas subcategorias desse estudo, indo ao encontro dos achados nos resultados dos estudos de Silveira e Pfitscher (2013), para demonstrar seu papel social as empresas buscam divulgar seus investimentos com ações voltadas para o quadro de colaboradores e comunidade, entre esses investimentos cabe destacar: educação, alimentação e saúde. Com isso, além de expor sua contribuição social, a empresa investe pode ser reconhecida e atrair mais clientes, resultando em ganhos futuros. Vale ressaltar que com essas ações, investimentos e declarações sociais, as empresas acabam identificando e prevendo futuras implicações em diversos aspectos que podem afetar sua reputação e influenciar de forma negativa o percurso da sua atividade econômica (CAMILO; MAIA; XAVIER, 2016).

Pereira et al., (2017) em seus achados, encontraram maiores níveis de divulgação, referente às demais, na categoria “Políticas Ambientais e Sistemas de Gerenciamento Ambiental” que em seus estudos representam duas categorias isoladas. Observa-se que nos estudos de Gubiane, Santos e Beuren (2012) e Rover, Borba, Murcia e Vicente (2008) a categoria sobre “políticas ambientais” apresenta maior evidenciação na dimensão ambiental abordada em meio as suas pesquisas. Dessa forma, os resultados encontrados nos estudos citados corroboram com os que foram encontrados entre as categorias ambientais. Notou-se que as empresas procuram divulgar seus sistemas de gestão, informações ambientais, ações, iniciativas e inovações em prol ao meio ambiente para revelar seus feitos podendo gerar vantagens competitivas e assumir compromissos com o meio ambiente (CLARKSON et al., 2013).

Em relação à quantidade anual por categoria, pode-se afirmar que existe uma quantidade parecida entre os três anos analisados, por mais que os investimentos se mostrem crescentes e contínuos, o ano de 2015 comparado com os demais (2014 e 2016) teve uma quantidade relativamente maior, considerando a totalidade, somando às categorias. Outro fato que influencia diretamente no resultado encontrado é a quantidade geral de informações sociais e ambientais extraídas dos relatórios de sustentabilidade divulgados pelas cinco empresas que fazem parte dessa pesquisa. Pereira et al., (2017) e Gubiane, Santos e Beuren (2012) também acharam pouca evidenciação nas categorias de cunho social e ambiental utilizadas em seus estudos e mencionaram a dificuldade na evidenciação de seus dados por falta de qualidade nas informações e divulgações. Os estudos citados analisaram as informações divulgadas pelas empresas sobre questões ambientais, nesse aspecto, os achados dessa pesquisa referente à dimensão ambiental se mostram semelhantes.

O Quadro 14 especifica as quantidades de informações sociais e ambientais por empresa, para facilitar o entendimento e compilar os dados. Com isso, será possível observar os resultados e discussões de forma mais distinta e assertiva. O Quadro 13 foi criado para mostrar a nomenclatura desenvolvida.

Quadro 13. Codificação e Identificação das empresas

| Código | Empresa |
|---------------|----------------|
| A | CENIBRA |
| B | ELDORADO |
| C | FIBRIA |
| D | KLABIN |
| E | SUZANO |

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Para demonstrar a quantidade de informações sociais e ambientais, por empresa referente às categorias formuladas na pesquisa, o Quadro 13 foi elaborado demonstrando a quantidade por empresa e quantidade total apresentada dentro dos três anos investigados (2014, 2015 e 2016), as empresas apresentam a nomenclatura conforme o Quadro 12.

Quadro 14. Evidenciação das categorias sociais e ambientais por empresa

| Categorias | Empresas | | | | | Quantidade total |
|---|-----------------|------------|------------|------------|------------|-------------------------|
| | A | B | C | D | E | |
| 1. Comunidade | 111 | 34 | 52 | 19 | 51 | 267 |
| 2. Diversidade | 3 | 3 | 11 | 2 | 3 | 22 |
| 3. Relações com empregados | 62 | 49 | 46 | 26 | 44 | 227 |
| 4. Políticas Ambientais e Sistemas de Gerenciamento Ambiental | 82 | 27 | 52 | 14 | 49 | 224 |
| 5. Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente | 37 | 17 | 30 | 16 | 39 | 139 |
| 6. Políticas de Energia | 9 | 3 | 11 | 3 | 7 | 33 |
| 7. Educação ambiental e Pesquisas | 12 | 13 | 14 | 13 | 9 | 61 |
| 8. Outras Informações Ambientais | 64 | 37 | 48 | 20 | 54 | 223 |
| Total | 380 | 183 | 264 | 113 | 256 | 1196 |

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

De acordo com os dados analisados, a quantidade total de informações sociais e ambientais foi de 1.196 extraídas dos 15 relatórios de sustentabilidade analisados, sendo três relatórios por empresa referente os anos de 2014, 2015 e 2016. As empresas fazem parte do setor de papel e celulose e divulgam as informações em seus sites por meio de relatórios anuais.

A empresa com maior volume de informações sociais e ambientais, somando as oito categorias formuladas, foi a empresa “A”, CENIBRA, com quantidade total de 380

informações, representando mais de 31% no total geral. Lugoboni et al., (2013) em seus achados constataram que a Cenibra realizou a divulgação de suas práticas socioambientais nos relatórios de sustentabilidade em todos os anos, dentro do período analisado (de 2008 a 2011) e apresentou o maior percentual de divulgação no Balanço Social – Modelo IBASE no período.

Na sequência, a empresa FIBRIA representada pela nomenclatura “C” apresentou a segunda maior quantidade dentro dos critérios formulados nesse estudo, totalizando 264 relatos sobre práticas e menções de cunho social e ambiental, representando mais de 22% no total geral. As empresas: “E” (SUZANO) e “B” (ELDORADO) apresentaram quantidades e percentuais bem próximos. SUZANO com quantidade total de 256 representando um pouco mais de 21% e ELDORADO com quantidade total de 185 representado mais de 15% também no total geral das categorias formuladas e do período investigado.

Em oposição, a empresa que apresentou a menor quantidade frente às demais foi a “D” referente à empresa KLABIN, com quantidade total de 115 representando um pouco mais de 9% no total geral. O percentual mostra-se aproximado com o que foi destacado em um dos resultados da pesquisa de Lugoboni et al., (2013), Klabin destaca-se pelo baixo percentual médio de divulgação, entre os anos de 2008 e 2011, apenas 8% de divulgação dos indicadores Sociais, indo ao encontro dos achados de Pires e Silveira (2008) que evidenciaram por meio de uma análise individual por empresa, que Klabin foi uma das empresas que apresentou menor número de informações ambientais nos relatórios e notas explicativas do último ano pesquisado (2006).

Já na pesquisa de Borges, Rosa e Ensslin (2010), constatou que apenas a Klabin obteve 100% de divulgação em práticas ambientais nos documentos estudados. A divergência entre os achados de Pires e Silveira (2008) e os resultados encontrados nessa pesquisa, pode ser justificada pela disparidade de conteúdos analisados (as pesquisas citadas tratam somente de questões ambientais, já a presente pesquisa aborda aspectos ambientais e sociais), o período estudado é diferente em cada pesquisa, a quantidade de empresas estudadas e os documentos que compõem a análise e as categorias formuladas são diferentes.

5.2.2 Análise do conteúdo presente nas categorias formuladas

Nessa subseção serão apresentadas e analisadas as categoria e subcategorias formuladas e usadas no estudo. O resultado disposto nesse subitem encontra-se alinhado aos os objetivos específicos dessa pesquisa e mostra as evidenciações sociais e ambientais encontradas no percurso do estudo. As categorias que compõem essa pesquisa foram retiradas do estudo de

Rover e Santos (2014) e foi preciso adaptá-las para coleta, registro e análise do conteúdo investigado.

Com a adaptação, algumas categorias foram incorporadas e evidenciadas de forma conjunta e algumas subcategorias do estudo citado foram retiradas, pois o estudo tem apenas cinco empresas e às informações são mais sucintas e se referem somente ao setor de papel e celulose. Dessa forma, foi possível abranger todos os aspectos sociais e ambientais presentes nos relatórios de sustentabilidade das empresas que fazem parte dessa pesquisa. As categorias comunidade e diversidade são apresentadas no Quadro 15.

Quadro 15. As Subcategorias de Comunidade e Diversidade

| Comunidade | | | | | | |
|--|----------|----|----|---|----|------------------|
| Subcategorias | Empresas | | | | | Quantidade total |
| | A | B | C | D | E | |
| Programas de voluntariado | 0 | 0 | 0 | 1 | 3 | 4 |
| Patrocínio a projetos de saúde pública | 5 | 3 | 1 | 0 | 1 | 10 |
| Relações com povos indígenas | 3 | 0 | 3 | 0 | 5 | 11 |
| Doações de recursos para entidades de utilidade pública ou OSCIP | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 4 |
| Apoio à educação | 15 | 5 | 1 | 4 | 14 | 39 |
| Apoio à habitação e à alimentação | 2 | 0 | 0 | 0 | 1 | 3 |
| Apoio à cultura | 10 | 0 | 0 | 2 | 3 | 15 |
| Apoio a atividades esportivas | 4 | 4 | 0 | 0 | 0 | 8 |
| Relacionamento com <i>stakeholders</i> | 25 | 11 | 31 | 5 | 11 | 83 |
| Decisões ou multas relacionadas à comunidade local | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 2 |
| Investimentos de caráter social | 47 | 11 | 14 | 7 | 9 | 88 |
| Diversidade | | | | | | |
| Número de mulheres e negros na força de trabalho | 3 | 1 | 6 | 0 | 3 | 13 |
| Proporção de salário base entre homens e mulheres | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Contratação de pessoas com deficiência | 0 | 0 | 3 | 1 | 0 | 4 |
| Não-discriminação contra minorias | 0 | 0 | 2 | 1 | 0 | 3 |

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

A categoria Comunidade é composta de 13 subcategorias que revelam as práticas; ações; declarações; patrocínios, todos em prol da sociedade e comunidade locais. As subcategorias que foram apresentadas por todas as empresas (representadas no Quadro 12), são: Apoio à educação, Relacionamento com *stakeholders* e Investimentos de caráter social. Desta forma, a evidenciação dessas subcategorias foram elaboradas pelas cinco empresas estudadas dentro do período investigado.

Entre elas, cabe destacar que a subcategoria Investimentos de caráter social que apresentou maior quantidade, com o total de (88), que diz respeito aos relatos de ações sociais

sem especificações, ou seja, as empresas não falam o que foi feito somente relatam que investiram valores em prol da comunidade. Esse achado vai ao encontro dos resultados de Novelini e Fregonesi (2013) foi verificado que apenas 26,5% do conteúdo analisado informam qual o destino dos investimentos de caráter social, o percentual restante não especifica a ação realizada e nem para quem elas entregam os recursos.

Em oposição, a subcategoria Decisões ou multas relacionadas com a comunidade local foi mencionada somente pela empresa “C” (Fibria) com total de (2) relatos e a subcategoria Doações de recursos para entidades de utilidade pública ou OSCIP somente pela empresa “E” (Suzano) e com o total de (4). A empresa “E” (Suzano) teve evidenciações em nove das treze subcategorias. Na sequência, “A” (Cenibra) em oito subcategorias, as demais empresas evidenciaram suas práticas e relatos em menor índice por subcategoria.

Referente à categoria Diversidade a subcategoria Número de mulheres e negros na força de trabalho, com quantidade total de (13) apresentou relatos de quatro, das cinco empresas pesquisadas e foi à subcategoria com maior quantidade dentro da categoria. Já a subcategoria Proporção de salário base entre homens e mulheres apresentou menor quantidade, (2) relatos e foi mencionada somente pela empresa “B” (Eldorado). A categoria e subcategorias referem-se às informações sobre a diversidade presente no quadro de funcionários das empresas estudadas o que reflete diretamente no meio social.

Ainda em relação à categoria Diversidade, se torna de extrema importância informações desse gênero nos relatórios de sustentabilidade e demais documentos que abordem a responsabilidade social na empresa, pois evidencia seu compromisso com a legislação, seu papel social e integridade ética, o que pode ser sustentado por Myers (2003), quando afirma que a empresa ao desenvolver programas de diversidade assume seu compromisso e responsabilidade, além de revelar seu ponto de vista ético, aumenta a satisfação profissional dos funcionários; torna a menos vulnerável às leis trabalhistas dispõem desse assunto e obtém a valorização e reconhecimento da imagem empresarial junto aos clientes, acionistas e opinião pública em geral.

A categoria Relações com empregados revela aspectos sociais internos das empresas estudadas, presentes nos relatórios de sustentabilidade entre os anos de 2014 a 2016, conforme o Quadro 16.

Quadro 16. As Subcategorias de Relações com empregados

| Relações com empregados | | | | | | |
|--|----------|----|----|----|----|------------------|
| Subcategorias | Empresas | | | | | Quantidade total |
| | A | B | C | D | E | |
| Número de funcionários, tempo de serviço na empresa e faixas etárias | 6 | 5 | 7 | 0 | 3 | 21 |
| Remuneração dos funcionários (média e/ou total) | 2 | 1 | 0 | 0 | 1 | 4 |
| Relações sindicais ou com órgãos de classe | 3 | 0 | 1 | 0 | 0 | 4 |
| Programas de incentivo à cultura | 4 | 2 | 0 | 0 | 0 | 6 |
| Educação e treinamento dos funcionários | 6 | 7 | 10 | 8 | 6 | 37 |
| Saúde, higiene e segurança no local de trabalho | 18 | 26 | 7 | 10 | 18 | 79 |
| Acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, absenteísmo e óbitos | 2 | 3 | 7 | 0 | 2 | 14 |
| Aposentadoria e planos de previdência complementar | 6 | 0 | 1 | 0 | 3 | 10 |
| Auxílio a creche e a bolsa de estudos para filhos de funcionários | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 | 4 |
| Suporte a maternidade e paternidade | 3 | 2 | 1 | 0 | 3 | 9 |
| Taxa de rotatividade e política de demissão | 3 | 0 | 1 | 0 | 4 | 8 |
| Participação dos trabalhadores nas decisões gerenciais | 4 | 0 | 3 | 2 | 0 | 9 |
| Satisfação profissional e motivação dos funcionários | 2 | 3 | 8 | 6 | 3 | 22 |

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Nota-se que a subcategoria com maior quantidade de evidenciação corresponde a Saúde, higiene e segurança no local de trabalho com o total de (79) relatos entre ações desenvolvidas em prol da saúde e higiene dos funcionários, programas e projetos relacionados á segurança no local de trabalho. Na sequência, a subcategoria Educação e treinamento dos funcionários com quantidade total de (37) referentes ações por parte de todas as cinco empresas estudadas.

Vale ressaltar que dentro da subcategoria Saúde, higiene e segurança no local de trabalho também existe ações de treinamento e programas de educação, só que voltados somente para assuntos referentes à saúde, higiene e segurança no local de trabalho. Esse resultado confere concordância com os achados de Lugoboni et al., (2013) nas divulgações dos Indicadores de Práticas Trabalhistas por Empresa, o indicador mais evidenciado foi a Média de horas de treinamento, com a média de 70% no período estudado, com isso, percebe-se que as empresas estão realizando treinamentos a fim de qualificar os empregados para esses desenvolver suas atribuições de maneira mais produtiva e efetiva.

As subcategorias de Relações com empregados, com menor quantidade de evidenciação pelas empresas em questão foram: Remuneração dos funcionários (média e/ou total), Relações sindicais ou com órgãos de classe e Auxílio à creche e a bolsa de estudos para filhos de funcionários. Sobre a subcategoria Remuneração dos funcionários todos os relatos desse item, nos relatórios de sustentabilidade analisados indicam que os valores de salários pagos pelas

empresas para os funcionários, possuem o piso salarial da classe de entrada maior que os salários mínimos vigentes nos anos de publicação.

O Quadro 17 inicia a apresentação das categorias e subcategorias de cunho ambiental, para fins de análise algumas categorias são apresentadas no mesmo quadro a fim de facilitar e comparar os resultados obtidos. Inicialmente, serão abordadas as Políticas Ambientais e Sistemas de Gerenciamento Ambiental.

Quadro 17. As Subcategorias de Políticas Ambientais e Sistemas de Gerenciamento Ambiental

| Políticas Ambientais e Sistemas de Gerenciamento Ambiental | | | | | | |
|--|----------|----|----|---|----|------------------|
| Subcategorias | Empresas | | | | | Quantidade total |
| | A | B | C | D | E | |
| Declaração das políticas, práticas, ações atuais | 12 | 2 | 2 | 4 | 5 | 25 |
| Estabelecimento de metas e objetivos ambientais | 24 | 0 | 15 | 0 | 5 | 44 |
| Certificação ou <i>compliance</i> com leis e normas ambientais | 3 | 0 | 2 | 0 | 1 | 6 |
| Prêmios e participações em índices ambientais | 1 | 1 | 6 | 2 | 2 | 12 |
| Participação em organizações ambientalistas | 25 | 19 | 0 | 0 | 25 | 69 |
| Relacionamento ambiental com <i>stakeholders</i> | 2 | 0 | 2 | 0 | 1 | 5 |
| Gestão (de riscos) ambientais | 6 | 2 | 5 | 3 | 3 | 19 |
| ISOs 14000 | 3 | 0 | 4 | 0 | 2 | 9 |
| Indicadores de desempenho ambiental | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 4 |
| Avaliação incluindo parecer independente | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 3 |
| Programas de Qualidade - ISO 9000, 9001 e FSC | 6 | 3 | 9 | 5 | 5 | 28 |

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Na categoria Políticas Ambientais e Sistemas de Gerenciamento Ambiental, cabe destacar as subcategorias Participação em organizações ambientalistas que teve (69) relatos, corroborando com os resultados da pesquisa de Beuren, Santos e Gubiani (2013) referente à categoria “políticas ambientais”, por meio de declarações de práticas, metas, objetivos, parcerias e principalmente em prêmios e participações ambientais, remetem uma imagem positiva para a empresa.

Dentro dos relatórios de sustentabilidade as empresas relataram participações em diversas organizações ambientais como: Instituto Estadual de Florestas (IEF), Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ), Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel (ABTCP), Associação Mineira de Silvicultura (AMS), Instituto Ecofuturo, entre outros.

Por seguinte, a subcategoria Programas de Qualidade - ISO 9000, 9001 e FSC (*Forest Stewardship Council*) apresentou um total de (28) menções, em concordância com o estudo de Rover et al., (2008) que relatou quantidade elevada de evidenciação nessa subcategoria, tanto no atendimento como também na certificação das ISOs evidenciado pelas empresas.

Com menor quantidade de ações, a subcategoria Avaliação, incluindo parecer independente, apresentou o total de (3) relatos, todos eles da empresa “C” (Fibria), indo ao encontro com o estudo de Rover et al., (2008), das 51 ações relacionadas à categoria “Sistemas de Gerenciamento Ambiental” apenas seis menções compõem a subcategoria Auditoria Ambiental.

Em relação aos aspectos ambientais, as subcategorias Impactos dos Produtos, Processos no Meio Ambiente e Políticas de Energia, abordam em seu conteúdo assuntos relacionados aos impactos da atividade empresarial e uso dos recursos naturais, como mostra o Quadro 18.

Quadro 18. As Subcategorias de Impactos dos Produtos, Processos no Meio Ambiente e Políticas de Energia

| Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente | | | | | | |
|---|-----------------|----------|----------|----------|----------|-------------------------|
| Subcategorias | Empresas | | | | | Quantidade total |
| | A | B | C | D | E | |
| Desperdícios e resíduos | 13 | 6 | 10 | 7 | 11 | 47 |
| Vazamentos, derramamentos e terra utilizada | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 |
| Emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE) | 6 | 5 | 11 | 3 | 10 | 35 |
| Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozônio | 1 | 0 | 2 | 1 | 0 | 4 |
| Reciclagem | 3 | 2 | 2 | 1 | 9 | 17 |
| Uso eficiente e/ou reutilização da água | 8 | 4 | 5 | 4 | 9 | 30 |
| Políticas de Energia | | | | | | |
| Desenvolvimento ou exploração de novas fontes de energia | 0 | 2 | 4 | 3 | 1 | 10 |
| Utilização de resíduos materiais para a produção de energia | 0 | 1 | 2 | 0 | 0 | 3 |
| Consumo de energia proveniente de fontes renováveis | 9 | 0 | 3 | 0 | 4 | 16 |
| Esforços da empresa para reduzir o consumo de energia | 0 | 0 | 2 | 0 | 2 | 4 |

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

As subcategorias com maior quantidade evidenciada foram: Desperdícios e resíduos com (44), Emissão de gases do efeito estufa (GEE) com (35) e Uso eficiente e/ou reutilização da água com (30). A subcategoria Desperdícios e resíduos também obteve maior evidenciada frente às demais, nos resultados de Gubiane, Santos e Beuren (2012) as empresas relataram em quantidade elevada as ações para diminuir ou até mesmo eliminar os desperdícios envolvendo o uso de recursos naturais e a destinação dos resíduos gerados de maneira eficiente e adequada.

Esses relatos se estendem a subcategoria Emissão de gases do efeito estufa (GEE) que também apresentou nos estudos de Lugoboni et al., (2013) menções de todas as empresas pesquisadas sobre certificações de emissões reduzidas e créditos de carbono referente emissões (GEE), os resultados de Rover et al., (2008) evidenciaram aproximadamente 63% das ações

relativas às emissões de gases do efeito estufa (GEE), e ainda identificou que grandes partes dos relatos são referentes empresas dos setores de Papel de Celulose, entre outras.

No tocante à categoria Políticas de energia notam-se quantidades pequenas e aproximadas entre as quatro subcategorias apresentadas, esse resultado vai ao encontro dos achados nos estudos de Rover et al., (2008) que de 58 empresas analisadas somente 13 publicaram relatos sobre energia, complementando esse resultado Lugoboni et al., (2013) e Gubiane, Santos e Beuren (2012) constataram baixíssima evidenciação sobre as políticas de energia e assuntos relacionados por parte das empresas estudadas.

Por fim, é apresentada a análise dos resultados referente às subcategorias de Educação ambiental; Pesquisas e Outras Informações Ambientais no Quadro 19. A categoria Outras informações ambientais é composta por seis subcategorias que remetem a aspectos ambientais diversificados e informações financeiras das empresas pesquisadas, entre dos anos de 2014, 2015 e 2016.

Quadro 19. As subcategorias de Educação ambiental; Pesquisas e Outras Informações Ambientais

| Educação ambiental e Pesquisas | | | | | | |
|--|-----------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-------------------------|
| Subcategorias | Empresas | | | | | Quantidade total |
| | a. | b. | c. | d. | e. | |
| Educação ambiental (internamente e/ou comunidade) | 12 | 13 | 7 | 11 | 9 | 52 |
| Apoio às pesquisas relacionadas ao meio ambiente | 0 | 0 | 7 | 2 | 0 | 9 |
| Outras Informações Ambientais | | | | | | |
| Menção relativa ao desenvolvimento sustentável | 6 | 7 | 14 | 7 | 9 | 43 |
| Gerenciamento de florestas e/ou reflorestamento | 11 | 1 | 5 | 0 | 11 | 28 |
| Preservação da biodiversidade e de recursos naturais | 32 | 10 | 12 | 12 | 18 | 84 |
| Investimentos ambientais | 15 | 19 | 11 | 0 | 15 | 60 |
| Custos e/ou despesas ambientais | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 3 |
| Passivos ambientais | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 5 |

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Conforme o Quadro 19 a categoria Educação ambiental e Pesquisas apresenta duas subcategorias: Educação ambiental (internamente e/ou comunidade) e Apoio às pesquisas relacionadas ao meio ambiente. Nota-se que a maior quantidade de evidenciação foi encontrada no subitem Educação ambiental (internamente e/ou comunidade) com (52) projetos e ações destinadas para educação ambiental da comunidade.

O resultado obtido corrobora com os achados de Rover et al., (2008), Pereira et al., (2017), Gubiane, Santos e Beuren (2012) e Pires e Silveira (2008) que em seus estudos encontraram níveis elevados e satisfatórios sobre as informações relacionadas à educação

ambiental, evidenciadas por meio de projetos, programas, visitas em florestas e treinamentos, realizados para a comunidade em geral.

Referente à composição das subcategorias de Outras Informações Ambientais, Rover et al., (2008) e Gubiane, Santos e Beuren (2012) constataram que as informações em sua totalidade são menções, relatos, informações financeiras e ações ambientais que refletem de forma positiva por meio de ações declarativas. Para Costa e Marion (2007) após a análise das informações ambientais concluíram que, as empresas estudadas que fazem parte do setor de papel e celulose não apresentaram conformidade entre as informações disponibilizadas em seus sites oficiais e as informadas nos relatórios anuais.

As subcategorias Preservação da biodiversidade e de recursos naturais com (84) e Investimentos ambientais com (60) foram as mais evidenciadas dentro da categoria. Em contrapartida, as subcategorias menos evidenciadas foram Custos e/ou despesas ambientais com (3) e Passivos ambientais com (5). Esse fato mostra-se semelhante aos estudos de Pereira et al., (2017), Gubiane, Santos e Beuren (2012) e Beuren, Santos e Gubiani (2013) nos quais identificaram baixa evidência nas informações ambientais financeiras.

O baixo nível de evidência das subcategorias que remetem as informações financeiras sobre passivos ambientais e Custos e/ou despesas ambientais podem ter sua quantidade de evidência efetuada pelo tipo de informação que compõem essas divulgações, pois as informações, na maioria das vezes acarretam em obrigações financeiras e sua divulgação pode refletir de forma negativa para as empresas afetadas (ROVER et al., 2008).

5.2.3 Evidência da fundamentação teórica nos resultados encontrados

O referencial teórico usado na pesquisa tem relação direta com os resultados apresentados. No Quadro 20, as categorias e subcategorias foram organizadas e expostas por meio de percentuais que representam a quantidade de ações presentes nas subcategorias, dentro das respectivas Categorias. Com isso, os percentuais mais expressivos e com maior representatividade entre as subcategorias foram relacionados com os resultados e contribuições das pesquisas que integram a fundamentação desse estudo.

A numeração indica as categorias listadas no Quadro 05, como na dimensão social: (1) Comunidade, (2) Diversidade e (3) Relações com empregados. Na dimensão ambiental, as numerações correspondem às categorias: (4) Políticas Ambientais e Sistemas de Gerenciamento Ambiental, (5) Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente, (6) Políticas de Energia,

(7) Educação ambiental e Pesquisas e (8) Outras Informações Ambientais. Os quadros abaixo estão divididos dimensão social e ambiental e as subcategorias em ordem alfabética.

Quadro 20. Categorias e subcategorias da dimensão social

| Categorias | Subcategorias | Qte | % |
|-------------------|--|------------|----------|
| 1. | a) Programas de voluntariado | 4 | 1,5 |
| | b) Patrocínio a projetos de saúde pública | 10 | 3,8 |
| | c) Relações com povos indígenas | 11 | 4,1 |
| | d) Doações de recursos para entidades de utilidade pública ou OSCIP | 4 | 1,5 |
| | e) Apoio à educação | 39 | 14,7 |
| | f) Apoio à habitação e à alimentação | 3 | 1,1 |
| | g) Apoio à cultura | 15 | 5,7 |
| | h) Apoio a atividades esportivas | 8 | 3 |
| | i) Relacionamento com <i>stakeholders</i> | 83 | 31,1 |
| | j) Decisões ou multas relacionadas com a comunidade local | 2 | 0,8 |
| | k) Investimentos de caráter social | 88 | 33 |
| 2 | a) Número de mulheres e negros na força de trabalho | 13 | 59,1 |
| | b) Proporção de salário base entre homens e mulheres | 2 | 9,1 |
| | c) Contratação de pessoas com deficiência | 4 | 18,2 |
| | d) Não discriminação contra minorias | 3 | 13,7 |
| 3 | a) Número de funcionários, Tempo de serviço e faixas etárias | 21 | 9,2 |
| | b) Remuneração dos funcionários (média e/ou total) | 4 | 1,8 |
| | c) Relações sindicais ou com órgãos de classe | 4 | 1,8 |
| | d) Programas de incentivo à cultura | 6 | 2,7 |
| | e) Educação e treinamento dos funcionários | 37 | 16,3 |
| | f) Saúde, higiene e segurança no local de trabalho | 79 | 34,9 |
| | g) Acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, absenteísmo e óbitos | 14 | 6,2 |
| | h) Aposentadoria e planos de previdência complementar (ou privada) | 10 | 4,4 |
| | i) Auxílio à creche e a bolsa de estudos para filhos de funcionários | 4 | 1,8 |
| | j) Suporte a maternidade e paternidade | 9 | 4 |
| | k) Taxa de rotatividade e política de demissão | 8 | 3,5 |
| | l) Participação dos trabalhadores nas decisões gerenciais | 9 | 4 |
| | m) Satisfação profissional e motivação dos funcionários | 22 | 9,7 |

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Na categoria Comunidade as subcategorias: k) Investimentos de caráter social 33% e i) Relacionamento com *stakeholders* 31,1% apresentam quantidade superior frente às demais subcategorias. Nas categorias Diversidade e Relações com empregados os percentuais são mais distintos, sendo que os mais expressivos são respectivamente: a) Número de mulheres e negros na força de trabalho com 59,1% e f) Saúde, higiene e segurança no local de trabalho com 34,9%.

Ambas apresentam investimentos, práticas e declarações de cunho social, relacionados diretamente para atender a comunidade e os demais *stakeholders*. Dessa forma, pode-se afirmar que as empresas estudadas se preocupam em elaborar ações para comunidade que transpareçam sua responsabilidade social (BOWEN, 1957, BHATTACHARYA; SEN, 2004, TENÓRIO, 2006, EVANGELISTA, 2010, MARGOLIS; WALSH, 2011, PEREIRA et al., 2017).

Uma vez que essas informações sociais são divulgadas, a comunidade e demais partes interessadas da empresa podem ter acesso e tomar conhecimento das ações. Se assim for, as divulgações sobre as práticas que compõem as subcategorias citadas podem influenciar na percepção social, ou seja, na reputação da empresa (GOTSI; WILSON, 2001, SCHEIN, 2004, ARROW, 2013, BARAIBAR-DIEZ; SOTORRÍO, 2018).

Quadro 21. Categorias e subcategorias da dimensão ambiental

| Categorias | Subcategorias | Qte | % |
|-------------------|--|------------|----------|
| 4 | a) Declaração das políticas, práticas, ações atuais | 25 | 11,2 |
| | b) Estabelecimento de metas e objetivos ambientais | 44 | 19,7 |
| | c) Certificação ou <i>compliance</i> com leis e normas ambientais; | 6 | 2,7 |
| | d) Prêmios e participações em índices ambientais | 12 | 5,3 |
| | e) Participação em organizações ambientalistas | 69 | 30,8 |
| | f) Relacionamento ambiental com <i>stakeholders</i> | 5 | 2,2 |
| | g) Gestão (de riscos) ambiental | 19 | 8,4 |
| | h) ISOs 14000 | 9 | 4 |
| | i) Indicadores de desempenho ambiental | 4 | 1,9 |
| | j) Avaliação incluindo parecer independente | 3 | 1,3 |
| | k) Programas de Qualidade - ISO 9000,9001e FSC | 28 | 12,5 |
| 5 | a) Desperdícios e resíduos | 47 | 33,8 |
| | b) Vazamentos, derramamentos e terra utilizada | 6 | 4,4 |
| | c) Emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE) | 35 | 25,2 |
| | d) Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozônio | 4 | 2,9 |
| | e) Reciclagem | 17 | 12,2 |
| | f) Uso eficiente e/ou reutilização da água | 30 | 21,5 |
| 6 | a) Desenvolvimento ou exploração de novas fontes de energia | 10 | 30,3 |
| | b) Utilização de resíduos materiais para a produção de energia | 3 | 9,1 |
| | c) Consumo de energia proveniente de fontes renováveis | 16 | 48,4 |
| | d) Esforços da empresa para reduzir o consumo de energia | 4 | 12,2 |
| 7 | a) Educação ambiental (internamente e/ou comunidade) | 52 | 85,3 |
| | b) Apoio às pesquisas relacionadas ao meio ambiente | 9 | 14,7 |
| 8 | a) Menção relativa ao desenvolvimento sustentável | 43 | 19,3 |
| | b) Gerenciamento de florestas e/ou reflorestamento | 28 | 12,6 |
| | c) Preservação da biodiversidade e de recursos naturais | 84 | 37,7 |
| | d) Investimentos ambientais | 60 | 27 |
| | e) Custos e/ou despesas ambientais | 3 | 1,3 |
| | f) Passivos ambientais | 5 | 2,1 |

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Na categoria 4 (Políticas Ambientais e Sistemas de Gerenciamento Ambiental) a subcategoria: e) Participação em organizações ambientalistas representa 30,8% no total geral, valor expressivo dentro da categoria. Por seguinte, a categoria 5 (Impactos dos produtos e processos no meio ambiente) apresenta percentuais mais aproximados, o maior percentual diz respeito a: a) Desperdícios e resíduos com 33,8%. Na categoria 6 (Políticas de Energia) o maior percentual representa 48,4% do total, quase metade das ações do grupo, na subcategoria: c) Consumo de energia proveniente de fontes renováveis.

A participação em organizações ambientalistas indica a empresa participante desenvolve prática de preservação, conservação, reflorestamento e conscientização ambiental, referente às informações de desperdícios e resíduos presentes também no relatório investigado, são elencados a responsabilidade ambiental da empresa nas devidas destinações de resíduos gerados, diminuições ou aumento dos desperdícios, como também, práticas de controle para evitá-los. Isso também ocorre ao relatar uso de energia proveniente de fontes renováveis, afirma o compromisso ambiental da empresa na elaboração de seus produtos, visando diminuir impactos por meio de políticas internas ambientais.

Por fim, nas categorias 7 (Educação ambiental e Pesquisas) e 8 (Outras Informações Ambientais) respectivamente, apresentam expressividade nas subcategorias: a) Educação ambiental (internamente e/ou comunidade) com 85,3% e c) Preservação da biodiversidade e de recursos naturais com 37,7%. Por meio de projetos e programas, as empresas levam educação ambiental para a comunidade, funcionários e demais envolvidos, com a finalidade de informá-los e conscientizá-los sobre as questões que envolvem manejo florestal, preservação de espécies nativas, reflorestamento, a importância da conservação de matas e florestas locais, entre outros assuntos, acerca do tema.

A preservação da biodiversidade e de recursos naturais também é composta reuniões, projetos e programas para a comunidade local e funcionários. Porém, as empresas visam o desenvolvimento de projetos internos, efetivos na preservação e cultivo da biodiversidade e recursos naturais. Alguns projetos dispõem de uma equipe contratada pela empresa para identificar espécies de animais nativos nas florestas, colocação de caixas de abelhas, câmeras e equipamentos para identificar animais e prevenir incêndios. Desse modo, as empresas assumem práticas ambientais no meio onde estão inseridas.

É possível perceber, que, as empresas utilizam algumas políticas internas e sistemas de gerenciamento ambiental para identificar, mensurar e corrigir os impactos causados ao meio ambiente. Esses achados correspondem à gestão ambiental, já que, as empresas estudadas visam

eliminar ou reduzir danos causados no processo produtivo (SANCHES, 1997, NILSSON, 1998, SOUZA; MIRANDA, 2011, SANTANA; VIEIRA; BOGONI; LUZ, 2016).

As práticas ambientais citadas revelam a responsabilidade ambiental da empresa. Dessa maneira, desenvolvem e divulgam programas e projetos que demonstram seu comprometimento, compromisso e sua busca pela preservação e conscientização ambiental (BERTHELOT; CORMIER; MAGNAN, 2003, BARTOLOMEO et al., 2010, RIBEIRO; CARMO; CARVALHO, 2013, COLMENARES; ADRIANI; VALDERRAMA, 2015, DONÁ et al., 2016).

As informações socioambientais são submetidas à apreciação e análise da sociedade e no ambiente onde estão inseridas. As divulgações citadas anteriormente compõem os relatórios de sustentabilidade e podem ser uma das formas de legitimar as empresas perante a sociedade (GUTHRIE; PARKER, 1989, ALNAJJAR, 2000, CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007, CONCEIÇÃO et al., 2011, NEVES; DIAS, 2013, SEHN; ZANCHET; GOMES, 2018).

5.3 EVOLUÇÕES DAS AÇÕES E DECLARAÇÕES DE CUNHO SOCIAL E AMBIENTAL

Nesta seção serão apresentadas as evoluções anuais das ações e declarações socioambientais evidenciadas por empresa. Os dados que compõem essa análise foram extraídos dos relatórios de sustentabilidade anuais, referente os anos de 2014, 2015 e 2016, pelas cinco empresas estudadas: CENIBRA, ELDORADO, FIBRIA, KLABIN e SUZANO.

Desta forma, essa seção atenderá ao terceiro objetivo específico proposto na pesquisa, as evoluções serão evidenciadas por meio de gráficos para comparar o volume de declarações e ações entre os anos investigados. Os gráficos serão compostos por dois eixos: social e ambiental que se referem às categorias que foram classificadas, como mostra o Quadro 22.

Quadro 22. Classificação das categorias em dimensão social e ambiental

| Categorias | |
|----------------------------|---|
| Social | Ambiental |
| 1. Comunidade | 4. Políticas Ambientais e Sistemas de Gerenciamento Ambiental |
| 2. Diversidade | 5. Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente |
| 3. Relações com empregados | 6. Políticas de Energia |
| | 7. Educação ambiental e Pesquisas |
| | 8. Outras Informações Ambientais |

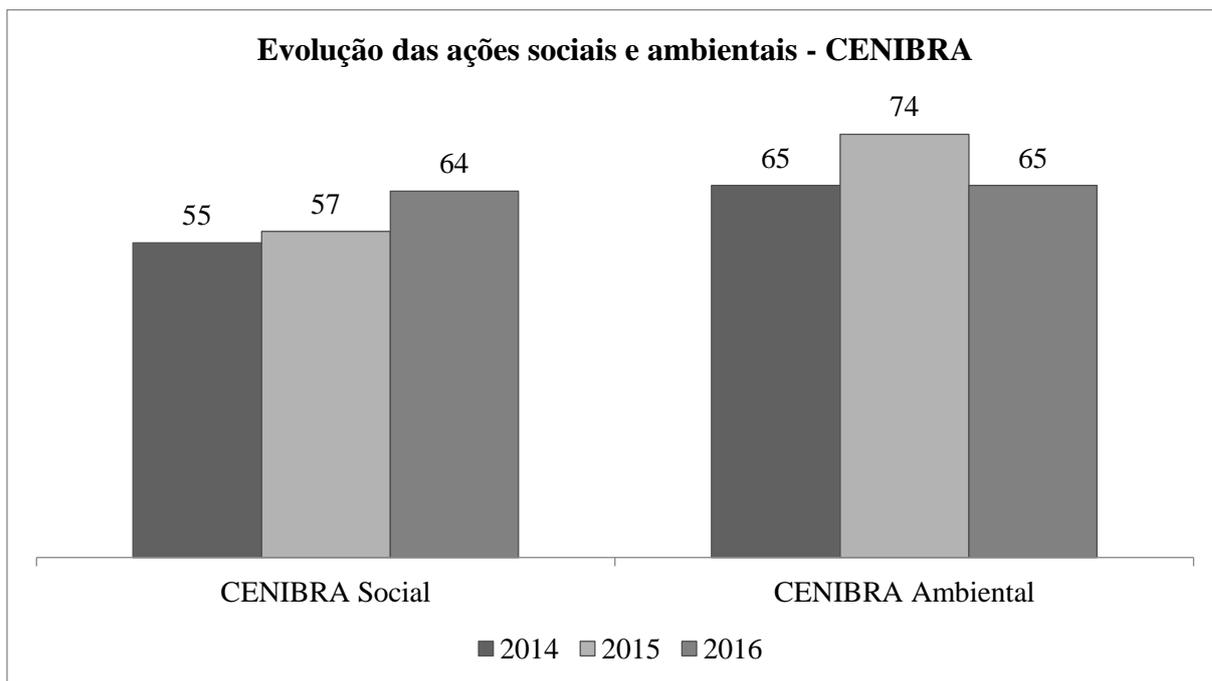
Fonte: dados da pesquisa, 2018.

O eixo Social foi composto pela soma das três categorias de cunho social: Comunidade, Diversidade e Relações com empregados, o total da soma anual, diz respeito ao conteúdo das categorias e suas subcategorias utilizadas e formuladas no estudo (Quadro 5).

Assim como, o eixo Ambiental composto pela soma anual das categorias: Políticas Ambientais e Sistemas de Gerenciamento Ambiental, Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente, Políticas de Energia, Educação ambiental e Pesquisas e Outras Informações Ambientais.

Inicialmente, os elementos evidenciados no gráfico da Figura 5 expõem as quantidades de ações e declarações implementadas pela empresa Cenibra, no período entre 2014 a 2016. Para facilitar o entendimento, dentro da análise, as ações e declarações são representadas pela nomenclatura “ações”, sendo assim, quando essa expressão foi usada ela se refere às ações (programas e projetos) e as declarações (menções e relatos) de cunho social e ambiental extraídos dos relatórios analisados.

Figura 5. Evolução das ações sociais e ambientais - CENIBRA



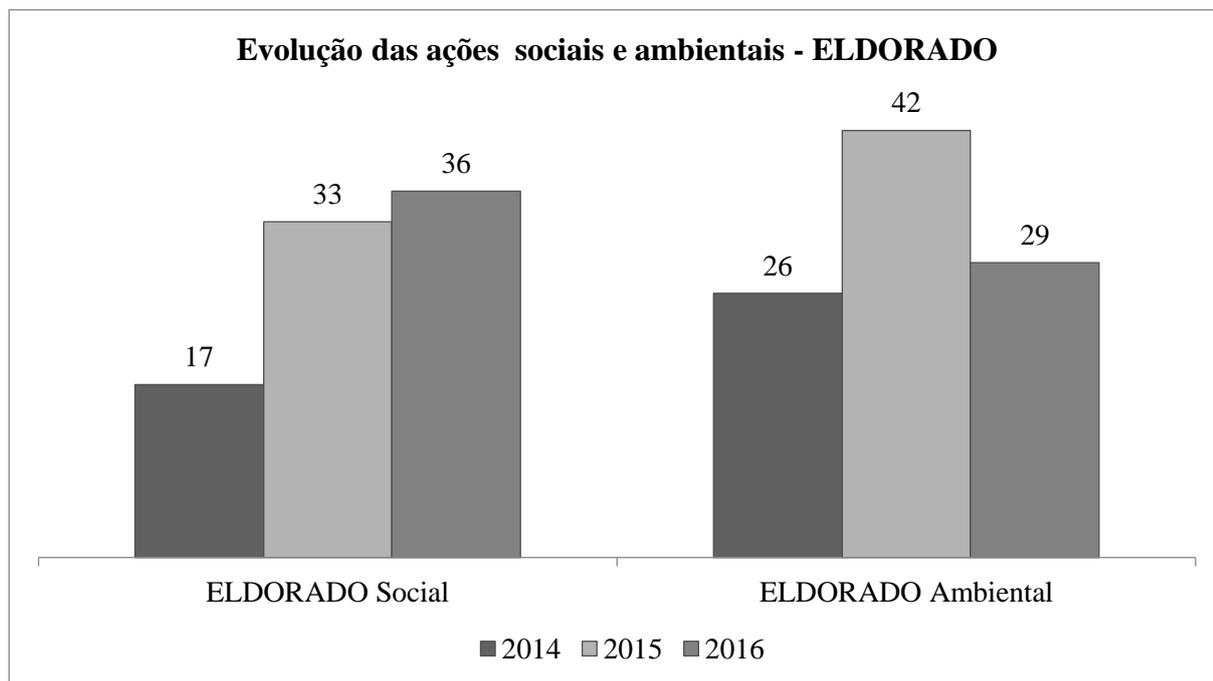
Fonte: dados da pesquisa, 2018.

O gráfico apresentado na Figura 5 mostra que houve certa evolução na quantidade de ações do eixo Social. Em 2014 foram identificadas (55) ações sociais, em 2015 foram (57) e por fim, em 2016 foram evidenciadas (64). Além da evolução, pode-se afirmar que a empresa CENIBRA efetuou ações sociais em todos os anos analisados (2014, 2015 e 2016).

Referente o eixo Ambiental, percebe-se que a quantidade anual apresentada, se mostra próxima e igual, notou-se também que, no ano de 2015 a quantidade de ações ambientais foi superior do que a quantidade encontrada nos outros anos estudados. Pode-se afirmar que não houve diminuição, considerando a quantidade relatada no ano de 2014, apenas evolução em 2015 e em 2016, a quantidade manteve-se igual a 2014 com (65) ações ambientais.

A seguir, a Figura 6 apresenta o gráfico referente à empresa ELDORADO, onde será possível visualizar e comparar a quantidade de ações sociais e ambientais, entre o período estudado.

Figura 6. Evolução das ações sociais e ambientais - ELDORADO

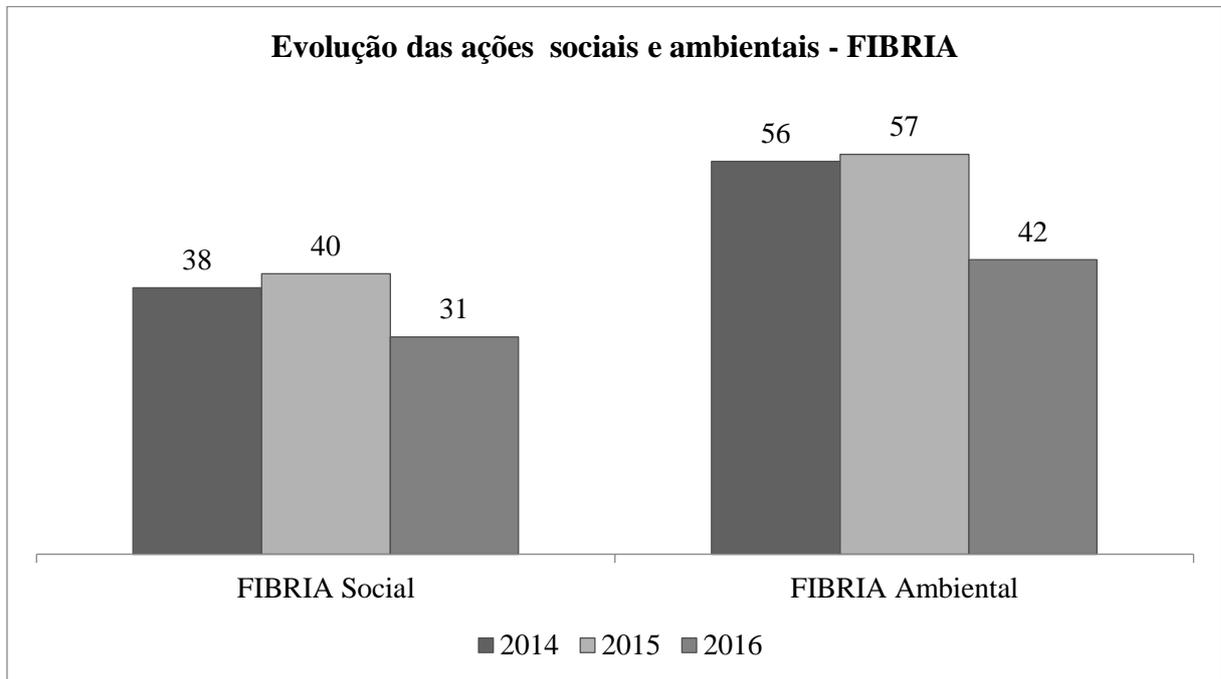


Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Percebe-se que o eixo Social apresentou uma evolução gradual nas ações entre 2014 a 2016. Ainda que, a quantidade anual mostre-se pequena, frente à quantidade das empresas: Cenibra; Fibria e Suzano, a quantidade totalizada em 2016, de (36) ações, destaca-se por representar, o dobro da quantidade encontrada em 2014, de (17) ações, todas de caráter social.

O eixo Ambiental mostrou crescimento significativo de 2014 para 2015 referentes à quantidade de ações ambientais presentes nesses anos, apresentou (26) ações ambientais em 2014 e (42) ações, também de caráter ambiental, em 2015. Já em 2016 a quantidade de (29) ações apresentou redução compara com ao ano anterior 2015, sendo assim, 2015 teve a maior quantidade evidenciada dentro do período. Mesmo com a redução de 2015 para 2016, não houve quantidade menor do que a quantidade encontrada em 2014.

Figura 7. Evolução das ações sociais e ambientais - FIBRIA

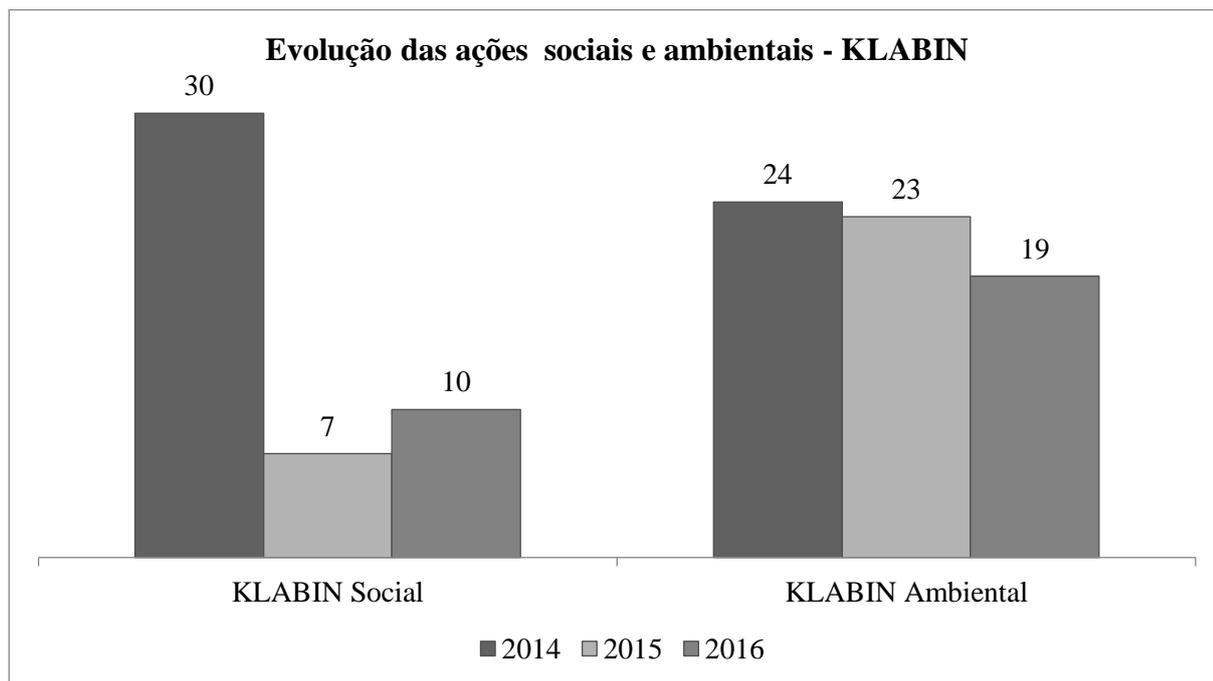


Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Em relação às quantidades evidenciadas no gráfico da Figura 7, percebe-se que a empresa FIBRIA apresenta evolução gradual de 2014 para 2015, nos dois eixos, tanto no eixo Social quanto no eixo Ambiental. No que diz respeito ao eixo Social, em 2016 houve uma redução na quantidade de ações, sendo que, a quantidade encontrada foi de (31) foi menor comparada com as quantidades de 2014 e 2015. Esse resultado mostra-se diferente do que foi encontrado até momento nas análises das empresas Cenibra e Eldorado, que não evidenciaram quantidades em 2016 menores do que as de 2014, no eixo social.

O mesmo achado encontrado em 2016 no eixo Social da empresa FIBRIA se entende ao que foi encontrado, também em 2016, só que no eixo Ambiental. Sendo assim, foi verificada uma diminuição em 2016 na quantidade de ações, em relação aos demais anos, (2014 e 2015). Cabe destacar que, a quantidade de ações ambientais em 2014, de (56) e a de 2015, de (57) mostram-se aproximadas e relativamente expressivas.

Figura 8. Evolução das ações sociais e ambientais - KLABIN



Fonte: dados da pesquisa, 2018.

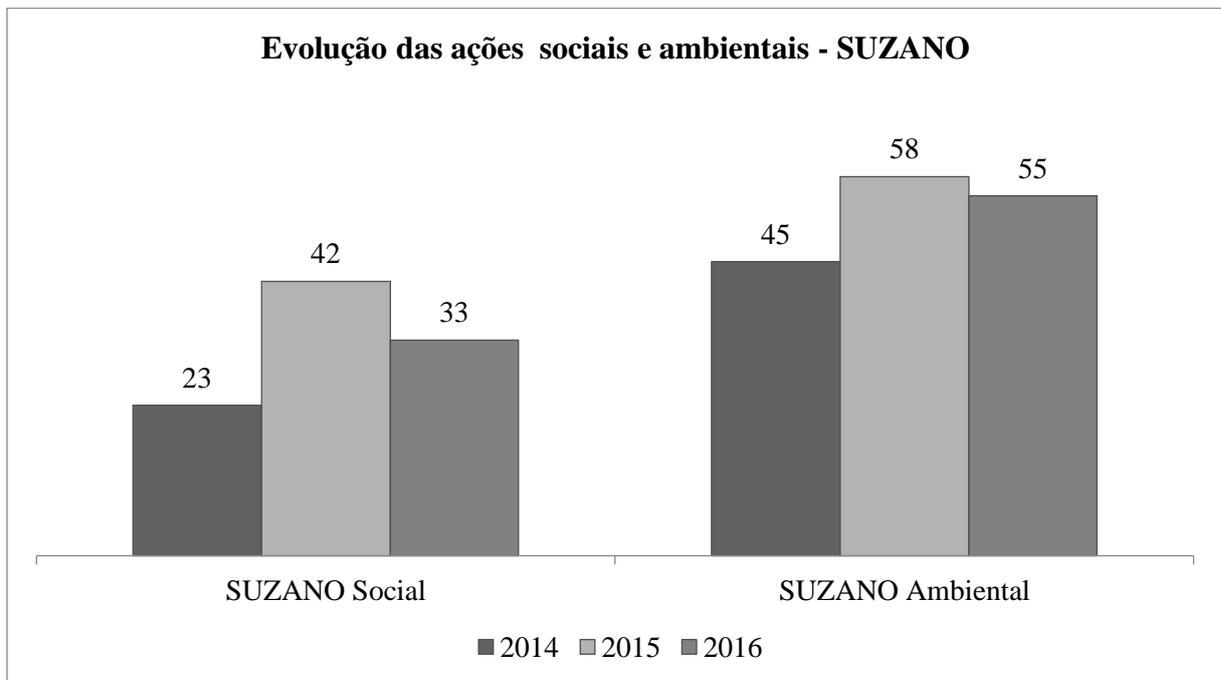
No gráfico representado pela Figura 8 constatou-se uma quantidade maior de ações no ano 2014 dentro dos eixos estudados. Desta forma, não é possível considerar evolução dentro do período estudado, referente às ações sociais e ambientais da empresa KLABIN.

No eixo Social a quantidade de ações nos anos foi de: (30) em 2014, (7) em 2015 e (10) em 2016, sendo assim, o ano de 2015 teve a menor quantidade encontrada, esse achado é diferente do que foi encontrado nas análises das empresas Cenibra, Eldorado, Fibria e Suzano que evidenciaram menor quantidade em outros anos, dentro do período analisado. Pode-se afirmar que a empresa KLABIN também efetuou ações sociais em todos os anos analisados (2014, 2015 e 2016), assim como as demais empresas estudadas.

Em relação ao eixo Ambiental, notou-se que a quantidade de ações ambientais presentes nos três anos pesquisados mostra-se bem aproximadas, corroborando com o que foi encontrada na análise de quantidade, do eixo ambiental, na empresa Cenibra. Percebe-se também que, no ano de 2016, a quantidade de ações ambientais foi menor do que a quantidade encontrada nos outros anos estudados (2014 e 2015) dentro do eixo ambiental. Outra empresa que também apresentou quantidade menor no ano de 2016, comparado com os demais anos foi à empresa Fibria.

Por fim, a Figura 9 apresenta o gráfico referente à empresa SUZANO para comparação e análise dos dados. Desta forma, será possível identificar se houve evolução ou regressão na quantidade de ações sociais e ambientais entre os anos estudados.

Figura 9. Evolução das ações sociais e ambientais - SUZANO



Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Percebe-se que a empresa SUZANO apresentou, em 2014 a menor quantidade de ações sociais, no ano de 2015 a quantidade se mostrou maior, evidenciando uma evolução de um ano para o outro. Em 2016, houve uma redução na quantidade de ações, igual o resultado encontrado no eixo Social da empresa Fibria que, comparada com a quantidade de 2015, a quantidade de sentenças de 2016 foi aparentemente menor.

No eixo ambiental da empresa SUZANO foi possível verificar uma redução na quantidade de ações ambientais no ano de 2016 comparando a quantidade encontrada no ano de 2015. Cabe destacar, que a evolução ocorreu somente de 2014 para 2015, assim como nas empresas: Cenibra, Eldorado e Fibria que evidenciaram a evolução somente entre os anos citados (2014 e 2015).

O objetivo da pesquisa consistiu em investigar as ações de RSA de cinco empresas que atuam em território nacional, Cenibra S.A, Eldorado do Brasil, Fibria Celulose S.A, Klabin S.A, e Suzano Papel e Celulose S.A., do setor de papel e celulose, a fim de identificar e

quantificar as declarações e ações de cunho social e ambiental por meio da análise nos relatórios de sustentabilidade dos anos de 2014, 2015 e 2016.

Na coleta de dados utilizaram-se planilhas constituídas por oito categorias e subcategorias de caráter social e ambiental, sendo elas: Comunidade, Diversidade, Relações com empregados, Políticas ambientais e sistemas de gerenciamento ambiental, Impactos dos produtos e processos no meio ambiente, Políticas de energia, Educação ambiental e pesquisas e Outras informações ambientais. Tais categorias e subcategorias foram extraídas da pesquisa de Rover e Santos (2014), sendo necessário adapta-las para atender o objetivo proposto.

Para análise do conteúdo extraído dos relatórios estudados, aplicou-se a técnica criada por Bardin (2011), que possibilitou uma análise documental criteriosa segmentada em três fases (pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados), com o intuito de verificar, descrever e demonstrar a evolução das ações sociais e ambientais em questão. A abordagem adotada no estudo configura-se qualitativa do tipo descritivo.

A identificação e classificação das ações em subcategorias sociais e ambientais que foram extraídas dos relatórios de sustentabilidade tiveram como propósito, alcançar o primeiro objetivo específico de verificar as ações e declarações de RSA registradas nos relatórios de sustentabilidade das cinco empresas estudadas, entre o período de 2014 a 2016. Desta maneira, constatou-se que todas as empresas estudadas informaram algum tipo de programa, projeto, declaração ou informação em prol da sociedade, do meio ambiente ou ambos dentro do período estudado. As ações foram classificadas em categorias e subcategorias, no que diz respeito à dimensão social identificaram-se ações que se referiam as subcategorias de Comunidade, Diversidade e Relações com funcionários, já na dimensão ambiental, as ações apresentaram aspectos mais específicos, enquadrados e classificados em: Políticas ambientais e sistemas de gerenciamento ambiental, Impactos dos produtos e processos no meio ambiente, Políticas de energia, Educação ambiental e pesquisas e Outras informações ambientais.

Relataram-se alguns programas e projetos sociais e ambientais implantados pelas empresas nos anos investigados, com a finalidade de atender o segundo objetivo específico de descrever as ações de RSA evidenciadas nos relatórios das empresas de papel e celulose. Para isso, as ações das cinco empresas foram apresentadas em quadros divididas em duas dimensões. Na dimensão social foram expostos, por meio da nomenclatura das subcategorias, programas e projetos, como: Patrocínio a projetos de saúde pública, Apoio à educação, Apoio à educação, Apoio a atividades esportivas, Saúde, higiene e segurança no local de trabalho, entre outras. Na dimensão ambiental verificaram-se ações de: Educação ambiental (internamente e/ou

comunidade), Menção relativa ao desenvolvimento sustentável, Preservação da biodiversidade e de recursos naturais e outros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na finalização do estudo percebeu-se que as empresas criam programas e projetos que contemplam diversos aspectos socioambientais para transparecer seu compromisso com a sociedade e o meio ambiente. Pode-se afirmar que tais programas, principalmente no meio ambiental, estão relacionados à sua atividade socioeconômica.

As informações socioambientais nos relatórios de sustentabilidade referentes a ações e declarações foram quantificadas e divididas em duas subseções: análise de informações sociais e ambientais por empresa e análise do conteúdo presente nas categorias formuladas. Após isso, foram apresentadas as evoluções anuais das ações sociais e ambientais por meio de gráficos por empresa, no período estudado.

Constatou-se que, na dimensão social as empresas que mostraram evolução gradativa durante os anos de 2014, 2015 e 2016 na quantidade de ações sociais, foram a Cenibra e a Eldorado. As demais apresentaram simultaneamente variações oscilantes decrescentes e crescentes, conforme verificam-se nas Figuras 07, 08 e 09. Na dimensão ambiental, as empresas estudadas não demonstraram evolução crescente na quantidade de ações ambientais ao longo dos anos analisados. Portanto, pode-se constatar que todas as empresas apresentaram variações crescentes e decrescentes na quantidade de ações ambientais, ao longo do período estudado.

Em síntese e em resposta à pergunta de pesquisa do estudo, constata-se que as repercussões das ações de responsabilidade socioambiental promovidas pelas empresas do setor de papel e celulose pesquisadas, decorrem do esforço que as mesmas exercem para conservar sua imagem frente aos *stakeholders*, melhorar a qualidade de vida de seus colaboradores e comunidade, compensar danos provocados ao meio ambiente por meio de suas atividades socioeconômicas, investir em educação, cultura, saúde, zelar pela segurança no local de trabalho e gerenciar florestas.

A produção do conhecimento ora proposto pode contribuir à sociedade, na medida em que evidencia as ações de RSA implementadas nas organizações, oportunizando à sociedade maior consciência a respeito dos Programas e Projetos desenvolvidos. Tal fato representa contribuição se consideradas sugestões de melhoria, acompanhamento e fiscalização, para que haja êxito no cumprimento das ações socioambientais propostas.

Para as empresas e o meio acadêmico, o conhecimento produzido no referido trabalho, possibilita dar visibilidade à Programas e Projetos de cunho social e ambiental, a constituição

das subcategorias, a comparação e evolução dos resultados obtidos por meio da quantidade numérica de ações, presentes em cada subcategoria, que possibilitou elencar a representatividade por empresa em cada item listado. Espera-se, portanto, que a partir do referido trabalho novas pesquisas possam ser realizadas na área, de forma aprofundada e abrangente. Também se presume que as empresas em questão, poderão aprimorar suas práticas socioambientais.

Numa perspectiva interdisciplinar ampliada, buscou-se a abrangência do tema em questão, pois o objeto de interesse trilha e compreende as esferas econômicas, sociais, ambientais, agrárias, biológicas, entre outras. Tal fato pode, em alguma medida, estimular outras ou mais ações responsivas às demandas da sociedade e do meio ambiente, considerando sua complexidade, no que diz respeito à RSA por parte de empresas de médio e pequeno porte também.

As limitações da pesquisa estiveram presentes, ainda que os critérios metodológicos estabelecidos fossem seguidos rigidamente. A falta de padronização das informações presentes nos relatórios limitou a comparação e busca dados que foram divulgados nos relatórios de sustentabilidade. A amostra envolveu apenas as empresas listadas no ranking das cinco maiores empresas de grande porte do setor de papel e celulose, com atuação expressiva no Brasil, publicado em 2016 pela Revista Exame. Logo, a produção de conhecimento não pode ser ampliada para demais setores empresariais. Diante do exposto, foram analisados somente os Relatórios de Sustentabilidade entre os anos de 2014, 2015 e 2016.

Sugerem-se para futuros estudos, avaliação dos impactos que as emissões de Gases do Efeito Estufa, o uso de energia não renovável, e os derramamentos e vazamentos que as empresas relatam nos relatórios estudados, podem trazer para a sociedade e para o meio ambiente. Este estudo poderá ainda, ser aprofundado com análise de todas as empresas do segmento, visando comparar resultados e aprofundar as particularidades ou especificidades. E por fim, sugere-se a normatização da evidência ambiental, de forma obrigatória que regulamente a padronização das informações que compõem o relatório e a conciliação desses dados em demais documentos contábeis.

REFERÊNCIAS

ABRAF, A. **Estatístico**. Brasília, DF: Abraf, 2013.

ABREU, M. C. S.; CASTRO, F. C.; LAZARO, J. C. Avaliação da influência dos stakeholders na proatividade ambiental de empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**. v. 17, n.17 p. 22-3, jan/abr, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606%2Frco.v7i17.56693>. Acesso em: abr. 2017.

ALNAJJAR, F. K. Determinants of social responsibility disclosures of US Fortune 500 firms: An application of content analysis. In: **Advances in environmental accounting & management**. Emerald Group Publishing Limited, 2000. p. 163-200.

ALONSO, V. L. C.; et al. **Contabilidade Ambiental**. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/132021.pdf>> Acesso em: Acesso em out. 2017.

ANDRADE, L. P.; BRESSAN, A. A.; IQUIAPAZA, R. A.; MOREIRA, B. C. M. Determinantes de adesão ao Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA e sua relação com o valor da empresa. **Revista Brasileira de Finanças**. v. 11, n. 2, 2013.

ASHELY P. A. **Ética e Responsabilidade Social nos Negócio**. São Paulo: Saraiva, 2002.

ARROW, K. J.; et al. Sustainability and the Measurement of Wealth: Further Reflections. **Environment and Development Economics**, v. 18, n. 4, p. 504-516. 2013.

BARAIBAR-DIEZ, E.; SOTORRÍO, L. L. O efeito mediador da transparência na relação entre responsabilidade social corporativa e reputação corporativa. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**. v. 20, n. 01, p. 05-21, 2018.

BACHMANN, R. K. B.; CARNEIRO, L. M.; ESPEJO, M. M. S. B. Environmental information disclosure: a proposed indicator based on experts'perceptions. **Revista de Contabilidade e Organizações**. v. 7, n. 17, 2013. Disponível em: <<https://search.proquest.com/openview/f64d6d49d0dcdd423ba6dec9cd305b36/1?pqorigsite=gscholar&cbl=2028712>>. Acesso em set. 2017.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO – BNDES. **Indústria e o Brasil d o futuro**. 2014. Disponível em: <www.bndes.gov.br>. Acesso em: 09/09/2018.

BARBIERI, J. C.; et al. Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 50, n. 2, p. 146-154, abr./jun, 2010.

Disponível em:

<<http://search.proquest.com/openview/b0b12f32ccce94ff3e8ea7576e814e8a/1?pq-origsite=gscholar&cbl=105789>>. Acesso em: abr. 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARONE, M. J.; MIYAZAKI, A. D.; TAYLOR, K. A. The influence of cause-related marketing on consumer choice: does one good turn deserve another?. **Journal of the academy of marketing Science**. v. 28, n. 2, p. 248-262, 2000.

BARTOLOMEO, M.; BENNETT, M.; BOUMA, J. J; HEYDKAMP, P.; JAMES, P.; WOLTERS, T. T. Environmental management accounting in Europe: current practice and future potential. **European Accounting Review**. v. 9, n. 1, p. 31-52, 2010. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/096381800407932>>. Acesso em set. 2017.

BERTHELOT, S.; CORMIER, D.; MAGNAN, M. Environmental, Disclosure Research: Freview And Synthesis. **Journal of Accounting Literature**. v. 22, p. 1-44, 2003.

BEUREN, M. I.; RAUPP, F. M. Metodologia da pesquisa aplicada às Ciências Sociais. In: BEUREN, Maria Ilse (Org.) **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

BEUREN, I. M.; SÖTHER, A. A teoria da legitimidade e o custo político nas evidenciações contábeis dos governos estaduais da região sudeste do Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**. v. 3, n. 5, p. 98-120, 2009.

BEUREN, I. M.; SANTOS, V; GUBIANI, C. A. Informações ambientais evidenciadas no relatório da administração pelas empresas do setor elétrico listadas no ISE. **Revista de administração e contabilidade da Unisinos**, v. 10, n. 1, p. 55-68, jan./mar. 2013.

BHATTACHARYA, C. B.; SEN, S. Doing better at doing good: When, why, and how consumers respond to corporate social initiatives. **California management review**. v. 47, n. 1, p. 9-24, 2004.

BOJE, D. Resistência carnavalesca ao espetáculo global. **Revista de Administração de Empresas**. v. 42, n. 4, p. 11-28, 2002.

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO (BM&BOVESPA). **Índice de Sustentabilidade**

Empresarial (ISE). 2017. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm> Acesso em: Nov, 2018.

BORGES, A. P.; ROSA, F. S.; ENSSLIN, S. R. Evidenciação voluntária das práticas ambientais: um estudo nas grandes empresas brasileiras de papel e celulose. **Produção On Line**, v. 20, n. 3, p. 404-417, 2010.

BOWEN, H. R. **Responsabilidades Sociais do Homem de Negócios**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

BRACELPA, **Estatísticas**. Relatório Anual. São Paulo: Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA), 2014.

BRUNSSON, Nils. Organizing for inconsistencies: On organizational conflict, depression and hypocrisy as substitutes for action. **Scandinavian Journal of Management Studies**. v. 2, n. 3-4, p. 165-185, 1986.

BUSCH, E. S. Responsabilidade socioambiental de empresas fornecedoras de madeira certificada do tipo plantação. **Tese de Doutorado em Saúde Pública Universidade de São Paulo - USP**. São Paulo: 302 f. 2008.

CÂMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 179-191, 2013.

CAMILO, S. P. O; MAIA, A. G; XAVIER, W. G. Implicações da responsabilidade social corporativa na estratégia organizacional: um ensaio teórico. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. Enero, p. 1-14, 2016.

CHAGAS, F. B.; et al. **Panorama Setorial: Setor Florestal, Celulose e Papel**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/liv_perspectivas/04.pdf> Acesso em out. 2017.

CHAKROUN, R.; MATOUSSI, H.; MBIRKI, S. **Determinants of CSR disclosure of Tunisian listed banks: a multi support analysis**. *Social Responsibility Journal*, n. just-accepted, p. 00-00, 2017.

CLARKSON, P. M.; FANG, X.; LI, Y.; RICHARDSON, G. The relevance of environmental disclosures: are such disclosures incrementally informative?. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 32, n. 5, p. 410-431, 2013.

CORRAR, L. J; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. Análise multivariada: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia. **São Paulo: Atlas**, p. 280-323, 2007.

CARROLL, A.; BUCHHOLTZ, A. **Business and society: ethics and stakeholder management**. 4. ed. Cincinnati: South-Western College, 2000.

CESAR, P. H.; et al. Gestão Sustentável: avaliação da responsabilidade socioambiental em meios de hospedagem no litoral norte da Paraíba. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 11, n. 3, 2018.

CHO, C. H.; PATTEN, D. M. The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: A research note. **Accounting, organizations and society**. v. 32, n. 7-8, p. 639-647, 2007.

COELHO, M. R. F.; COELHO, M. H. Panorama da indústria de celulose e papel no Brasil: 2001 a 2011. **Revista Floresta**. v. 43, n. 3, p. 463-474, 2013. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/floresta/article/view/28280>>. Acesso em set. 2017.

COLARES, A. C. V.; et al. O balanço social como indicativo socioambiental das empresas do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**. v. 17, Ed. Especial, p. 83-100, out., 2012. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5386>>. Acesso em: abr. 2017.

COLMENARES, L.; VALDERRAMA, Y.; ADRIANI, R. Representación contable desde la perspectiva del impacto ambiental empresarial. En el contexto del desarrollo de actividades industriales en Latinoamérica. **Cuadernos de contabilidad**, v. 16, n. 41, 2015. Disponível em: <<http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/cuacont/article/view/15011>>. Acesso em set. 2017.

CONCEIÇÃO, S. H. D.; DOURADO, G.; BAQUEIRO, A.; FREIRE, S.; BRITO, P. Fatores determinantes no disclosure em Responsabilidade Social Corporativa (RSC): um estudo qualitativo e quantitativo com empresas listadas na Bovespa. **Revista Gest. Prod**, v. 18, n. 3, p. 461-472, 2011.

COSTA, R. S.; MARION, J. C. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. **Revista Contabilidade e Finanças USP**. v. 18, n. 43, 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/2571/257119529003/>>. Acesso em set. 2017.

CORREA, J. C.; GONÇALVES, M. N.; MORAES, R. O. Disclosure ambiental das companhias do setor de petróleo, gás e biocombustíveis listadas na bm&fbovespa: uma análise à luz da teoria da legitimidade. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade-GeAS**. v. 4, n. 3, p. 139-154, 2015.

CRUZ, C. V. O. A.; LIMA, G. A. S. F. Reputação corporativa e nível de disclosure das empresas de capital aberto no Brasil. **Revista Universo Contábil**. v. 6, n. 1, p. 85-101, 2010.

DA VEIGA, J. E. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor**. São Paulo: Senac, 2017.

DEEGAN, C. Introduction: The legitimising effect of social and environmental disclosures—a theoretical foundation. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**. v. 15, n. 3, p. 282-311, 2002.

DEEHOUSE, D. L.; CARTER, S. M. An examination of differences between organizational legitimacy and organizational reputation. **Journal of management Studies**, v. 42, n. 2, p. 329-360, 2005.

DELMAS, M.; TOFFEL, M. W. Stakeholders and Environment management practice: An institutional framework. **Business Strategy and the Environment**. v. 13. p. 209-222, 2004.

DI DOMENICO, D.; LAVARDA, C. E. F. Características das empresas de capital aberto e os indicadores da contabilidade de gestão ambiental (CGA). In: Congresso Brasileiro de Custos ABC, 8; 2013, Uberlândia. **Anais...Uberlândia**, 2013.

DI DOMENICO, D.; et al. práticas de responsabilidade socioambiental nas empresas de capital aberto de Santa Catarina listadas na Bm&FBovespa. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**. v. 14, n. 42, 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/4775/477547155006/>>. Acesso em set. 2017.

DONÁ, A. L.; MARQUES, K. C. M.; MORIBE, A. M.; JUNIOR, J. B. H. determinantes do conteúdo divulgado no relatório de administração de empresas brasileiras. **Revista Universo Contábil**. v. 11, n. 4, 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/1170/117043928006/>>. Acesso em set. 2017.

DONAIRE, D. **Gestão Ambiental na Empresa**. São Paulo: Atlas, 1999.

EVANGELISTA, R. Sustentabilidade - um possível caminho para o sucesso empresarial? **Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão**. v. 9, n.1/2, p.85-96, 2010.

FAZENDA, I. C.A.; VARELLA, A. M. S.; ALMEIDA, T. T. O. Interdisciplinaridade: tempo, espaços, proposições. **Revista e-Curriculum**, v. 11, n. 3, p. 847-862, 2014.

FERRARO, A. C. sustentabilidade ambiental nas empresas brasileiras do setor de celulose e papel. **Projetos, dissertações e teses do Programa de Doutorado e Mestrado em Administração**. v. 7, n. 1, 2017.

FERREIRA, B. S.; GUERRA, J. A. P. Responsabilidade socioambiental: um olhar sistêmico em uma organização estatal. **Gestão & Conhecimento**. Ed. Especial, nov/2012. Disponível em: <https://www.pucpcaldas.br/graduacao/administracao/revista/artigos/esp1_8cbs/09.pdf> Acesso em set. 2017.

FREEMAN, R. E. **Strategic management: a stakeholder approach**. Boston: Pitman, 1984.

FUNCHAL, M. Produtividade na Indústria de Celulose e Papel. **Revista O papel**. n. 7, s.p. jul, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas SA, 2008.

GLOBAL REPORTING INICIATIVE (GRI). **Diretrizes para relatório de sustentabilidade**. 2011. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org>>. Acesso em: mai. 2017.

GOMES, A.; MORETTI, S. **A responsabilidade e o social**. 1 ed. São Paulo: Saraiva , 2007.

GONZAGA, J. P.; AGUIAR, J. F.; BERGSTROM, P. C. Q. G. Os investimentos ambientais e a geração de valor para o acionista: uma análise do setor de celulose e papel. In: XIV Semead Seminário em Administração; 2011; São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2011.

GONZÁLEZ, C. L.; et al. The role of environmental accounting in organizational change-An exploration of Spanish companies. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**. v. 14, n. 2, p. 213-239, 2000. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/09513570110389323>>. Acesso em set. 2017.

GOTSI, M.; WILSON, A. M. Corporate reputation: seeking a definition. **Corporate communications: An international journal**, v. 6, n. 1, p. 24-30, 2001.

GRAY, R.; KOUHY, R.; LAVERS, S. Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**. v. 8, n. 2, p. 47-77, 1995.

GROENEWEGEN, P.; VERGRAGT, P. Environmental issues as threats and opportunities for technological innovation. **Technology Analysis & Strategic Management**. v. 3, n. 1, p. 43-55, 1991.

GUBIANE, C. A.; SANTOS, V.; BEUREN, I. M. Disclosure ambiental das empresas de energia elétrica listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE). **Revista sociedade, contabilidade e gestão**, v. 7, n. 2, p. 7-23, jul./dez. 2012.

GUTHRIE, J.; PARKER, L. D. Corporate social reporting: a rebuttal of legitimacy theory. **Accounting and business research**. v. 19, n. 76, p. 343-352, 1989.

HASSELDINE, J.; MORRIS, G. Corporate social responsibility and tax avoidance: A comment and reflection. **Accounting Forum Elsevier**. 2013. p. 1-14. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0155998212000324>>. Acesso em set. 2017.

IBÁ. Indústria Brasileira de Árvores. **Relatório Ibá 2015**. Pöyry Consultoria em Gestão e Negócios Ltda. 2015.

IBÁ – Indústria Brasileira de Árvores. **Relatório IBA 2018**. São Paulo. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **PIA - pesquisa industrial anual - empresa e produto**. 2016. Disponível em: <https://questionarios.ibge.gov.br/downloads-questionarios/pia-pesquisa-industrial-anual-empresa-e-pia-pesquisa-industrial-anual-produto>. Acesso em nov. 2017.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Apresenta informações gerais sobre responsabilidade social e as ações do instituto**. 2012. Disponível: <www.ethos.org.br>. Acesso: set. 2018.

ITANI, A.; REI, F.; TOMELIN, N. J. Gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente. São Paulo: Rev. Bras. Farm. v. 92, n. 3, p. 111-117, 2008.

KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**. 1 ed. São Paulo: EPU/EDUSP, 1980.

KRAEMER, M. E. P. Responsabilidade Social – uma alavanca para sustentabilidade, 2005. Disponível em: www.gestiopolis.com/canales5/fin/resocial.htm. Acesso em out. 2017.

LEIS, H. R. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. **Cadernos de pesquisa interdisciplinar em ciências humanas**, v. 6, n. 73, p. 2-23, 2005.

LIMA, A. R.; et al. Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo **Revista Nera**, n. 34, p. 12-36, 2017.

LOPES, C. R. A.; CONTADOR, C. R. **Análise da indústria de celulose e papel no Brasil**. 1998. Disponível em: <<http://reocities.com/Eureka/enterprises/1900/palestras/artigo-coppead.PDF>> Acesso em out. 2017.

LUGOBONI, L. F.; ZITTEI, M. V.; PEREIRA, R. S.; RODRIGUES, G. B. S. Análise dos relatórios de sustentabilidade das indústrias de papel e celulose/Analysis of sustainability reports of pulp and paper industries. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**. v. 3, n. 3, p. 66-88, 2013.

MACEDO, M. A.; et al. Análise comparativa do desempenho contábil-financeiro de empresas socioambientalmente responsáveis no Brasil. **Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS**. v. 9, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3372/337228649002/>>. Acesso em set. 2017.

MACHADO, M. R.; MACHADO, M. A. V.; MURCIA, F. D. R. Em busca da Legitimidade Social: Relação entre o impacto ambiental da atividade econômica das empresas brasileiras e os investimentos no meio ambiente. **Revista Universo Contábil**. v. 7, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/1170/117018659003/>>. Acesso em set. 2017.

MAIMON, D. Eco-estratégia nas empresas brasileiras: realidade ou discurso? **Revista de Administração de Empresas**, v. 34, n. 4, p.119-130, 1994.

MARQUES, R.; XAVIER, C. R. Responsabilidade socioambiental a partir da utilização e descarte de medicamentos. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 13, n. 1, p. 174-189, 2018.

MARCONDES, A. W.; BACARJI, C. D. **ISE: Sustentabilidade no mercado de capitais**. 1 ed. São Paulo: Report Editora, 2010.

MARGOLIS, J. D.; WALSH, J. R. Misery Loves Rethinking Companies : Social Initiatives by Business Joshua D . Margolis. **Administrative Science Quarterly**. v.48, n.2, p.268-305, 2011.

MARTINEZ, F. The syncretism of environmental and social responsibility with business economic performance. **Management of Environmental Quality: An International Journal**. v. 23, n. 6, p. 597-614, 2012. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/14777831211262891>>. Acesso em set. 2017.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. 2.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001. 190p.

MELO, F. J.; ANZILAGO, M.; SILVA, D. C. Indicadores GRI no setor de celulose e papel: a gestão socioambiental em empresas signatárias do pacto pela restauração da Mata Atlântica. Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA), 2015, São Paulo. **XVII Engema, Anais...** 2015. Disponível em: <<http://engemasp.submissao.com.br/17/anais/arquivos/64.pdf>>. Acesso em ago. 2017.

MONTEBELLO, A. E. S.; BACHA, C. J. C. Análise do processo de configuração desigual do setor de celulose e papel no Brasil. **Revista Pesquisa & Debate Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**. v. 24, n. 2 (44), 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/17713>>. Acesso em set. 2017.

MONTEBELLO, A. E. S.; BACHA, C. J. C. O setor de celulose e papel na economia brasileira. **Revista O Papel**. v. 72, n. 4, p. 47-50, 2011. Disponível em: <http://www.revistaopapel.org.br/noticiaanexos/1359376212_a6276749358ba36fa276b9509b02b478_901527006.pdf>. Acesso em set. 2017.

MYERS, A. O valor da diversidade racial nas empresas. **Estudos afro-asiáticos**. v. 25, n. 3, p. 483-515, 2003.

NASCIMENTO, L. L.; MONTENEGRO, L. M. Responsabilidade socioambiental: um estudo no setor de cerâmica vermelha de Itabaiana-SE. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v.4, n.2, p. 147-172. 2015.

NEVES, J. C.; SANTOS, T. A. A produção capitalista do espaço em três lagoas (ms): ideologias e representações. Pegada. **Revista da Geografia do Trabalho**. v. 19, n. 3, p. 255-278, 2018.

NEVES, M. E.; DIAS, A. C. G. Responsabilidade social corporativa: teorias predominantes na investigação em contabilidade. **Revista Razão Contábil & Finanças**. v. 3, n. 1, 2013.

NILSSON, Lars J. Services Instead of Products: Experiences from Energy Markets— Examples from Sweden. In: **Innovation and Sustainable Development**. Physica-Verlag HD, 1998. p. 115-141.

NOVELINI, C. P.; FREGONESI, M. S. F. A. Análise da divulgação de informações sobre investimentos sociais por empresas que se declaram socialmente responsáveis. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 7, n. 17, p. 89-101, 2013.

OLHER, C. C.; et al. Estratégia de responsabilidade social corporativa no setor bancário: análise da atuação socioambiental do Bradesco e Itaú Unibanco. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, v. 8, n. 1, p. 116-131, 2018.

OLIVEIRA, B. B.; FEITOSA, M. L. A. M. Regulação Ambiental e Responsabilidade Socioambiental no Setor Empresarial Privado. **Revista Prima Facie-Direito, História e Política**. v. 14, n. 26, p. 01-28, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/primafacie/article/view/28357>>. Acesso em set. 2017.

PATTEN, D. M. Intra-industry environmental disclosures in response to the Alaskan oil spill: a note on legitimacy theory. **Accounting, organizations and Society**. v. 17, n. 5, p. 471-475, 1992.

PEREIRA, Â. M. Responsabilidade Social Empresarial: enfoques teóricos. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVIII, n. 138, jul 2015. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=15008>. Acesso em dez. 2017.

PEREIRA, I. B. Interdisciplinaridade. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. (org). **Dicionário da educação profissional em saúde**. Rio de Janeiro; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; 2009. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/int.html>>. Acesso em: mai. 2017.

PEREIRA, R. M.; SILVA, V. R. F.; REINA, D. R. M.; REINA, D.; SILVA, W. A. M. Disclosure socioambiental das empresas brasileiras de capital aberto listadas no índice de sustentabilidade empresarial. **Revista de administração e contabilidade-RAC**. v.16, n. 32, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/323443790_disclosure_socioambiental_das_empresas_brasileiras_de_capital_aberto_listadas_no_indice_de_sustentabilidade_empresarial> Acesso em Jan. 2019.

PERRENOUD, P. **Desenvolver competências ou ensinar saberes? A escola que prepara para a vida**. Tradução de Laura Solange Pereira. Porto Alegre: Penso, 2013.

PIRES, C. B.; SILVEIRA, F. C. S. A evolução da evidenciação das informações ambientais de empresas do setor de celulose e papel: uma análise de conteúdo das notas explicativas e relatórios de administração. **ConTexto**, v. 8, n. 13, 2008.

PORTELLA, A. R.; OLIVEIRA, M. C.; FERREIRA, D. D. M.; BORBA, J. A. Responsabilidade socioambiental por meio da missão, visão e valores: um estudo nas 100 maiores empresas de Santa Catarina. **Revista gestão e sustentabilidade ambiental**. v. 4, n. 1, p. 217 - 241, abr./set.2015. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/2495>. Acesso em set. 2017.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I.M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006. Cap.3, p.76-97.

RIBEIRO, A. M.; CARMO, C. H. S.; CARVALHO, L. N. G. Evidenciação ambiental: regulamentar é a solução para falta de comparabilidade e objetividade?. **Revista de Contabilidade e Organizações**. v. 7, n. 17, 2013. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/html/2352/235230526003/>>. Acesso em set. 2017.

RIBEIRO, M. S. Uma Reflexão sobre as Oportunidades para a Contabilidade Ambiental. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**. v. 17, Ed. Especial, p. 6-17, out. 2012. Disponível em: < <http://qqq.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5367>>. Acesso em: abr. 2017.

RODRIGUES, S. S.; GALDI, F. C. Relações com investidores e assimetria informacional. **Revista Contabilidade e Finanças USP**. v. 28, n. 74, p. 297-312, 2017. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2571/257150484010.pdf>>. Acesso em set. 2017.

ROVER, S.; BORBA, J.; MURCIA, F. D. R.; VICENTE, E. F. R. Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre o disclosure das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental. **Revista de contabilidade e organizações**, v. 3, n. 2, p. 53-72, mai./ago. 2008.

ROVER, S.; SANTOS, A. Revisitando os determinantes do disclosure voluntário socioambiental no Brasil: em busca de robustez na mensuração da variável socioambiental. **CONTABILOMETRIA - Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting**, v. 1, n. 2, p. 15-35, 2014. Disponível em <<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/contabilometria/article/view/433>> Acesso em: Jan. 2019.

SAMPIERE, R.; et al. **Metodologia de pesquisa: formulação de hipóteses**. 3. ed. São Paulo: McGraw-hill Interamericana, 2006. p. 583.

SANCHES, C. S. Evolução das práticas ambientais em empresas industriais: um modelo genérico. In IV Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, São Paulo, **Anais...** nov. 1997.

SANTANA, T. A. M.; VIEIRA, M. T.; BOGONI, N. M.; LUZ, R. D. Contabilidade Ambiental Como Ferramenta de Evidenciação do Desenvolvimento Sustentável. In: Encontros de estudos sobre empreendedorismo e gestão de pequenas empresas, 2016, Passo Fundo, **Anais...** Passo Fundo, 2016.

SANTOS, A. O.; et al. Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas brasileiras. **Revista Contabilidade e Finanças USP**. v. 12, n. 27, p. 89-99, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772001000300007&script=sci_arttext>. Acesso em set. 2017.

SANTOS, C. F. S. O.; SILVA, M. E.; GÓMEZ, C. R. P. Gestão estratégica da Responsabilidade Socioambiental Empresarial: operacionalização por meio do Sistema de Gestão Integrado. **Revista de Gestão REGE**. v. 19, n. 4, p. 535-552, 2012. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1809227616303319>>. Acesso em set. 2017.

SAVITZ, A. W.; WEBER, K. **A empresa sustentável: o verdadeiro sucesso é lucro com responsabilidade social e ambiental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SCHEIN, E. **Organizational culture and leadership**. 3 ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2004.

SCHENINI, P. C. **Gestão empresarial sócio ambiental**. Florianópolis: (sn), p. 184, 2005.

SEHN, L. C; ZANCHET, A; GOMES, M. Divulgação das informações ambientais pelas cooperativas agropecuárias: uma análise a partir da teoria da legitimidade. **Informe Gepec**, v. 22, n. 1, p. 63-82, 2018.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, C. A. F.; BUENO, J.M; NEVES, M. R. **A indústria de celulose e papel no Brasil**. 2015. Disponível em: <http://www.eucalyptus.com.br/artigos/2015_ABTCP_Panorama_Setorial.pdf> Acesso em out. 2017.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. A pesquisa e suas classificações. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis, UFSC, 2005.

SILVA, M. E; BALBINO, D. P. Criando vantagem competitiva sustentável: a responsabilidade socioambiental empresarial à luz da visão baseada em recursos. **Revista Ibero Americana de Estratégia**. v. 12, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3312/331227376002/>>. Acesso em set. 2017.

SILVA, M. E.; et al. Responsabilidade Socioambiental Empresarial À Luz das Teorias Organizacionais: Analisando a Companhia Hidroelétrica do São Francisco-Chesf. VIII

Simpósio de Ciência e Tecnologia. **Anais...**2011. Disponível em <http://www.inf.aedb.br/seget/artigos11/39214409.pdf>. Acesso em dez. 2017.

SILVEIRA, G. L. M.; PFITSCHER, D. E. Responsabilidade Socioambiental: estudo comparativo entre empresas de energia elétrica da região sul do Brasil. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 3, n. 2, p. 177-195, 2013.

SINDHI, S.; KUMAR, N. Corporate environmental responsibility - transitional and evolving, **Management of Environmental Quality: An International Journal**, v. 23, Ed. 6 p. 640–657, may. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/14777831211262927>>. Acesso em mar. 2017.

SOUSA, F. A.; et al. Responsabilidade social empresarial: uma análise sobre a correlação entre a variação do índice de sustentabilidade empresarial (ise) e o lucro das empresas socialmente responsáveis que compõem esse índice. **Revista Reunir**, v.1, n. 1. p.52-68, Mai-Ago, 2011.

SOUSA, S. P.; BATISTA, F. F.; RÊGO, T. Evidenciação das práticas ambientais: um estudo nas empresas do segmento de celulose e papel registradas na Bovespa. In: Congresso Brasileiro de Custos ABC,, 36; 2012, Bento Gonçalves. **Anais**.Bento Gonçalves, 2012.

SOUZA, L. S. K.; MIRANDA, C. C. F. **A importância da contabilidade ambiental nas organizações**. 2011. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2011/anais/arquivos/RE_0375_0486_01.pdf> Acesso em out. 2017.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TENÓRIO, O. F. G. **Responsabilidade social empresarial: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

TOMS, J. S. Firm resources, quality signals and the determinants of corporate environmental reputation: some UK evidence. **The British accounting review**. v. 34, n. 3, p. 257-282, 2002.

VEIGA, J. E. **A Emergência Socioambiental**. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

VIANA, C. C. O. **A internacionalização das indústrias brasileiras de papel e celulose.** Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2012. 143 f.

VILLIERS, C.; STADEN, C. J. V. Can less environmental disclosure have a legitimising effect? Evidence from Africa. **Accounting, organizations and society**. v. 31, n. 8, p. 763-781, 2006.

VOLPATO, G. **Ciência: da filosofia à publicação.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. 377p.

WISNIEWSKI, M. L. G.; BOLLMANN, H. A. A responsabilidade socioambiental no contexto das relações entre mercado, estado e sociedade: Contribuições da constituição brasileira de 1988. **Revista REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 1, p. 115-140 jan./abr. 2012.

WOOD, D. Measuring Corporate Social Performance: A Review. **International Journal of Management Reviews**, v. 12, n. 1, p. 50-58. 2010.

YAMAGUCHI, C. K. **Contabilidade ambiental nas organizações como instrumento de criação do conhecimento.** 2011.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de Pesquisa.** 2 ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011.